

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Rodrigo Paulino Nascimento

**CARACTERÍSTICAS REGIONAIS E
OPORTUNIDADES LOCAIS NA FORMAÇÃO DE
MÃO DE OBRA: análise comparativa de duas
sub-regiões do vale do Paraíba Paulista**

Taubaté – SP

2015

Rodrigo Paulino Nascimento

**CARACTERÍSTICAS REGIONAIS E
OPORTUNIDADES LOCAIS NA FORMAÇÃO DE
MÃO DE OBRA: análise comparativa de duas
sub-regiões do vale do Paraíba Paulista**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Processos de Desenvolvimento Regional

Orientadora: Profa. Dra. Marilsa de Sá Rodrigues

Taubaté – SP

2015

RODRIGO PAULINO NASCIMENTO

CARACTERÍSTICAS REGIONAIS E OPORTUNIDADES LOCAIS NA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA: análise comparativa de duas sub-regiões do vale do Paraíba paulista

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Processos de Desenvolvimento Regional

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Marilsa de Sá Rodrigues

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Fábio Ricci

Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Rosinei Batista Ribeiro

FATEA/FATEC

Assinatura _____

Dedico este trabalho à Priscila, minha esposa, Rodrigo Júnior, meu filho, Eduardo e Alice, meus pais.

AGRADECIMENTOS

Direciono meus mais sinceros agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente, me incentivaram à realização deste trabalho.

Primeiramente a Deus pelo dom da vida.

Aos Professores e equipe do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade de Taubaté - Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional.

À Prof.^a Dr.^a Marilsa de Sá Rodrigues, que incansavelmente me acompanhou nesses dois anos.

Às Etecs Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel de Cachoeira Paulista, na pessoa do Diretor Prof. Márcio Mota de Campos e Coordenação; Etec Prof. Alfredo de Barros Santos, Diretora Prof.^a Ângela Márcia Assis de Carvalho e Coordenadores; Etec Prof. José Sant'Ana de Castro, Diretor Prof. Marcelo Gomes de Oliveira e Coordenadores.

Ao Diretor da Etec Padre Carlos Leôncio da Silva, Prof. Francis Augusto Guimarães pela colaboração a esse intenso período de pesquisa, sempre se colocando a disposição, bem como a equipe da Instituição.

Aos familiares, profissionais da educação, alunos e todos que estiveram torcendo para esse momento.

RESUMO

Com o propósito de formar mão de obra qualificada para atender às vocações regionais, e com base no perfil socioeconômico de cada região, os cursos técnicos têm recebido investimentos por parte dos governos, em âmbito, tanto federal, quanto estadual. No Estado de São Paulo, o Centro Paula Souza, por meio das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), proporciona educação profissional gratuita, de acordo com as demandas do mercado e direcionada às especificidades regionais. Segundo dados da Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT), responsável pelos processos seletivos (Vestibulinhos) das Escolas Técnicas, a habilitação que mais gera oferta de vagas e demanda de alunos é o Curso Técnico em Administração. Assim, neste trabalho objetiva-se identificar a relação entre a formação técnica em Administração proposta pelo Centro Paula Souza e as potencialidades econômicas das sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVLN), bem como as perspectivas profissionais dos egressos dessa habilitação profissional. A pesquisa de natureza exploratória e descritiva está dividida em três etapas: A primeira, com estratégia de levantamento por meio de pesquisa eletrônica, com o intuito de identificar as Unidades Escolares a serem analisadas. Os critérios estabelecidos foram: estarem localizadas nas sub-regiões 3 e 4 da RMVLN e oferecerem o terceiro módulo da habilitação técnica em Administração no segundo semestre de 2014. Na segunda etapa foram verificados os documentos das instituições selecionadas: Projeto Político Pedagógico, Currículo da Habilitação Técnica em Administração e Matrizes Curriculares. Os resultados foram analisados de forma qualitativa e nortearam o roteiro de entrevista semiestruturada, que foi realizada com quatro responsáveis pedagógicos e técnicos das três escolas que compuseram a amostra. Finalmente, com abordagem quantitativa, utilizou-se como instrumento um questionário aplicado a 145 alunos, com retorno de 102. Os dados obtidos nesta etapa foram tratados por meio de análise de frequência e percentual. Assim, a pesquisa apresenta as conclusões que seguem. A primeira delas refere-se à fundamental contribuição dos cursos técnicos para o desenvolvimento regional, porque busca atender à realidade do mercado de trabalho local, que constantemente é avaliado pelas escolas analisadas; A segunda conclusão está no fato de que os cursos técnicos atendem às expectativas dos egressos, visto que a investigação revelou que 98% deles se declaram satisfeitos com o curso. Por fim, concluiu-se que, com a flexibilidade do currículo do Curso Técnico em Administração articulado com o perfil econômico de cada município, afirma-se que as Unidades Escolares direcionam seu processo formativo da seguinte maneira: Sub-região 3 - Etec Prof. Alfredo de Barros Santos - Guaratinguetá, para o setor de serviços (em especial militar), enquanto a Etec Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel, Cachoeira Paulista, para turismo no segmento religioso e comércio. E na sub-região 4 - Etec Prof. José Sant'Ana de Castro, Cruzeiro, demandas administrativas da Indústria e segmento comercial.

Palavras - chave: Planejamento. Desenvolvimento Regional. Caracterização das sub-regiões 3 e 4 da RMVLN. Potenciais econômicos. Formação do Técnico em Administração.

REGIONAL AND LOCAL FEATURES OPPORTUNITIES IN WORKFORCE TRAINING: comparative analysis of two sub - parts of the state Paraíba Valley

ABSTRACT

In order to form skilled labor to meet regional vocations, and based on the socioeconomic profile of each region, the technical courses have received investments from governments, both federal and state levels. In São Paulo, the Paula Souza Center, through the State Technical Schools (Etecs), provides free professional education, according to the market demands and directed to regional specificities. According to the Technology Support (FAT) Foundation, responsible for the selection processes (Vestibulinhos) of the Technical Schools, enabling that generates more openings and student demand is the Technical Course Directors. Thus, this work aims to identify the relationship between technical training in Administration proposed by Paula Souza Center and the economic potential of the sub-regions 3 and 4 of the metropolitan area the Paraíba Valley and North Coast (RMVLN), and the professional prospects graduates of this professional qualification. The research exploratory and descriptive nature is divided into three steps: The first survey with strategy through electronic research in order to identify the School Units to be analyzed. The criteria were: being located in the subregions 3 and 4 of RMVLN and offer the third module of technical qualification in Business Administration in the second half of 2014. In the second stage the documents of the selected institutions were checked, namely: Political Pedagogical Project , Curriculum Enable Technical Administration and Curriculum Matrix. The results were analyzed qualitatively and guided the semi-structured interviews, which was held with four educational officials and technicians of the three schools in the sample. Finally, with a quantitative approach was used as a questionnaire was applied to 145 students, with return 102. The data obtained in this step were treated by means of frequency analysis and percentage. So the research presents the following conclusions: the contribution of technical courses for regional development is critical because seeks to meet the reality of the local labor market which is constantly evaluated by the analyzed schools. Second, because it meets the expectations of graduates, as research has shown that 98% of them were satisfied with the course. Finally, with the flexibility of the Technical Course curriculum articulated Administration with economic profile of each municipality, it is stated that the School Units direct their formative process, as follows: Sub-Region 3 - Etec Prof. Alfredo Barros dos Santos - Guaratinguetá, for the services sector (in particular military), while the Etec Teacher Mark Uchôas dos Santos Penchel, Cachoeira Paulista, for tourism and trade in the religious segment. And in the subregion 4 - Etec Prof. Joseph Phillips de Castro, Cruzeiro, administrative demands of Industry and commercial segment.

Keywords: Planning. Regional Development. Characterization of sub-regions 3 and 4 of RMVLN. Economic potential. Formation of the Technical Administration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Ensino Fundamental – rede pública – número de escolas por região, segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2011	45
Tabela 2- Distribuição do PIB nas Sub-regiões da RMVLN (PIB ij/PIB tj). (%)	65
Tabela 3 - Quociente Locacional da sub-região 3, com base no PIB dos setores. ...	66
Tabela 4 – Quociente Locacional sub-região 4 com base no PIB dos setores	72
Tabela 5 - Vestibulinho Etec 2013	80
Tabela 6 - Questionários respondidos por escola.....	81
Tabela 7 - População, margem de erro e nível de confiança da pesquisa	82
Tabela 8 - Após formados, em qual local pretende-se trabalhar.....	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Cenário da Rede de Ensino Técnico e Tecnológico Federal	52
Gráfico 2 - Oferta de vagas x alunos egressos	109
Gráfico 3 - Relação de vagas ofertadas e evasão.....	110
Gráfico 4 - Índice de Evasão Regional de 2009 a 2012	111
Gráfico 5 - Perfil dos alunos do 3º módulo em Administração.....	112
Gráfico 6 - O porquê da escolha do Curso Técnico em Administração.....	114
Gráfico 7 - Informações sobre cursos oferecidos pela Etec que se inscreveu para o Vestibulinho.....	115
Gráfico 8 - As disciplinas trabalham a realidade do mercado de trabalho local	117
Gráfico 9 - Perfil econômico do município de acordo com a concepção do aluno ..	118
Gráfico 10 - Perfil econômico do município de acordo com a concepção do aluno (valores percentuais).....	119
Gráfico 11 - Setor em que pretende trabalhar	120
Gráfico 12 – Oportunidades de trabalho, no município em que residem, no segmento em que pretendem atuar profissionalmente	121
Gráfico 13 - Área da Administração em que pretendem atuar profissionalmente ..	124
Gráfico 14 - Qualidade do curso na concepção dos alunos	125

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ações de estímulo ao ensino profissional	21
Quadro 2 - Cidades e Escolas do Centro Paula Souza que disponibilizam o curso Técnico em Administração na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - 2º semestre de 2013	40
Quadro 3- Número de matrículas na educação brasileira, por níveis, etapas e modalidades em 2011	44
Quadro 4 - Potencialidades Regionais da RMVLN.....	62
Quadro 5- Matriz curricular Habilitação Profissional de Técnico em Administração .	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Problema	14
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 Delimitação do estudo	15
1.4 Relevância do estudo	16
1.5 Organização do trabalho	17
2 HISTÓRICO E CONTEXTO DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL.....	19
2.1 Educação, trabalho e seus paradigmas: formação, qualificação e competência	24
2.1.1 Formação profissional: do formal ao informal.....	26
2.1.2 Qualificação: objetivo da formação	28
2.1.3 Competências: um passo além da qualificação	30
2.2 Revisão teórica acerca do conceito de administração	32
2.2.2 Ensino da administração: o paradigma entre o acadêmico e o profissional	36
2.2.3 Técnico em Administração	38
2.2.4 O Técnico em Administração no contexto regional	39
3 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE E PROFISSIONAL	42
3.1 Educação: panorama e perspectivas	42
3.2 Políticas Públicas	46
3.3 Políticas públicas de educação profissional	48
3.4 Programas de Educação Profissional – em âmbito nacional.....	51
3.4.1 PRONATEC	51
3.4.2 A Expansão da Rede Federal	52
3.4.3 Programa Brasil Profissionalizado.....	52
3.4.4 Rede E-TecBrasil	53
3.4.5 O FIES Técnico	53
3.4.6 Bolsa-Formação	54
3.4.7 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Básica de Jovens e Adultos (PROEJA).....	54
3.4.8 Profucionário	54

3.5 Programas de Educação Profissional – no âmbito do estado de São Paulo.....	54
3.5.1 Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQ).....	55
3.5.2 Telecurso Tec.....	55
3.5.3 Cursos Técnicos.....	56
3.5.4 Faculdades de Tecnologia	56
4 ANÁLISE REGIONAL – CARACTERÍSTICAS E POTENCIAIS ECONÔMICOS DAS SUBREGIÕES 3 E 4 DA RMVPLN	57
4.1 Caracterização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte	57
4.2 Análise regional por meio da medida Quociente Locacional: uma visão das sub- regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	62
4.4.1 Aparecida	66
4.4.2 Cachoeira Paulista	67
4.4.3 Canas	67
4.4.4 Cunha.....	68
4.4.5 Guaratinguetá.....	68
4.4.6 Lorena	69
4.4.7 Piquete	70
3.4.8 Potim	71
3.4.9 Roseira	72
4.4.10 Arapeí.....	72
4.4.11 Areias	73
4.4.12 Bananal	73
4.4.13 Cruzeiro.....	74
4.4.14 Lavrinhas.....	74
4.4.15 Queluz.....	75
4.4.16 São José Do Barreiro	75
4.4.17 Silveiras.....	75
5 MÉTODO.....	77
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	85
7 CONCLUSÃO.....	127
REFERÊNCIAS.....	129
APÊNDICE A – Questionário destinado aos Profissionais da Educação	142
APÊNDICE B – Questionário para os alunos do 3º módulo do Curso Técnico em Administração.....	147

ANEXO A - Valor Adicionado total, por setores de atividade econômica. Produto Interno Bruto Total Municípios do Estado de São Paulo	152
ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional - Etec Prof. José Sant´Ana de Castro – Cruzeiro/SP	153
ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional - Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel – Cachoeira Paulista.....	156
Anexo D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional - Etec Prof. Alfredo de Barros Santos	158
ANEXO E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido direcionado aos alunos	160
ANEXO F – Projeto Político Pedagógico da Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel	161
ANEXO G – Projeto Político Pedagógico – Etec Prof. José Sant´Ana de Castro....	162
ANEXO H – Projeto Político Pedagógico – Etec Prof. Alfredo de Barros Santos....	163

1 INTRODUÇÃO

Com o propósito de formar mão de obra qualificada para atender às vocações regionais, e com base no perfil socioeconômico de cada região, os cursos Técnicos têm recebido investimentos por parte dos governos em âmbito, tanto federal, quanto estadual. Em âmbito nacional, programas como Brasil Profissionalizado, Fies Técnico, dentre outros, configuram importantes políticas ao incentivo da formação de nível médio. Em esfera estadual, a partir do Estado de São Paulo constata-se que, entre os anos de 2008 e 2014, a quantidade de escolas técnicas do Centro Paula Souza (autarquia estadual vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SDECTI, responsável por gerir as escolas técnicas e faculdades tecnológicas) passou de 151 para 218, o que representa um acréscimo de 44%, bem como as habilitações profissionais que, de 85, passaram para 135 cursos técnicos.

O resultado dessa expansão, segundo a Área de Avaliação Institucional do CEETEPS, reflete no nível de empregabilidade que esses cursos proporcionam, pois 79% dos alunos formados pela Instituição conseguem ser absorvidos pelo mercado de trabalho local e regional.

Na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVLN), o Centro Paula Souza está presente em dezesseis municípios, e em todas essas escolas (sede ou extensão) a habilitação técnica em Administração está inserida na matriz curricular. O propósito é atender às demandas provenientes das características locais e regionais que se articulam com a criação da Região Metropolitana.

Com esse intuito, a Secretaria de desenvolvimento Metropolitano do Estado de São Paulo destaca que a RMVLN, composta por 39 municípios e dividida em 5 sub-regiões, já nasce grande e com potenciais diversos. Tem como características: nas sub-regiões 1 e 2, o setor industrial e de alta tecnologia; nas sub-regiões 3 e 4, funções turísticas e de serviços; e, na sub-região 5, atividades portuárias, petroleiras e turismo de veraneio. Dessa maneira, a região traz consigo um prospecto de competitividade importante à economia local, regional e nacional, configurando-se como um local privilegiado para que projetos e programas (público-privados) sejam implantados com intuito de crescimento empresarial, desenvolvimento social e

geração de oportunidades aos cidadãos e municípios. Diante desse cenário, neste estudo pretende-se responder à questão apresentada no subitem 1.1 – Problema.

1.1 Problema

A formação técnica em Administração capacita os discentes das sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do vale do Paraíba e Litoral Norte ao trabalho baseado nas vocações e potenciais econômicos locais e regionais?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar a relação entre a formação técnica em Administração proposta pelo Centro Paula Souza com as potencialidades econômicas das sub-regiões 3 e 4 da RMVLN, bem como as perspectivas de inserção, no mercado de trabalho, dos egressos da referida habilitação profissional.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever as características e potencialidades regionais que podem representar oportunidades de emprego, trabalho e empreendedorismo;
- Compreender como as Instituições de Ensino articulam currículo e plano pedagógico na formação de profissionais de nível médio;
- Entender os processos pedagógicos adotados pelas Escolas Técnicas das sub-regiões 3 e 4 da RMVLN, com o intuito de identificar como as potencialidades locais e regionais são trabalhadas a partir do curso Técnico em Administração;
- Comparar os dados das sub-regiões estudadas, considerando as percepções dos profissionais da educação em relação a elas, bem como as perspectivas de inserção dos alunos egressos no mercado de trabalho.

1.3 Delimitação do estudo

Investiga-se a relação entre formação técnica em administração e características regionais das sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Neste intento, apresentam-se os motivos que incentivaram o estudo.

Segundo o Portal Brasil (2012), “[...] profissionais que fazem cursos técnicos (de nível médio) têm 38% a mais de chances de obter emprego com carteira assinada”, item esse importante, se analisado sob a óptica local e regional. A pesquisa também revela que o curso técnico representa um agregador de estímulo à continuação dos estudos, pois “[...] 38,4% dos entrevistados afirmaram ter continuado a estudar após formação técnica” (PORTAL BRASIL, 2012).

Dessa forma, atrelados às características locais, e devido à transversalidade proporcionada pela habilitação técnica em Administração, o curso técnico apresenta-se como importante para o desenvolvimento local e regional, em virtude dos atributos apontados em seu Plano de Curso:

Administrar significa ter de determinar uma direção o tempo todo: onde investir, quem contratar, que posicionamento adotar no mercado, como promover a organização e escolher os parceiros ideais. Nessa profissão, seja em organizações públicas, mistas ou privadas, é necessário tomar decisões constantemente. Por isso, não basta o bom senso, é preciso preparo, conhecimento, determinação, liderança e dominar métodos e técnicas de trabalho em equipe (PLANO DE CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, 2012, p.6).

Conseqüentemente, o profissional pode trabalhar em praticamente todos os departamentos de uma organização, conforme aponta o documento, que enfatiza que “[...] os processos educacionais devem preparar o profissional para a mobilidade permanente entre ocupações numa mesma empresa, entre diferentes empresas e, até mesmo para o trabalho autônomo” (CEETEPS, 2012, p. 4). Infere-se, portanto, que o curso pretende capacitar o Técnico em Administração para:

Compreender o contexto socioeconômico e humano, nos planos regional e global; aplicar nas diferentes realidades de trabalho, conhecimentos e atitudes favoráveis à transformação da realidade social, buscando construir uma sociedade mais justa, igualitária e ética; ter uma formação científica e técnica para empreender e/ ou atuar em organizações; desenvolver uma administração com autonomia moral, intelectual, tanto dentro do contexto mais imediato da própria organização como no âmbito mais amplo da sociedade; desenvolver competências para atuar, analisando criticamente as questões da organização, buscando melhorias e proporcionando

transformações; desenvolver estudos sobre a região onde a organização está inserida e propor ações que visem mudanças significativas na organização; aplicar técnicas de planejamento, gestão, avaliação e controle, para inserção no contexto dos serviços administrativos das organizações (PLANO DE CURSO ADMINISTRAÇÃO, 2012, p. 5).

Assim sendo, constata-se que a formação técnica de nível médio em Administração contempla: a instrução de profissionais flexíveis, atentos às realidades que os cercam, conscientes dos contextos socioeconômicos e humanos, com capacidade empreendedora e autônoma e com habilidade para analisar, interpretar e atuar na região, por meio de conhecimento dos potenciais econômicos locais. Estes são aspectos fundamentais para o desenvolvimento regional, principalmente quando a atenção se direciona à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

De acordo com a Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano (2012), a nova Região Metropolitana é intensa e apresenta relevantes diferenças quanto ao clima, topografia, industrialização, culturas, processos econômicos, nos municípios que formam as sub-regiões:

1: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos. 2: Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé. 3: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira. 4: Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras. 5: Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2012 p.19).

Neste estudo, analisam-se as sub-regiões 3 e 4 da RMVLN, que, diferentemente das sub-regiões 1 e 2, cujo setor industrial e alta tecnologia são intensos, apresentam potenciais econômicos ainda em formação, como o turismo religioso e a expansão da indústria em Guaratinguetá e Lorena.

1.4 Relevância do estudo

Nos últimos anos tem-se acompanhado, no estado de São Paulo, o discurso de que “[...] é no Ensino Técnico e Tecnológico que estão as melhores oportunidades de treinamento qualificado que abrem as portas do mercado de trabalho para os jovens” (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2008), o que

vem gerando um apelo pela política de educação profissional orientada à expansão das escolas Técnicas do Centro Paula Souza.

Com a justificativa de formar mão de obra qualificada para atender às vocações regionais, e com base no perfil socioeconômico de cada região, evidencia-se que, entre 2008 e 2014, a quantidade de escolas técnicas saltou de 151 para 218, o que representa um acréscimo de 44%, conforme indica o Portal do Governo do Estado de São Paulo.

É notável que, juntamente com o crescimento, surgem vários desafios, tais como: estrutura educacional, infraestrutura, necessidades de parcerias com municípios e iniciativa privada, dentre outras, o que motiva um debate acerca de políticas educacionais.

Outro fator elementar é a organização das habilitações técnicas. Isso porque, no mesmo período, de 2008 a 2014, houve um aumento de 85 habilitações para 135 cursos técnicos. Nesse cenário, observa-se que o Curso Técnico em Administração é o que mais está presente na Instituição, sendo oferecido por 119 escolas, inclusive nas sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do vale do Paraíba e Litoral Norte.

Uma abordagem sobre os cursos técnicos do Centro Paula Souza nessas duas sub-regiões constatou que todas as Escolas Técnicas (ETECs) existentes oferecem o curso de Administração em sua grade curricular, e que a quantidade de vagas oferecidas é maior do que a oferecida pelos outros cursos.

Portanto, acredita-se ser relevante uma análise acerca da empregabilidade e oportunidades no mercado de trabalho local, dos egressos desse curso.

1.5 Organização do trabalho

Este texto está organizado em sete capítulos, nos quais se procurou apresentar a pesquisa realizada.

O primeiro capítulo é dedicado ao problema, objetivos e contextualização da pesquisa.

Os fundamentos teóricos (Revisão de Literatura) que instrumentalizam a pesquisa e que dão embasamento à análise proposta constituem os capítulos dois, três e quarto.

No capítulo cinco apresenta-se o Método, exemplificando o tipo de pesquisa, suas etapas, bem como os procedimentos metodológicos selecionados, com o intuito de demonstrar os caminhos trilhados para o alcance do objetivo.

Com os dados coletados e analisados, no sexto capítulo, intitulado Resultados e discussão, retomam-se as bases teóricas, que posteriormente possibilitam tecer a conclusão.

O trabalho encerra-se com a apresentação das referências, apêndices e anexos.

2 HISTÓRICO E CONTEXTO DO ENSINO PROFISSIONAL NO BRASIL

Com o propósito de defender o território de prováveis invasores franceses e de sedentos espanhóis que frequentavam a foz do Rio do Prata em busca de ouro e prata, Portugal, depois de 30 anos do descobrimento do Brasil, estabelece sua colônia em terras brasileiras.

É notável, no contexto histórico, que quase nenhum produto brasileiro tinha importância comercial para Portugal, a começar pelo pau-brasil, que representava trabalho demais e dinheiro de menos. Porém, com a intenção de manter essas terras sob domínio da metrópole, D. João foi forçado a investir na estratégia do Atlântico Sul, com o objetivo de proteger o território e iniciar uma investigação geológica (DORIA, 2012, p. 30) para reconhecimento das riquezas brasileiras. Dessa forma:

Em 1530, quatro naus comandadas pelos irmãos Martim Afonso e Pedro Lopes de Souza chegaram ao Brasil trazendo 400 homens. Navegaram pela costa combatendo franceses, desceram ao Prata investigando e subiram de volta um pouco ao norte. Aí saltaram a terra e fundaram a vila de São Vicente, logo na sequência realizando a primeira eleição das Américas para formar a Câmara Municipal (DORIA, 2012, p. 30-31).

Contudo, o processo de colonização deveria se basear na produção de algum produto que justificasse o investimento de capital (RUBEGA, 2000).

Logo, atento aos fatos que tinha, D. João necessitava de um segundo plano: “[...] este nasceria dum já longo exercício em pequena escala que Portugal conduzia nas ilhas da Madeira, no Atlântico, e de São Tomé, na África: a produção de açúcar”. (DÓRIA, 2012, p.31).

Nesse período, o açúcar tinha grande valor comercial na Europa, e o Brasil conseguia reunir atributos para fomentar a produção, tais como: clima quente e úmido, qualidade propícia do solo de massapé em sua costa (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 3), além da proximidade com os portos dos mercados consumidores europeus. Nesse sentido, o açúcar no Brasil, de 1530 a 1540, configurou-se como principal atividade econômica destinada à exportação (FREITAS, 2014).

Todavia, sua produção esbarrava em vários problemas, dentre os quais o mais complexo era o da mão de obra. De acordo com Prado Junior (1976, p. 20), a mão de obra utilizada inicialmente (na plantação de cana) era formada por indígenas

que, além de numerosos, no primeiro momento apresentaram-se pacíficos. Ao longo do tempo, por motivos diversos, foram trocados por negros africanos.

Segundo Rubega (2000, p. 27), “[...] o mercantilista encontrava na mão escrava uma mercadoria cujo valor de uso possuía a propriedade peculiar de ser fonte de valor, de modo que consumi-la seria, portanto, criar valor”. Nesse intento, a estratégia ideal para suprir o máximo dessa mão de obra escrava (indígena e negra) na produção açucareira era promover nas colônias agrícolas a transmissão sistemática dos conhecimentos e habilidades necessários ao respectivo cultivo.

Para isso, os portugueses introduziram no Brasil as corporações de ofício, a exemplo do que ocorria na Europa. Entretanto, alguns contrastes marcariam a relação entre a instrução dos escravos e os interesses comerciais dos senhores rurais:

O prestígio que ainda gozavam os ofícios no século XVI iria desaparecer por completo com a utilização da mão de obra escrava para a produção dos bens necessários à sobrevivência das colônias. À medida que os senhores rurais viam suas riquezas aumentadas, a partir dos ganhos obtidos pela exploração dos engenhos, distanciavam-se cada vez mais dos elementos que viviam sob sua sombra e proteção. O ensino rudimentar e caseiro dos ofícios era ministrado apenas aos escravos, tornando-os aviltantes aos olhos dos brancos. Quando isso ocorreu, abastardou-se o ensino de ofícios no Brasil. As profissões manuais eram ensinadas pelos mestres de ofício aos jovens aprendizes, em suas próprias tendas de trabalho. O controle das corporações era exercido pelas câmaras municipais, que regulavam os salários e nomeavam os mestres encarregados de transmitir os conhecimentos técnicos (RUBEGA, 2000, p. 27).

Essa situação perdurou até a promulgação da primeira constituição do império, outorgada por D. Pedro I em 25 de março de 1824, cujo Artigo 179, item XXV, estabelecia: “Ficam abolidas as Corporações de Offícios, seus Juizes, Escrivães e Mestres”.

Fonseca (1986, p. 309) certifica que “[...] essa atitude dissolvia o principal reduto de ensino de ofícios no Brasil”, deixando a revelia principalmente a Província de São Paulo, cuja organização das corporações se configurava mais consistente. A partir desse ato, apresentaram-se destituídas, sem instituição e lei que as substituísse de pronto (RUBEGA, 2000, p. 280).

De acordo com Cunha (2000), com a divisão do trabalho, em especial no século XIX, o ensino profissional toma uma nova direção no Brasil. Inicialmente, pela necessidade de transformar em força de trabalho os homens livres, escravos e índios, para atender às necessidades imediatas dos núcleos populacionais emergentes, e em seguida, por ações governamentais que também visavam a

transformação de força de trabalho, agora voltadas aos artistas e aprendizes portugueses que vinham para o Brasil atraídos pelas indústrias em implementação.

Rubega (2000) apresenta as ações implementadas com o apoio do governo, na época:

Ação Governamental	Ano	Local	Objetivo
Colégio das Fábricas	1809	Rio de Janeiro	Transformar em força de trabalho os artistas e aprendizes que vinham de Portugal, atraídos pelas Indústrias que estavam sendo abertas no Brasil.
Escola de Belas Artes	1816	Rio de Janeiro	Para poder se articular o ensino de ciências e de desenho para ofícios mecânicos.
Seminário dos órfãos	1819	Bahia	Ali se ensinavam as artes e ofícios mecânicos para os deserdados da sorte, os desamparados e os infelizes, sendo de caráter assistencialista o estigma que marcou o ensino profissional, até a primeira metade do século XX.
Instituto Comercial	1861	Rio de Janeiro	Organizado por Decreto Real. Os diplomados tinham preferência no preenchimento de cargos públicos das Secretarias de Estado.
Liceus de artes e ofícios	1858 1872 1880 1882 1884 1886	Rio de Janeiro Salvador Recife São Paulo Maceió Ouro Preto	Instituições mais importantes do período voltadas para o ensino industrial.

Quadro 1 - Ações de estímulo ao ensino profissional

Fonte: Rubega, 2000, p. 30.

Fica evidenciado que, no século XX, principalmente após a proclamação da República, o ensino profissional “[...] tem sua origem dentro de uma perspectiva assistencialista” (MEC, 2007). A intenção direcionava-se mais a atender as demandas sociais do que a qualificação propriamente dita.

Com a criação dos cursos técnicos, o ensino profissional ganha novos rumos a partir do século XX. Com o decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, o presidente Nilo Peçanha cria as escolas técnicas no Brasil. De acordo com o Ministério da Educação, esse processo é conhecido como marco inicial do ensino profissional, científico e tecnológico de abrangência federal, cujo resultado foi a criação de 19 escolas de Aprendizes Artífices, com objetivo de oferecer ensino profissional primário e gratuito para pessoas que o governo chamava de “desafortunadas”.

Destarte, Martine e McGranahan (2010, p.11) afirmam que “[...] o país experimentou, na segunda metade do século XX, uma das mais aceleradas

transições urbanas da história mundial. Esta transformou rapidamente um país rural e agrícola em um país urbano e metropolitano”, despertando uma nova demanda social e educacional.

Já Wittaczik (2008) considera a década de 1930 como referencial histórico para a Educação Profissional do Brasil, devido ao início de sua industrialização que, por sua vez, necessitava de recursos humanos para o processo produtivo.

Da mesma forma, Winckler e Santagada (2012, p. 98) destacam que, “[...] com o projeto industrializante, abandonou-se a visão de uma educação profissional voltada aos desvalidos”. Fatores relevantes foram a implantação do capitalismo industrial nacional, que crescia no país, e a demanda por operários qualificados e quadros técnicos, entre 1930 e 1945.

Nesse contexto, o Ministério da Educação destaca que, em 1937, o ensino profissional passa a ser contemplado como um elemento estratégico para o desenvolvimento da economia e como um fator para proporcionar melhores condições de vida para a classe trabalhadora.

Tal evidência encontra-se na Constituição Federal da época, promulgada em 10 de novembro de 1937, cujo artigo 129 deixa expresso o dever da Nação, Estados e Municípios de assegurarem à infância e juventude a que faltarem os recursos necessários à educação em institutos particulares, a fundação de instituições públicas de ensino, com possibilidade de receber educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. Nesse mesmo artigo, fica estabelecido o dever da indústria e dos sindicatos de também criarem, na esfera de sua atuação, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários e de seus associados.

Impulsionado por essas ações, o Presidente Getúlio Vargas transformou as Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Industriais, que passaram a trabalhar em sintonia com a expansão da indústria, que se desenvolvia mais rapidamente (MEC, 2013). Logo, para sustentar o crescimento pelo qual o país passava naquele período, era preciso formar mão de obra qualificada, até então um bem escasso no Brasil (MORAES, 2005).

Em 1942, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, promoveu uma profunda reforma no sistema educacional brasileiro, caracterizando o que se intitulou Leis Orgânicas da Educação Nacional.

Num conjunto de decretos, ficou estabelecida a equiparação do ensino profissional e técnico ao nível médio e, após a Reforma Capanema, a educação brasileira ficou estruturada em dois níveis: a educação básica, que por sua vez era dividida em duas etapas, o curso primário e o secundário, subdividido em ginásial e colegial, e o de nível superior. Dessa forma, o Documento Base da Educação Profissional Técnica (2007, p. 12) destaca que:

A vertente profissionalizante, parte final do ensino secundário, era constituída pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico. Todos com o mesmo nível e duração do colegial, entretanto não habilitavam para o ingresso no ensino superior.

Com a fixação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, que desde 1948 era discutida no Congresso Nacional, equiparou-se o ensino profissional ao ensino acadêmico, estimulando assim uma forte expansão da oferta de ensino técnico e profissional, que a partir década de 1970 ganhou fôlego com a aceleração do crescimento econômico.

Paralelamente aos movimentos em prol da educação profissional no Brasil, constata-se que, em especial no estado de São Paulo, a indústria já traçava um caminho e, por consequência, necessitava de mão de obra qualificada. Nesse contexto, de acordo com Furtado (2005, p. 234), “[...] o censo de 1920 já indica que 29,1 por cento dos operários industriais estavam concentrados no estado de São Paulo. Em 1940 essa porcentagem havia subido para 34,9, e em 1950, para 38,6”. Se forem considerados os dados da renda nacional, a participação de São Paulo no produto industrial passou de 39,6 para 453 por cento, entre 1948 e 1955, evidenciando a era industrial no país.

Com o propósito de atender às demandas do estado de São Paulo, com geração e formação de mão de obra, em 06 de outubro de 1969 iniciaram-se as atividades do Centro Paula Souza, cujas primeiras reuniões advinham de 1963, em decorrência da expansão industrial no estado.

De acordo com Moraes e Oliveira (2002, p. 17), o “Centro Paula Souza foi se expandindo gradualmente”, alicerçado nas potencialidades locais e na necessidade de formação profissional do período histórico específico. Sua trajetória remonta a mais de cinco décadas antes de sua criação propriamente dita.

Relatam as autoras que as primeiras escolas oficiais do estado de São Paulo “[...] foram criadas em 1910, na gestão Oscar Tompson na Diretoria da

Instrução Pública, como parte do projeto de constituição de um mercado interno de mão de obra qualificada”. Assim, os objetivos das escolas profissionais do estado de São Paulo eram:

[...] atingir uma população específica: os filhos de trabalhadores que iam “seguir a profissão de seus pais” e constituíam “uma fonte de inesgotável atividade e energia, alimentando as forças vivas de nosso Estado”. (MORAES; OLIVEIRA, 2002, p. 18)

No ano seguinte, 1911, as primeiras escolas técnicas do Centro Paula Souza começaram a funcionar, primeiramente na cidade de São Paulo. Eram destinadas ao ensino das artes industriais para o sexo masculino, além de economia doméstica e prendas manuais para o sexo feminino. Posteriormente, no interior paulista foram criados dois institutos, Escola de Artes e Ofícios de Amparo e o Instituto de Jacareí, nos quais deveria ser ministrado o ensino das profissões mais adequadas ao meio industrial.

Nos dias atuais, a Instituição configura-se como autarquia do Governo do estado de São Paulo vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação – SDECTI. Administra 218 Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) e 64 Faculdades de Tecnologia (FATECS). Na Região do Vale do Paraíba e Litoral Norte, o Centro Paula Souza está presente em 16 municípios, formando um total de 18 escolas entre sede e extensão (FAT, 2013).

De acordo com informações Institucionais, o Centro Paula Souza tem como objetivo ser reconhecido como Instituição de “competência em educação pública e profissional”. Sua missão, conforme o site institucional, está enraizada nos propósitos de “[...] Promover a educação profissional pública dentro de referenciais de excelência, visando ao atendimento das demandas sociais e do mundo do trabalho”. São fatores congruentes ao desenvolvimento que, para Martino (2012, p. 28), se configura como “política pública estratégica” direcionada à formação de mão de obra qualificada em prol do desenvolvimento econômico e social do estado de São Paulo.

2.1 Educação, trabalho e seus paradigmas: formação, qualificação e competência

De acordo com Saviani (2008), a analogia entre educação e trabalho remonta aos primórdios da civilização, fundamentando-se em fatos históricos e ontológicos. Primeiramente, por ser um processo produzido ao longo do tempo pela

ação humana e, em seguida, porque o produto dessa ação e o resultado desse processo é o próprio ser dos homens.

Assim, a inteligência, a criatividade e a experiência, atreladas ao processo de manufatura e transformação, desenvolvem-se, aprofundam-se e complexificam-se, ao longo do tempo, “configurando-se um processo histórico” (SAVIANI, 2008, p.154) reverenciado pelas transformações que vão do artesanal à Revolução Industrial, do manual ao mecanizado, do empírico ao científico e das oficinas artesanais às grandes corporações tecnológicas (SERT, 2010).

Dessa forma, Schawartzman e Castro (2013), ao analisarem a correlação ensino, formação profissional e mão de obra, perante as transformações mercadológicas e produtivas contemporâneas, afirmam que o debate existente no Brasil, acerca da educação para o trabalho, é fator primordial de desenvolvimento, mesmo havendo caminhos equivocados na constituição do ensino profissional no país.

Na análise de Rubega (2000, p. 7), evidencia-se que as críticas de Schawartzman e Castro fundamentam-se em planejamentos frágeis, no que tange Desenvolvimento e Educação, o que, a partir da década de 1970, passa a ser consenso nos países desenvolvidos da Europa, América do Norte e Japão e, nos meados dos anos 90, na América Latina, e o Brasil teve que se adequar à nova proposta.

As profundas transformações ocorridas nos últimos 35 anos nos processos de produção e nas formas de organização e gestão do trabalho, aliadas ao processo político-econômico de globalização dos mercados internacionais e da postulação desse processo como mecanismo central de regulação das relações sociais, passaram a demandar novas concepções curriculares e pedagógicas na formação profissional (RUBEGA, 2000, p. 7).

Com essas transformações, no início dos anos de 1990, a América Latina, seguindo os modelos ditados pela UNESCO e elaborados na Espanha, inicia a reforma dos sistemas educacionais, com base no desenvolvimento de competências e habilidade.

Assim, as concepções acerca de formação, qualificação e competência, embora consideradas por Manfredi (1998) como polissêmicas, tornaram-se desafiadoras, na perspectiva de que o ensino profissional, assim como a educação

básica, se configurasse um direito de todos – com a ressalva de que a primeira é facultativa, enquanto a segunda é obrigatória (LDB, 1996).

Assim, amplia-se o horizonte de análise sobre formação, qualificação e competência, terminologias que muitas vezes se apresentam controversas e provocadoras de calorosos debates, pois envolvem: políticas de inserção no mercado de trabalho, geração de novas oportunidades, desafios institucionais pela profissionalização e qualificação da mão de obra, isso tudo atrelado à lógica de que o “[...] capital tornou-se efetivamente capaz de impor um modelo de trabalhador segundo seu desejo” (OLIVEIRA, 2003, p. 37).

2.1.1 Formação profissional: do formal ao informal

Neste tópico discutem-se as concepções de formação e qualificação sobre o panorama profissional, por meio de breves abordagens multidisciplinares e teóricas, com o intuito de desvendar as direções (nesse instante, hipotéticas) que os profissionais de Administração, bem como os de diversas áreas do conhecimento, deverão seguir, pautados pelas condições do mercado e pelo modelo de ensino formativo.

A educação profissional brasileira é constituída por um histórico opulento e intenso, conforme destacam Vilhena (1921) e Fonseca (1961), acompanhando fases importantes do país, muitas delas impulsionadas pelo social e econômico, conforme já dissertado.

Segundo Amâncio Neto (2009, p. 27-38), os momentos históricos que formataram o ensino profissional “[...] são decorrentes de longos processos políticos e cronológicos”, dentre os quais se destacam: criação das escolas de aprendizes (1909), das escolas de aprendizes aos liceus (década de 1930); dos liceus às escolas industriais (1942); das escolas industriais às Escolas Técnicas (década de 60), das escolas técnicas aos Centros Federais de Educação tecnológica (década de 1990); dos Centros Federais aos Institutos Federais (década de 2000). Também disserta o autor que as transformações da educação profissional no final da década de 1990 estão elencadas no Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). No capítulo 3 deste trabalho apresenta-se uma discussão sobre educação e políticas públicas para o ensino profissional e profissionalizante.

Sendo assim, Ferreira (2010) define formação como ato, efeito, modo de formar, maneira por que se instituiu uma mentalidade, um caráter ou um conhecimento profissional, ainda que as acepções de qualificação estejam atreladas a “[...] conhecimento ou aptidão que habilita alguém ao desempenho de uma função, de uma profissão; capacitação, habilitação”.

Nesse contexto, percebe-se que as duas terminologias muitas vezes são consideradas equivalentes e sinônimas, como destaca Manfredi (1998, p.2), mas apresentam, em seus conceitos e propósitos, contrastes e divergências importantes a serem analisadas.

Quanto à formação, Ferreti (2008, p. 647) faz uma avaliação instigante sobre dois focos. O primeiro deles é baseado na intencionalidade, pautado no ato e no modo de formar, e em seguida, sobre as circunstâncias não planejadas ou não desencadeadas diretamente com essa finalidade.

Nessa perspectiva, visualizar a formação como processo educacional e instrucional significa assumir a posição de que ela pode acontecer em dois momentos diversos: educação formal e educação não formal (GADOTTI, 2005, p. 2), trazendo em seu bojo a função de desenvolver faculdades psíquicas e intelectuais nos indivíduos, seja por meio de atividades metodológicas, organizadas, pautadas por um currículo sequencial, seja por meio de observação e métodos empíricos.

A educação formal tem objetivos claros e específicos e é representada principalmente pelas escolas e universidades. Ela depende de uma diretriz educacional centralizada como o currículo, com estruturas hierárquicas e burocráticas, determinadas em nível nacional, com órgãos fiscalizadores dos ministérios da educação. A educação não formal é mais difusa, menos hierárquica e menos burocrática. Os programas de educação não formal não precisam necessariamente seguir um sistema sequencial e hierárquico de “progressão”. Podem ter duração variável, e podem, ou não, conceder certificados de aprendizagem” (GADOTTI, 2008, p. 02).

Pautada por essa concepção evidencia-se a importância dos cursos de formação profissional, na condição de formadores sistematizados, com lógica metodológica do ensino da profissão, mas sem isenção da prática empírica do trabalho também como processo educacional, como aponta Kuenzer (1985, *apud* MANFREDI, 1998, p. 5).

A formação para o trabalho é definida como treinamento básico, conhecimento ou formação escolar necessários para o exercício da função; esse conhecimento ou formação podem ter sido adquiridos ou por instrução

formal ou por treinamento preliminar em trabalhos de menor grau, ou pela combinação desses meios.

Um exemplo notório dessa articulação – teoria e prática – é analisado por Cunha (2005, p. 24), que destaca a importância das estradas de ferro na introdução do ensino de ofícios no país, cujo processo associava oficina e escola (educação informal e formal). Com esse apontamento o autor afirma que “[...] este ensino dispensou o longo e incerto padrão de aprendizagem herdado do artesanato”.

Para atender à necessidade de mão de obra no setor, as empresas ferroviárias mantinham escolas para formação de operários destinados à manutenção de equipamentos, veículos e instalações (CUNHA, 2005 p. 24).

Em contrapartida, Zoro e Silva (2011) alegam que o setor ferroviário foi preponderante na expansão capitalista, fruto da Revolução Industrial que, por sua vez, estreitava a relação entre ciência e técnica, trazendo desenvolvimento às localidades por onde passava. Nesse sentido, Manfredi (1998, p. 3), ao mencionar Harbison (1974), retrata a expressão “formação do capital humano” como preponderante para a atividade produtiva, pois representa o “[...] processo de formação e incremento do número de pessoas que possuem as habilidades, a educação e a experiência indispensáveis para o desenvolvimento político e econômico de um país”.

2.1.2 Qualificação: objetivo da formação

Segundo Costa (2007, p. 129), desde os primeiros estudos o termo qualificação apresentou-se difuso e controverso, por fazer ponte entre dois termos abertos: o seu próprio conceito e a relação com o trabalho. Nesse sentido, o autor aponta duas perspectivas clássicas, no entanto divergentes. A primeira delas, desenvolvida por Georges Friedmann, via no artesanato a forma perfeita do trabalho qualificado, pois se configurava um processo harmonioso entre o saber e o saber fazer. Já a segunda perspectiva, desenvolvida por Pierre Naville, com visão relativista partia do pressuposto de que qualificação é o resultado de um processo de formação autônomo que envolve aspectos sociais determinados pelo tempo de escolarização, salário, operações de classificação e hierarquia.

Tal inquietação conceitual e prática direcionada à qualificação, segundo Manfredi (1998), leva a entender a palavra como polissêmica, ou seja, seu significado, bem como sua aplicabilidade, dependerá do contexto em que estará sendo utilizada.

Nesse sentido, a autora indica três situações:

[...] a qualificação é considerada na perspectiva da preparação para o mercado, envolvendo, portanto, um processo de formação profissional adquirido por meio de um percurso escolar e de uma experiência (ou carreira profissional) capaz de preparar os trabalhadores para o ingresso e a manutenção do mercado formal de trabalho. Um outro uso de noção de qualificação é entendê-la como um processo de qualificação/desqualificação inerente à organização capitalista do trabalho, sendo resultado da relação social entre capital e trabalho e da correlação de forças entre ambos. Há ainda uma terceira visão (mais recente, da sociologia do trabalho francesa) que aborda e define a qualificação a partir da investigação de situações concretas de trabalho (MANFREDI, 1998, p. 8).

A análise da qualificação na perspectiva de preparação para o mercado depara com o uso genérico desse substantivo. Essa proposição se evidencia pela significativa quantidade de instituições que promovem cursos de formação profissional denominando-os “qualificação”, estritamente com concepção adjetiva, o que, conseqüentemente, provoca profundos debates. Nesse ensejo, ao analisar especificamente a qualificação de administradores, Bertero (2006) aponta os motivos de prováveis críticas ao atual modelo de qualificação profissional e indica as conseqüências decorrentes da falta de controle por parte de autoridades educacionais.

São cursos que não oferecem diplomas, e sim certificados, em sua maioria não são supervisionados pelas autoridades educacionais dos países e desfrutam de inteira liberdade quanto aos conteúdos, formatos, duração e tecnologia instrucional utilizada. São absolutamente dependentes do mercado. Isto explica seu dinamismo, seu crescimento e também a elevada competitividade entre as instituições envolvidas e uma enorme turbulência no ambiente em que operam (BERTERO, 2006, p. 27).

Dessa maneira, constata-se que esses cursos se configuram mais informativos do que qualificativos, atendendo às vontades do mercado.

Porém, com um olhar amplo, identifica-se que a qualificação se condiciona a atributos inerentes da formação (de acordo com abordagens teóricas, essa visão pode ser contrariada), pois engloba os desafios que o profissional de hoje terá que

superar, como exemplo, a busca constante de atualização e especialização, não apenas em sua área de atuação, mas em um contexto geral.

Outra via importante é pautada nas novas funções e atribuições motivadas pela competitividade e pela globalização, pois a inovação e tecnologia impulsionam a geração de novas profissões, alterando e interferindo diretamente no comportamento do mercado de trabalho e criando uma linha tênue entre qualificados e desqualificados, mesmo com alta formação, no pressuposto de que “[...] os trabalhadores mais escolarizados estão perdendo seus empregos” (OLIVEIRA, 2003, p. 34).

Na ótica de qualificação a partir da investigação, Bertero (2006), ao estudar o ensino e pesquisa em Administração, aponta algumas recomendações que engendram a formação com qualificação, sendo elas: busca da relevância, aplicabilidade e aproximação com a prática, originalidade, rigor metodológico e inserção no mundo globalizado. O autor considera esses fatores essenciais para criar vínculos entre categorias profissionais e empregadores, o que Ramos (2001) denominou de “código de comunicação”.

Contudo, Araújo (1999, p. 180) diz que “[...] qualificação profissional, em última análise, baseia-se sobre conhecimentos teóricos formalizados com vistas a pôr em prática uma profissionalidade”.

2.1.3 Competências: um passo além da qualificação

Diversas referências teóricas que abordam qualificação e competência indicam que a qualificação está atrelada ao perfil taylorista e fordista, enquanto o conceito de competência está direcionado ao modelo de produção flexível, representado pelo toyotismo.

Nesse sentido discute-se competência com fundamento nos processos de reorganização da economia mundial e nas transformações organizacionais que estão configurando um novo modelo de trabalho (MANFREDI, 1998, p. 9). Oliveira (2003, p. 39) apresenta severas críticas a essa situação, ao afirmar que “[...] o saber, em todas as dimensões: fazer, ser, aprender, etc., começa e termina aonde o capital determina”, criando situações danosas ao trabalhador.

Verifica-se um consenso entre os teóricos referenciados no presente estudo, Manfredi (1998), Araújo (1999), Kuenzer (1999), Ramos (2001) e Stoobants (1997): o tripé da competência é o “saber fazer”, “saber ser” e “saber agir”.

Manfredi (1998, p. 10) explica o significado desses três elementos:

O “saber fazer”, que recobre dimensões práticas, técnicas, científicas, adquirido formalmente (cursos/treinamentos) e/ou por meio da experiência profissional; o “saber ser”, incluindo traços de personalidade e caráter, que ditam os comportamentos nas relações sociais de trabalho, como capacidade de iniciativa, comunicação, disponibilidade para inovação e mudança, assimilação de novos valores de qualidade, produtividade e competitividade, e, o “saber agir”, subjacente a intervenção ou decisão diante de eventos, exemplos: saber trabalhar em equipe, ser capaz de resolver problemas, realizar trabalhos novos e diversificados.

Torna-se evidente que algumas características são subjetivas e intrínsecas ao indivíduo, tornando-se um fator complexo, quando atrelado à formação, principalmente quando se mergulha na análise de traços de personalidade, caráter e iniciativa.

Por essa lógica, Steffen e Fischer (2008, p. 230) propõem um paralelo interessante entre trabalhador e ferramentas de trabalho (máquina ou tecnologia), na seguinte afirmação: “[...] um dos pressupostos da noção de competências é a de que os trabalhadores conhecem e, por, outro lado, as tecnologias não resolvem”. Nesse trecho, evidencia-se que o profissional competente é aquele que possui o conhecimento e que, quando necessário, o aplica na prática.

Sendo assim, Dubar (1996, *apud* ARAÚJO, 1999, p. 178) apresenta cinco elementos que se combinam para formar o modelo de competência:

As novas normas de recrutamento privilegiando o “nível do diploma”, sendo que o diploma ganha a conotação de certificação de competências; a valorização da mobilidade e da sequência de trabalho individualizado; novos critérios de avaliação que colocam em evidência as qualidades pessoais e relacionais; a formação contínua; e o questionamento dos sistemas de classificação, fundados sobre os “níveis de qualificação”, modificando fórmulas de individualização do trabalho, da carreira, da performance e da formação.

De maneira ampla, a competência carrega consigo habilidades e atitudes no âmbito pessoal e cognitiva do indivíduo, envolvendo todas as suas dimensões (ARAÚJO, 1999).

Dessa forma, o diploma, no primeiro instante relacionado à formação, recebe um status de certificação das competências adquiridas, pressupondo-se que os conhecimentos técnicos, teóricos e comportamentais foram avaliados e considerados satisfatórios.

Logo, os temas abordados - formação, qualificação e competência - são provocadores de intensos debates, principalmente pela importância que esses conceitos recebem no contexto educacional, além de suas ligações consideradas homogêneas, mas que na análise se apresentam divergentes e complementares.

2.2 Revisão teórica acerca do conceito de administração

Entender a concepção de Administração significa estar aberto para desvendar as nuances de diferentes termos, como gestão, administração, ou gerar, administrar, ou, ainda, gestor, administrador, gerente, dirigente (AKTOUF, 2011, p. 26). Esses termos, conforme Kanitz (2011), apresentam diferenças quanto à categoria de formação e, sob a ótica de Ferreira, Reis e Pereira (2009 p. 6), distinguem-se em “interpretações burocráticas empresariais”.

A concepção de Administração como ciência evidencia-se pela implantação de “teorias, métodos, técnicas, produtos” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.14-19), fragmentos que, agrupados, formam um conjunto organizado de informações cujo resultado final é o conhecimento. Conforme Severino (2007, p. 100), é “[...] o enlace de uma malha teórica com dados empíricos, articulação do lógico com o real, do teórico com o empírico, do ideal com o real”. Entretanto, são experiências práticas aliadas a teorias consolidadas que geram novos modelos de pensamento.

Esses modelos se tornam eminentes nas contribuições de Taylor (1911), com a organização das tarefas e a racionalização do trabalho operário, adaptando a Administração à Ciência, na composição estrutural da administração Clássica de Fayol (1922) e no modelo industrial de Ford (1908), com produção em massa. Esses modelos serviram de análise para Drucker (1945), Mayo (1932), Herzberg (1959), dentre outros teóricos, que questionaram, discutiram, implantaram melhorias ou abortaram as ideias *a priori* concebidas.

Outros fatores contundentes que demonstram o impacto e a necessidade de investigação e pesquisa por meio da Administração e, conseqüentemente, o

envolvimento de profissionais aptos a se tornarem protagonistas no cenário em que atuam, são a dimensão territorial e o desenvolvimento local. Com base em Martino (2012), verifica-se que constituem mola propulsora e que o profissional deve identificá-los como “[...] possibilidades atuais do mundo [...] que permitem que cada lugar transforme suas virtualidades em oportunidade de desenvolvimento no próprio território”.

Foram fatos que se evidenciaram no Japão, depois da Segunda Guerra Mundial, e que criaram novos modelos de gerenciamento. E, nesse contexto, Ferreira, Reis e Pereira (2009, p. 146) destacam que,

[...] em apenas vinte cinco anos após a derrota da Segunda Guerra Mundial, que deixou o país completamente destruído, o Japão começa a invadir o mercado internacional com o seus produtos mais baratos, confiáveis, sem defeitos. As empresas ocidentais se viam despojadas, primeiramente, dos mercados internacionais e gradativamente dos mercados internos. Pela primeira vez uma nação oriental ameaçava e efetivamente rompia com a hegemonia americana em alguns setores da indústria, particularmente nos setores de eletrodomésticos e automobilísticos, este último considerado espinha dorsal do desenvolvimento da manufatura nos EUA, desde o modelo T da Ford.

Dessa maneira, o modelo clássico da escola americana de Administração passa a compartilhar espaço com a escola japonesa. Assim, segundo Vokurka e Davis (1996, *apud* PROFETA, 2003, p. 1), “[...] iniciou uma mudança no paradigma representado pela produção em massa”, emergindo como movimento contrário à produção de Ford e criando a metodologia *lean manufacturing*. Essa técnica considera redução de estoques, maior envolvimento do trabalhador na produção, multifuncionalidade por parte dos funcionários, redução do tempo de produção, incremento na qualidade dos produtos (INVERNIZZI, 2006, p.40-45), além de apresentar soluções em prol da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente.

À vista disso, a necessidade de se prosperar economicamente e os desafios dos recursos escassos estimularam os japoneses a repensarem o modo americano de produção.

No contexto apresentado, e pela análise das abordagens, a Administração consiste em conhecimento sistemático que gera a possibilidade de investigação e implementação de novas técnicas e procedimentos em busca de novos resultados.

O conhecimento sistemático requer ir além dos caminhos já viajados e de fácil acesso. Ele não tenta ser definitivo. Aceita ser questionado. Desvenda resposta. Com o conhecimento sistemático, as coisas e suas descrições são aprimoradas (MBARGA; FLEURY, 2010, p. 93).

Dessa maneira, a Administração assume posição de ciência e, com técnicas e estudos próprios, passou a ser ensinada e aprimorada.

2.2.1 O ensino da administração: sua iniciação e perspectivas no Brasil

De acordo com Bertero (2006), “[...] nenhuma área de ensino assumiu tamanha dimensão em nosso país como a de administração”, haja vista as diversas possibilidades e opções que ela oferece.

O cabedal de atuação profissional permite trabalhos em empresas públicas e privadas, de pequeno, médio e grande porte, que podem ser desdobradas em setores, como marketing, finanças, recursos humanos, logística, dentre outros. Essa multiplicidade desperta a atenção de novas Instituições de ensino que se propõem à formação e qualificação de profissionais para atender essa demanda. Por outro lado, os interessados são atraídos pela gama de oportunidades na área.

No entanto, Bertero (2006) afirma que formação escolar da administração, ou seja, “[...] o fato de se tomá-la como um conjunto de habilidades que são ensinados no sistema escolar e que podem ser ensinados e aprendidos, é relativamente recente”.

No contexto histórico, encontra-se a discussão entre franceses e americanos sobre o reconhecimento do início do curso de administração de negócio, no final do século XIX. Entretanto, constata-se que os Estados Unidos, em 1881, ao criarem a *Wharton School*, configuram-se como precedentes no ensino universitário da administração (CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO, 2013). Já a Europa oferecia certa resistência às escolas de administração no interior da secular universidade, fato esse superado após a Segunda Guerra Mundial.

Outros fatores elementares para o ensino da Administração foram as estratégias adotadas nas universidades americanas, consideradas tradicionais e prestigiadas, em busca de obter diferencial para as novas escolas. Assim, surgiram: as “*business school*”, como desdobramento dos departamentos mais tradicionais da economia; as “*graduate schools*”, como cursos de pós-graduação em forma de

mestrado profissional, e, em seguida, com programas de doutorado; programas de graduação, cuja duração era de quatro anos e continuidade com *Master of Business Administration (MBA)* em dois anos, em regime integral e com os alunos residindo no *campus* universitário (BERTERO, 2006, p. 2).

Conforme aponta Bertero (2006, p. 3), a expansão do ensino da administração se dá “[...] com o aumento da importância dos Estados Unidos no século XX, quando se consolidam como superpotência”. O reflexo da escola americana, principalmente em management, consolida-se com trabalhos e pesquisas acerca do tema, o que chega a representar dois terços da produção científica mundial, proporcionando impactos impressionantes na área de ensino.

Já no Brasil, o ensino da administração reporta a 1952, conforme destaca o Conselho Federal de Administração. No entanto, o contexto para formação de profissionais desse setor se dá a partir da década de quarenta, conforme transformações políticas, econômicas e sociais, como se observa no trecho que compõe o panorama das décadas da Câmara dos Deputados:

A Segunda Guerra Mundial e os primeiros anos do pós-guerra criam um clima favorável ao crescimento econômico nacional. Com a redução das importações imposta pelo conflito, cresce a industrialização e a produção agrícola diversifica-se. Entre as indústrias de base que são instaladas, estão a Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Siderúrgica Nacional. Também são tomadas importantes iniciativas nas áreas de transporte e energia, com a abertura de estradas, ampliação de portos e construção de usinas hidrelétricas.

A partir desse período emerge uma nova demanda, devido à necessidade de “[...] formação de pessoal especializado para a planificação de mudanças, assim como da criação de centros de investigação para dar suporte a questões econômicas e administrativas” (CFA, 2013) pertinentes ao novo contexto da sociedade brasileira, que caminhava motivada pela migração do agrário para o industrial.

O Conselho Federal de Administração também apregoa o ensino de Administração e a regulamentação profissional do administrador (Lei 4.769/65, de 09 de setembro de 1965), ao projeto desenvolvimentista de Juscelino Kubistchek, caracterizado pela abertura econômica de caráter internacionalista, que alavancou no cenário nacional a industrialização e a importação de tecnologia norte-americana. Assim, segundo Bertero (2006, p. 4), “[...] não resta dúvida de que a administração

chega ao Brasil em um momento de expansão da influência norte-americana, seja diretamente, seja pela capacidade de influenciar, às vezes decisivamente, organismos internacionais”.

As primeiras instituições a ofertarem o curso de Administração no Brasil foram a Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1938 (cuja proposta primária voltava-se para a formação de recursos humanos para o serviço público, e somente em 1954 também para a formação de técnicas modernas em administração empresarial direcionada às Empresas) e a Faculdade de Economia e Administração (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), que nasceu em 1946, para atender, por meio de preparação dos recursos humanos, às demandas oriundas do acelerado crescimento econômico. Dessa forma, “[...] a criação da FEA se deve principalmente ao grande surto de industrialização, quando surgiram empresas movimentando vultosos capitais que exigiram, para sua gestão, técnicas altamente especializadas” (CFA, 2013).

2.2.2 Ensino da administração: o paradigma entre o acadêmico e o profissional

Bertero (2006, p. 44) apresenta um questionamento interessante, ao debater sobre o ensino e a formação do administrador: deve-se verificar o que se pretende formar com o curso de Administração, ou seja, na comparação com profissões tradicionais, mesmo com suas subdivisões, sabe-se “[...] que o cardiologista, engenheiros civis e tributaristas representam funções de médicos, engenheiros e advogados, respectivamente. Mas, quando se volta ao Administrador as coisas não são tão claras”.

Entretanto, o autor aponta três perfis que merecem atenção no quesito formação profissional: o burocrata, o empreendedor e manager ou executivo.

Burocrata – é o administrador que escolheu a profissão com intenção de criar uma carreira e fortalecer um sólido histórico profissional. Suas características se voltam à admissão de concursos ou processos seletivos, pois o sistema de mérito é prioridade. É característica desse profissional receber recompensa por sua profissão, ou seja, recebe eventuais benefícios, e fará jus a aposentadoria ao adentrar em uma carreira.

Empreendedor – tem fundamento na teoria schumpeteriana do empresário inovador, em que a capacidade de inovar revigora o sistema econômico. Entretanto,

o empreendedor pode ser visto diferentemente do administrador, no que se refere a alguns talentos claramente diferentes em algumas empresas, evidenciando facilmente quem empreende e quem gere. Assim, atributos como visão, senso de oportunidade e comunicação são elementos chave desse perfil.

Executivo ou *management* – Bertero (2006, p. 55) reputa esse termo ao preconceito em relação à burocracia, que passou a ser associada com rigidez, inflexibilidade, rotina e pouca criatividade. Dessa forma, cria-se um novo modelo de administrador, e são “[...] enfatizadas qualidades e competências que se afastam do domínio das técnicas de administração e de seus instrumentos” (BERTERO, 2006, p. 55). Assim, termos como habilidades sociais, habilidade de comunicação, habilidade de delegar tarefas ou *empowerment*, dentre outros, configuram-se elementares ao profissional do século XXI.

Ainda para o autor (2006, p. 64), “[...] nenhum sistema educacional que se proponha formar gestores diz exatamente o que fará”. Portanto, evidencia-se que os perfis dos cursos de Administração estão mais direcionados à formação de burocratas e executivos. Isso porque a teoria administrativa está mais enraizada nos métodos e procedimentos didáticos e pedagógicos do que propriamente na prática criativa proporcionada pela concepção de visão do empreendedorismo.

Outro paradigma em torno da administração é a questão: quem pode assumir a posição de administrador?

Para Bertero (2006, p. 39), “[...] a profissão de administrador não é exercida necessariamente por pessoas que tenham sido escolarizadas em administração”.

Nesse contexto, é comum economistas, advogados, cientistas sociais, pedagogos e psicólogos exercerem atividades de administração, “[...] mesmo que não possuam os conhecimentos específicos da tecnologia administrativa” (BERTERO, 2006, p. 40).

Nessa perspectiva, existe a tendência de que as diferentes profissões optem e se fixem em áreas funcionais de empresas, como exemplo, nos departamentos relacionados a Recursos Humanos, com atuação de psicólogos, pedagogos e cientistas sociais. E também de economistas e engenheiros em setores financeiros e de planejamento, em especial os segundos, por terem formação mais abrangente, o que lhes possibilita atuar em quase todos os setores, com exceção do setor de recursos humanos. Finalmente, os advogados, que ocupariam espaços, tanto no setor público, quanto no privado.

Portanto, a proposta do trabalho vincula-se à necessidade de se entender como o profissional técnico em Administração se visualiza nesse contexto de incertezas, principalmente quando sua profissão, seu futuro, e sua atuação na sociedade estão em jogo. Com a análise regional e com a percepção de sua atuação nesse entorno será possível delinear sua formação, qualificação e o desenvolvimento de novas competências.

2.2.3 Técnico em Administração

O Parecer 307/66, de 8 de junho de 1966, traz em seu bojo a discussão do novo currículo mínimo do Curso de graduação em Administração, indicando uma nova direção à formação profissional do Administrador.

Enquanto a Lei 4.769/65 regulava a prática profissional voltada restritamente aos bacharéis, o parecer, alicerçado na justificativa de “[...] propiciar reflexões sobre a atual sistemática do currículo de Administração e as necessidades do mercado”, propunha uma análise do currículo e reformulação do método do ensino profissional de acordo com a realidade do mercado e do país.

No caso específico da Administração, deve responder não somente às necessidades do mercado de trabalho, mas também mudar seu enfoque de solucionador de problemas, reprodutor das forças produtivas e das relações sociais, para promotor de novas relações produtivas e sociais (RELATÓRIO DO PARECER 307/66).

Dessa forma, o Parecer 307/1966 apresenta a nova proposta curricular, que seguiria a seguinte ordem: o curso de graduação com duração mínima de 3.000 horas-aula, integralizáveis, no mínimo, em quatro e, no máximo, em sete anos letivos, tanto para os turnos diurnos como para os noturnos; a Formação Básica e Instrumental com duração de 720 horas-aula, ou seja, 24% da duração total do curso, enquanto a área de Formação Profissional fica contemplada com uma duração de 1.020 horas-aula, ou seja, 34% da duração total do curso. Ainda de acordo com o Parecer 307/1966, o currículo mínimo da formação profissional em Técnico em Administração seria constituído das seguintes disciplinas:

- Matemática
- Estatística
- Contabilidade

- Teoria Econômica
- Economia Brasileira
- Psicologia Aplicada à Administração
- Sociologia Aplicada à Administração
- Instituições de Direito Público e Privado (incluindo Noções de Ética Administrativa)
- Legislação Social
- Legislação Tributária
- Teoria Geral da Administração
- Administração Financeira e Orçamento
- Administração de Pessoal
- Administração de Material

A partir desse momento, como destaca o Conselho Federal de Administração (2014), procurou-se instituir organismos que controlassem o exercício da profissão, e foram criados os Conselhos Regionais de Administração (CRA), cuja função era fiscalizar o desempenho da profissão e expedir as carteiras profissionais. Só poderiam exercer a profissão aqueles que fossem registrados nos CRA. Esse organismo passaria a ter um forte controle sobre as condições de acesso à profissão.

Dessa forma, emerge uma nova discussão, entrelaçando os conceitos de educação profissional e mercado.

2.2.4 O Técnico em Administração no contexto regional

De acordo com a Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT), responsável pelo vestibulinho das Escolas Técnicas Estaduais do Centro Paula Souza, em um total de dezesseis municípios da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, dezoito escolas (conforme Quadro 2) possuem em suas grades a habilitação do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios. O curso Técnico em Administração, dessa maneira, compreende o significado, o paradigma de ciência e aplicabilidade da Administração no contexto regional, auxilia o entendimento sobre a expansão de ofertas do referido curso na região e possibilita a criação de estratégias para formação de profissionais com base nas características regionais.

Cidade	Escola
Bananal	Etec Prof. José Sant'Ana de Castro - Extensão EMEF Cel. Nogueira Cobra
Caçapava	Etec Machado de Assis
Cachoeira Paulista	Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel
Caraguatatuba	Etec de Caraguatatuba
Cruzeiro	Etec Prof. José Sant'Ana de Castro
Guaratinguetá	Etec Prof. Alfredo de Barros Santos
Jacareí	Etec Cônego José Bento
Lagoinha	Etec Prof. Alfredo de Barros Santos - Extensão EMEF Prof. Alceu Coelho
Paraibuna	Etec de São José dos Campos - Extensão EMEF Irmã Irene Alves Lopes "Irmã Zoé".
Pindamonhangaba	Etec João Gomes de Araújo
	Etec João Gomes de Araújo - Extensão EE Prof. Rubens Zamith
São José dos Campos	Etec de São José dos Campos
	Etec de São José dos Campos – Adm EAD sábados
São Sebastião	Etec de São Sebastião - Extensão Bertiooga
Ilhabela	Etec de São Sebastião - Extensão EM Profa. Severina Barbosa de Faria
Taubaté	Etec Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin
Ubatuba	Etec Dr. Geraldo José Rodrigues Alckmin - Extensão Ubatuba
<u>Silveiras</u>	Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel - Extensão EMEIEF Dom Edmund Benedict Nugent

Quadro 2 - Cidades e Escolas do Centro Paula Souza que disponibilizam o curso Técnico em Administração na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte - 2º semestre de 2013

Fonte: Fundação de Apoio à Tecnologia, 2013.

No ensejo de relacionar teoria e prática, o Centro Paula Souza, fundamentado no artigo 7º do Regimento Comum (2006), incentiva a realização de pesquisas científicas e tecnológicas de interesse do ensino e da comunidade, da região ou do Ceeteps. Dessa maneira, em 2007 foi implantado na grade curricular dos cursos técnicos (cuja duração é de dezoito meses, divididos em três semestres) o Trabalho de Conclusão de Curso, que promove a interdisciplinaridade (RAMOS, 2007) por meio de pesquisa empírica (entrevistas, visitas técnicas, etc.) e bibliográfica (para dar base teórica e prática ao desenvolvimento do trabalho) (CEETEPS, 2007). Essa iniciativa estimula a participação e gera oportunidade de articular as competências profissionais com potencialidades regionais.

Dessa forma, o perfil de conclusão do profissional do curso Técnico em Administração do Centro Paula Souza permeia as seguintes atuações:

É o profissional que controla a rotina administrativa das empresas. Colabora nos planejamentos estratégico, tático e operacional. Realiza atividades em Recursos Humanos e procede á intermediação nos processos de colocação e de recolocação profissional. Atua nas áreas de compras, auxílio no setor contábil e assessora a área de vendas. Executa intercâmbio de mercadorias e serviços e executa atividades nas áreas fiscais e financeira. (CEETEPS, 2009, p.83)

Portanto, o profissional de Administração formado pelo Centro Paula Souza deve estar engajado nas realidades mercadológicas, tecnológicas e, principalmente, em questões regionais, pois as demandas locais são as que indicarão os rumos a serem seguidos.

Não se pode tratar da educação profissional sem referência à trabalhabilidade, desafio maior de um tempo em que a globalização e a disponibilidade de ferramentas tecnológicas avançadas, rápidas e continuamente recicladas ou substituídas, determinam que produtividade e competitividade sejam condições de sobrevivência e, portanto, palavras de ordem nos negócios e empreendimentos contemporâneos (RCNEP, 2000).

3 EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO PROFISSIONALIZANTE E PROFISSIONAL

3.1 Educação: panorama e perspectivas

A literatura sobre a educação evidencia que o desafio brasileiro está em harmonizar a estrutura com a funcionalidade do processo educativo, refletidas principalmente pelas assimetrias regionais, fatores esses que Saviani (2008, p. 215) discute como sendo conflitos entre Sistemas e Estruturas.

Entretanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, em seu artigo 4º certifica que é dever do Estado proporcionar educação escolar pública aos cidadãos, garantindo-lhes a “educação básica” com intuito de prepará-los para o mundo do trabalho e para a prática social.

Nesse contexto, Duarte e Barboza (2007, p. 7) enfatizam que os propósitos da educação permeiam “[...] a alfabetização, as capacidades de aprendizagem, o desenvolvimento do raciocínio crítico, a criatividade e a ação no que diz respeito à transformação social”, para proporcionar à pessoa o “[...] desenvolvimento das faculdades psíquicas, intelectuais e morais” (FERREIRA, 2010, p. 755) facultando-o à autonomia.

O termo é abordado por Piaget (1994) em seus estudos sobre “construção e conhecimento”, e sua concepção envolve interação entre as estruturas cognitivas do sujeito com o seu meio, o que necessariamente provoca mudanças.

Também aguçado pela compreensão de que a educação deve favorecer autonomia e criticidade, Paulo Freire direcionou seus estudos para o modelo educacional aplicado no Brasil, objurgando o padrão bancário que, em sua visão, “[...] deforma a necessária criatividade do educando e do educador” (FREIRE, 1997, p. 27), condicionando-os, dessa maneira, ao desmembramento entre o pensar e realizar (inovar), e contrariando o pressuposto de que “[...] através de uma visão de mundo mais crítica o indivíduo pode analisar e modificar sua realidade” (DUARTE, BARBOSA, 2007, p. 7).

Dessa maneira, traçar um panorama analítico com dados Institucionais, com base em pesquisa, auxilia a compreensão da real situação educacional do país.

Neste intento, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH Global 2012), que se configura como uma das principais medidas comparativas concebidas pelo

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é fundamental para avaliar a condição do país no cenário mundial. Embora sua sondagem aborde três variáveis (**vida longa e saudável**, que considera a expectativa de vida ao nascer como objeto de análise; **acesso ao conhecimento**, que auferi a média de ano de estudo (adultos) e anos esperados de escolaridade (crianças); e, **padrão de vida decente**, medido pela Renda Nacional Bruta (RNB), com base na paridade de Poder de Compra (PPC) por habitante), o IDH constitui importante ferramenta de análise da condição educacional no cenário global.

Fundamentado nessas variáveis, o Relatório de Desenvolvimento Global de 2012 classificou o Brasil na 85ª posição, enquanto seus vizinhos latino-americanos, Chile, Uruguai e Argentina ficaram em 40º, 51º e 45º, respectivamente.

Para se obter um real diagnóstico dos motivos de tão baixa classificação da educação brasileira, vários são os aspectos a serem avaliados. O relatório do Fórum Nacional de educação de 2013 apresenta informações relevantes a esse propósito.

Com o título “Educação brasileira: alguns indicadores e desafios”, o documento do Fórum demonstra a complexidade educacional que permeia o Brasil, e propõe à sociedade um debate acerca dos principais indicadores concernentes à qualidade educacional interna. Outro elemento basilar apontado pelo registro é a necessidade de articulação entre as propostas de planejamento que o Ministério da Educação propõe, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE), e as deliberações da Conferência Nacional de Educação (CONAE).

Nesse sentido, os indicadores analisados e debatidos a partir do Fórum Nacional de Educação de 2013 são: Matrículas; A população brasileira e a demanda por educação; Média de anos de estudos da população brasileira; Defasagem - idade, nível/etapa educacional correspondente; Alfabetização, analfabetismo e taxa de conclusão; Educação especial; Etapas da Educação Básica; Ensino Fundamental, Ensino Médio; Valorização dos profissionais da educação; Educação Superior; Pós-graduação e Financiamento da educação Básica e Superior.

Entretanto, acentua-se a síntese contida na conclusão do Documento, que adverte: “[...] para abordar alguns indicadores, é importante destacar que uma análise pormenorizada da situação educacional implica na agregação de indicadores regionais, estaduais e municipais” (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2013, p. 57), com base nas discrepâncias e assimetrias encontradas em cada região do território nacional.

Um dos maiores desafios da educação brasileira é atuar como protagonista para a superação da desigualdade e da exclusão. Para isso, a educação deve estar no centro do projeto de desenvolvimento nacional em curso no Brasil, sendo considerada bem público e direito social essencial à qualidade de vida de qualquer pessoa e comunidade (PNE 2011/2020, 2011, p. 9).

Para melhor compreensão do panorama educacional, aponta-se o indicador matrícula, com o intuito de dimensionar o tamanho do sistema educacional brasileiro.

Níveis, etapas e modalidades da educação brasileira		Número de Matrículas
Educação Infantil (EI)	Creche	2.298.707
	Pré-escola	4.681.345
	Total (EI)	6.980.052
Ensino Fundamental (EF)	Anos iniciais (1º ao 5º ano)	16.360.770
	Anos finais (6º ao 9º ano)	13.997.870
	Total (EF)	30.358.640
Ensino Médio (EM)	EM regular	7.978.224
	EM normal / magistério	164.752
	EM integrado à educação profissional	257.713
	Total (EM)	8.400.689
Ensino Profissional (EP)	Concomitante ao Ensino Médio	188.572
	Subsequente ao EM	804.615
	Total (EP)	993.187
Educação Especial (EE)	Classes especiais – escolas especiais	193.882
	Classes comuns	558.423
	Total (EE)	752.305
Educação de Jovens e Adultos (EJA) – EF	Presencial	2.458.596
	Semipresencial	199.185
	Integrado a educação profissional – presencial	23.239
	Integrado a educação profissional – Semipresencial	756
	Total (EJA - EF)	2.681.776
Educação de Jovens e Adultos (EJA) – EM	Presencial	1.086.012
	Semipresencial	236.410
	Integrado à educação profissional – presencial	40.840
	Integrado à educação profissional – Semipresencial	1.127
	Total (EJA-EM)	1.364.389
Educação Superior (ES)	Graduação presencial	5.746.762
	Graduação a distância	992.927
	Cursos sequenciais presenciais	25.716
	Cursos sequenciais a distância	135
	Total (ES)	6.765.540
Total (EI+EF+EM+EP+EE+EJA-EF+EJA-EM+ES)		57.738.159

Quadro 3- Número de matrículas na educação brasileira, por níveis, etapas e modalidades em 2011

Fonte: Brasil, 2011a; 2011b.

O quadro 3, com o recorte temporal de 2011, apresenta o número de matrículas nas escolas brasileiras, em todos os níveis educacionais: 57.738.159 alunos. No entanto, a perspectiva para os próximos anos, com base no Projeto de

Lei nº 8.035/2010, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) e estipula 20 metas a serem cumpridas até 2020, é que aconteçam: universalização da educação básica, melhoria da qualidade do ensino em todas as modalidades, maior investimento público, triplicação de matrículas no ensino profissional de nível técnico, ampliação do número de doutores e mestres no corpo docente em efetivo exercício, valorização do profissional docente. Portanto, são grandes desafios a serem vencidos.

Em seguida, apresenta-se como estão distribuídos os recursos nas escolas públicas brasileiras.

Tabela 1- Ensino Fundamental – rede pública – número de escolas por região, segundo os recursos disponíveis na escola – Brasil – 2011

Região Geográfica	Escolas					
	Total	Recurso disponível (%)				
		Biblioteca ou Sala de leitura	Acesso à Internet	Laboratório de informática	Dep. e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	Quadra de Esportes
Brasil	125.081	40,2	42,6	44,1	14,9	27,5
Norte	20.311	20,9	18,7	20,6	7,0	10,8
Nordeste	56.532	23,8	25,3	29,7	9,9	9,0
Sudeste	28.069	66,2	72,6	67,9	20,0	56,6
Sul	14.299	74,3	74,0	76,2	28,4	59,2
Centro-Oeste	5.870	58,3	73,0	71,8	32,2	45,7

Fonte: MEC/Inep/DEED

A Tabela 1 ressalta as discrepâncias apontadas no decorrer do texto, principalmente nas escolas públicas das regiões Norte e Nordeste que, em todos os recursos avaliados, apresentam índices menores do que os das outras regiões do país. Observa-se que, mesmo em plena era de inclusão social, o índice de adequação do ambiente escolar para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida está abaixo dos 10%, o que demonstra situação crítica.

Dessa maneira, pensar em universalizar a educação significa o início da criação de condições para que ela se torne eficiente. Para que isso aconteça, investimentos maciços devem ser implementados, a fim de que a Estrutura esteja consonante com o Sistema.

3.2 Políticas Públicas

Quando se discutem dados relacionados a desenvolvimento, no âmbito econômico, social, humano, educacional (como abordado), dentre outras vertentes que o termo permite, surge a análise sobre questões direcionadas às políticas públicas, isto é, estratégias governamentais implementadas pelos representantes eleitos pelo povo (nas três esferas de poder: nacional, estadual e municipal) que se tornam fundamentais.

Conforme Lobo (2008, p. 26), “[...] política pública não tem identificação exclusiva com o Estado, mas sim com o que em latim se expressa como *res publica*, isto é, coisa de todos”.

Nessa perspectiva, apresenta-se um breve compêndio teórico sobre o significado de políticas públicas e seus complementos. A intenção é identificar sua função para concretização de programas de formação profissional e geração de oportunidades de emprego.

De acordo com Souza (2006, p. 24), “[...] não existe uma única, nem melhor definição do que seja política pública”.

Entretanto, sobre a concepção primária de política, Arendt (1993, p. 7) diz que se trata de “convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”. Em outras palavras, Lobo (2008, p. 26) define política como “[...] constituição de planos, estratégias e ações coletivas formuladas e executadas com vistas ao atendimento de legítimas demandas e necessidades sociais”, como forma de garantir qualidade de vida e atender às necessidades da sociedade, recebendo então o adjetivo de público.

No contexto de demandas sociais, Givisiez (2005, p.18) entende política como “[...] instrumento operacional para o monitoramento da realidade social, para fim de formulação e reformulação de políticas públicas”. Dessa maneira, as estratégias governamentais representadas pelas políticas públicas devem primar por demandas sociais, como: educação, habitação, saúde, segurança e emprego.

Em vista disso, Pereira (2002, *apud* LOBO, 2008, p. 26) aponta que “[...] política pública compromete, simultaneamente, o Estado e a Sociedade”.

Já Mead (1995) define-a como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas.

Na síntese de Souza (2006, p. 26), política pública é o “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações”.

No emaranhado de definições sobre políticas públicas, termos como estado, governo, democracia, sociedade e cidadania se entrelaçam, complementando-se entre si.

Segundo Beviláqua (1910, *apud* SAHID, 2008, p. 20), “O Estado é um agrupamento humano, estabelecido em determinado território e submetido a um poder soberano que lhe dá unidade orgânica”.

Dessa forma, os fundamentos do Estado, com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 1º, são: “I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político”.

Dentre os diversos teóricos e correntes doutrinárias da Teoria Geral do Estado, evidencia-se, em Beviláqua (1991), proposição coerente no conceito de soberania atrelado aos anseios de política pública adotado no trabalho. Segundo o autor, “[...] entendemos a autoridade superior, que sintetiza, politicamente, e segundo os preceitos de direito, a energia coativa do agregado nacional”. (BEVILÁQUA, 1991, p. 29-30). Logo, o Estado, por meio de autoridade constituída, tem autonomia para elaborar leis e projetos voltados à realidade nacional e territorial sem interferência de outrem.

Depois disso há que considerar a independência e soberania dos Estados, cuja atividade legislativa se desenvolve, não somente ao impulso das necessidades do país, como também segundo a orientação de seus legisladores e estadistas (BEVILÁQUA, 1906, p. 11).

Nesse ensejo, em parágrafo único a Constituição Federal de 1988 traz a seguinte afirmativa: “[...] todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos”.

No Brasil, a representatividade se dá pelo direito do voto, e o cidadão, ou seja, todo aquele que têm direitos e deveres, escolhe o seu representante (governo) por meio de processo democrático e de livre escolha.

Destarte, Höfling (2001, p. 31) define governo como:

[...] o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) [...] configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período.

Assim, entende-se que é por meio dos governos ou representantes da sociedade que as políticas públicas são formuladas e desenvolvidas, como forma de garantir a dignidade da pessoa humana. Para Rios (2008, p. 78), entende-se por dignidade humana “[...] o direito a todos os meios e condições para trazer a esta vida um mínimo de autossuficiência e decência”.

Portanto, como destaca Lobo (2008, p. 26), “[...] a operacionalização da política nem sempre é de reciprocidade e parceria, mas principalmente de competição e conflito”, haja vista o antagonismo ideológico que os sistemas partidários criaram em torno dos processos eleitorais.

3.3 Políticas públicas de educação profissional

De acordo com o Ministério da Educação (2004, p. 31), “[...] a educação profissional e tecnológica constitui uma das dimensões que melhor evidencia as inter-relações do sistema educativo e de outros sistemas sociais”.

Nesse sentido, o documento Políticas Públicas para Educação Profissional e Tecnológica faz a seguinte inferência: “[...] tais inter-relações vêm sendo dominadas pela atitude que as equaciona, colocando num dos termos o sistema educativo e no outro o sistema econômico”. Constata-se, pois, que o encandeamento se configura mais político do que propriamente acadêmico.

Tal preocupação emerge em detrimento das mudanças no mercado, e pode ser visualizada ou até mesmo justificada considerando-se duas posições.

A primeira delas, com olhar marxista, alega que a mudança é impulsionada pela globalização econômica, que “[...] evidenciou com mais intensidade os novos mecanismos ideológico-políticos e econômicos utilizados pelo capital para intensificar a produção e, ao mesmo tempo, sufocar a organização dos trabalhadores” (LIMA, 2004, p. 33). Por essa perspectiva discutem-se precarização do trabalho, desemprego, exploração da mão de obra, dentre outros.

[...] a classe dos operários modernos, que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu trabalho aumenta o capital. Esse operários compelidos a venderem-se a retalho são uma mercadoria como qualquer outro artigo do comércio e, portanto, estão igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (MARX; ENGELS, 2001, p. 35).

E a outra, com concepção neoliberal, alicerça que as novas concepções de profissões e ofícios são moldadas e criadas pelo mercado (capital), a fim de estimular as empresas a adotarem: novos métodos de trabalho, inserção de tecnologias e inovação, altos investimentos em capital intelectual, busca contínua por excelência, dentre outros fatores ligados à competitividade (RODRIGUES, 2007).

Seja qual for a visão ideológica, um fato se torna evidente: a intensa quantidade de cursos profissionalizantes – em todos os níveis de ensino – que são criados com o propósito de formar mão de obra especializada para suprir essas demandas (SCHWARTZAMAN; CASTRO, 2013).

Nessa perspectiva, amplia-se o horizonte de divergências acerca das terminologias analisadas (formação, qualificação e competência). Cada qual assume posição conceitual e ideológica diferenciada, mas se apresentam complementares, principalmente quando avaliadas sob a ótica “da oportunidade de inserção ao mercado de trabalho”, direcionando essa avaliação também a análises sociais. Nesse sentido, ações governamentais são necessárias, para estímulo à renda e ao emprego.

Na primeira etapa deste trabalho, apresentou-se o histórico do ensino profissional no país, seguido da relação entre mercado e formação a partir do documento base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada, mais especificamente sob a luz do Decreto 2.208/97, que deu origem ao Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP). Esse Programa de Expansão evidencia a preocupação do Estado Brasileiro em criar estratégias para atender ao regime econômico em vigor, com a contrapartida de um empréstimo de 250 milhões de dólares, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Mundial (SABBI, 2012, p.2).

Um programa que *a priori* se desencadeia controverso, pois visa à separação integral do ensino básico e propedêutico do profissional, com alegação de que as instituições não conseguiam fazer bem nem um nem o outro, exceto as escolas ligadas à indústria. Transparecem, assim, os interesses economicistas pela

necessidade de formação rápida de mão de obra. Nesse intento, Oliveira (2003) afirma “[...] que o capital dita as regras que deverão ser seguidas”.

Ressalta-se, na literatura, a existência de fortes críticas sobre a relação trabalho e mercado, o que diretamente influencia a educação profissional. Nesse contexto, Antunes (2008, p. 54) argumenta que o atual modelo (capitalista), para cumprir seu papel e alcançar seus objetivos, estimula um complexo processo interativo entre trabalho e ciência produtiva, criando a retroalimentação que “[...] impõe ao capital a necessidade de encontrar uma força de trabalho ainda mais complexa, multifuncional, que deve ser explorada de maneira mais intensa e sofisticada”. Sob essa ótica, diversos debates e reflexões foram delineados, quanto ao papel da educação básica e profissional no país.

Esse fato motivou a impetração do “novo” documento do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, em 2006, que apresenta em seu escopo o reconhecimento de que o Decreto 2.208/97 representou um grave retrocesso na educação brasileira. Assim, sobrepõe-se o Decreto 5.154/04, que institui novamente o ensino médio concomitantemente com o profissional.

Busca-se, pois, discutir a necessidade de políticas públicas que estimulem a formação, qualificação e competência, mesmo sem isentar o mercado desse processo.

Na abordagem sobre formação, constata-se que sua concepção está atrelada ao “ato, efeito, modo de formar”, o que conduz à compreensão de que são as maneiras com que determinado conhecimento é transmitido e compartilhado, o que pode ser realizado em duas situações distintas: por meio da formalidade e da informalidade.

A possibilidade de esses procedimentos acontecerem é identificada na legislação básica da Educação Profissional (cujas abordagens se direcionam a todos os níveis de educação para o trabalho), mais especificamente em seu Capítulo III e art. 40: “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”.

Dessa forma, um fator é preponderante para que a configuração da formação profissional aconteça: intencionalidade - a intenção de compartilhar conhecimentos e valores sobre determinado ofício.

Na formação profissional são intensos os momentos de troca de experiência, visões e concepções sobre determinada tarefa. São condicionantes basilares do processo de ensino/aprendizagem, configurando a busca de autonomia do indivíduo, pois "Quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado" (FREIRE, 1997, p. 25). Entretanto, observa-se que o trabalho empírico, prático, quando tem a intencionalidade de preparar o ser humano para o trabalho, recebe o mesmo valor que a educação fundamentada em métodos sistematizados e com metodologias de ensino próprias.

Assim, torna-se fundamental para qualquer país, principalmente no caso do Brasil, que existam instituições públicas e privadas com essa finalidade – propor formação profissional -, respaldadas e direcionadas por políticas públicas. No Brasil, percebe-se que, nas últimas duas décadas, várias foram as ações governamentais (principalmente em âmbito nacional e estadual) com tal foco.

Em seguida, apresentam-se alguns programas educacionais de ordem nacional e estadual, com a finalidade de evidenciar as políticas de educação profissional.

3.4 Programas de Educação Profissional – em âmbito nacional

3.4.1 PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. Esse programa traz em seu escopo a ampliação de vagas em cursos de qualificação e formação profissional.

De acordo com o Ministério da Educação (2012), os objetivos do Pronatec são:

[...] expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade do ensino médio.

Para a execução do Pronatec em âmbito nacional, o Governo Federal criou um conjunto de iniciativas voltadas aos Estados, incluindo parcerias com instituições públicas, como o Centro Paula Souza, em São Paulo, que executa programas de formação docente para os cursos técnicos e profissionalizantes com recursos do Brasil Profissionalizado.

Dentre essas iniciativas, conforme destaca o Ministério da Educação (2012), estão:

3.4.2 A Expansão da Rede Federal

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está presente em todos os estados brasileiros, com mais de 350 unidades em funcionamento, oferecendo cursos de formação inicial e continuada, técnicos, superiores de tecnologia, licenciaturas e programas de pós-graduação.

Segundo o Ministério da Educação (2009), de “[...] 2003 a 2010 foram entregues 214 unidades previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional, além de escolas federalizadas”. Atualmente, segundo o Ministério, são 354 unidades e mais de 400 mil vagas em todo o país, com a previsão de 208 unidades a serem entregues em 2014, o que gerará 600 mil vagas. O Gráfico 1 demonstra o crescimento da rede no recorte temporal de 2002 a 2010.



Gráfico 1 - Cenário da Rede de Ensino Técnico e Tecnológico Federal
Fonte: MEC, 2010.

3.4.3 Programa Brasil Profissionalizado

O Programa Brasil Profissionalizado destina-se à ampliação da oferta e ao fortalecimento da educação profissional e tecnológica integrada ao ensino médio nas redes estaduais, em parceria com o Governo Federal.

A iniciativa repassa recursos do governo federal para que os estados invistam em suas escolas técnicas. Criado em 2007, o programa possibilita a modernização e a expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, uma das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). O objetivo é integrar o conhecimento do ensino médio à prática (MEC, 2012).

De acordo com o Ministério da Educação (2013), esse programa “[...] leva em consideração o desenvolvimento da educação básica na rede local de ensino e faz uma projeção dos resultados para a melhoria da aprendizagem.”

Dessa maneira, para que recursos federais sejam destinados aos Estados e Instituições públicas, deve ser elaborado diagnóstico do ensino médio, por meio de análise dos trabalhos político-pedagógico, orçamentos detalhados, cronogramas de atividades, índices de matrículas e indicadores sociais da região, como: analfabetismo, escolaridade, desemprego, violência e criminalidade de jovens entre 18 e 29 anos.

3.4.4 Rede E-TecBrasil

São oferecidos gratuitamente, na Rede e-tec, cursos técnicos e de formação inicial e continuada na modalidade a distância, por meio de Instituições Públicas Federais, Estaduais ou pelas unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem (SENAI, SENAC, SENAR e SENAT).

Acordo de Gratuidade com os Serviços Nacionais de Aprendizagem – esse Acordo de Gratuidade tem por objetivo ampliar, progressivamente, a aplicação dos recursos do SENAI, do SENAC, do SESC e do SESI, recebidos da contribuição compulsória, em cursos técnicos e de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, em vagas gratuitas destinadas a pessoas de baixa renda, com prioridade para estudantes e trabalhadores.

3.4.5 O FIES Técnico

O objetivo desse programa é financiar cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional para estudantes e trabalhadores em escolas técnicas privadas e nos serviços nacionais de aprendizagem – SENAI, SENAC, SENAT e SENAR. No FIES Empresa serão financiados cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores, inclusive no local de trabalho.

3.4.6 Bolsa-Formação

Além das iniciativas voltadas ao fortalecimento do trabalho das redes de educação profissional e tecnológica existentes no país, o Pronatec criou a Bolsa-Formação, por meio da qual serão oferecidos, gratuitamente, cursos técnicos para quem concluiu o Ensino Médio e para estudantes matriculados no Ensino Médio, e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional.

3.4.7 Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação Básica de Jovens e Adultos (PROEJA)

O programa visa à inclusão de jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de realizar o ensino básico. Articulada com o ensino profissional, a proposta busca a quebra do paradigma trabalho manual separado do intelectual.

A partir deste contexto, o PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros (MEC, 2013).

3.4.8 Profuncionário

Ação voltada à formação técnica de profissionais de escola em pleno exercício. A proposta justifica-se pela afirmação: “[...] a formação em nível técnico de todos os funcionários é uma condição importante para o desenvolvimento profissional e aprimoramento no campo do trabalho e, portanto, para a carreira”.

3.5 Programas de Educação Profissional – no âmbito do estado de São Paulo

Em âmbito estadual, percebe-se a existência de duas modalidades de políticas de educação de qualificação e profissionalizante. Uma delas, gerenciada pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), com o intuito de qualificar os trabalhadores do Estado para ingresso ou permanência no mercado de trabalho. A segunda, gerenciada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, com o objetivo, de acordo com o site institucional, de “[...] promover o crescimento econômico sustentável e a inovação tecnológica no

Estado de São Paulo, com políticas públicas voltadas à geração de empregos e ao aumento da competitividade do setor produtivo”.

3.5.1 Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQ)

O PEQ é um programa de qualificação e requalificação profissional de nível básico desenvolvido pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do estado de São Paulo (SERT). Consiste na oferta de cursos presenciais com carga horária de cerca de 230 horas, desenvolvidas 5 vezes por semana, com 4 ou 5 horas por dia, durando entre 2 e 3 meses.

O programa, de acordo com a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), é voltado para quem está desempregado, priorizando aqueles com idade entre 30 e 59 anos que não concluíram o ensino fundamental. Os cursistas recebem uma bolsa-auxílio de R\$ 210 e auxílio transporte de R\$ 120,00, em 154 cursos gratuitos, em áreas como comércio, indústria, construção civil, turismo, administração, atendimento, informática e telemarketing.

3.5.2 Telecurso Tec

De acordo, com o Portal do Centro Paula Souza na Internet (2014), o Telecurso Tec é uma parceria entre o governo do estado de São Paulo – representado pelo Centro Paula Souza e a Fundação Roberto Marinho. É um programa de formação técnica e qualificação profissional a distância lançado em 2007, com o objetivo de expandir a oferta de ensino profissional no estado de São Paulo. Essa modalidade oferece três cursos no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios: Administração, Comércio e Secretariado, cada um com carga horária de 800 horas, divididas em três módulos. O estudante submete-se a um exame presencial no final de cada módulo e, se aprovado, recebe um certificado de qualificação técnica. Após a conclusão dos três módulos, recebe o diploma de Técnico na área escolhida.

Segundo o Centro Paula Souza, a escolha dos cursos de gestão ocorreu em virtude da alta demanda e das taxas de empregabilidade.

As modalidades do Telecurso Tec são: semipresencial, online e aberta.

- **Semipresencial** – conta com aulas presenciais e a distância, com o suporte de um professor orientador e de um Ambiente Virtual de Aprendizagem.

- **Online** – para turmas permanentemente apoiadas por um tutor. Toda informação se dá por meio da Internet, com uso de Ambiente Virtual de Aprendizagem. O exame para certificação é presencial.
- **Aberta** – Nessa modalidade, os estudantes participam individualmente do curso, acompanhando as atividades propostas nos livros didáticos e assistindo às vídeo-aulas.

3.5.3 Cursos Técnicos

Considerados como uma importante política de formação profissional no estado de São Paulo, os cursos técnicos são gerenciados pelo Centro Paula Souza.

De acordo com o Portal da Instituição na Internet, o Ceeteps mantém 218 Escolas Técnicas Estaduais (Etecs), distribuídas por 159 municípios paulistas. Nesse horizonte, estima-se que mais de 212 mil estudantes estão matriculados nos Ensinos Técnico, Técnico integrado ao Médio e Médio, distribuídos em 135 cursos técnicos para os setores Industrial, Agropecuário e de Serviços. Esse número inclui 3 cursos técnicos oferecidos na modalidade semipresencial, 26 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio e 4 cursos técnicos integrados ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A inserção nesses cursos se dá por processo seletivo (vestibulinho).

3.5.4 Faculdades de Tecnologia

O Centro Paula Souza mantém 63 Faculdades de Tecnologia (Fatecs), distribuídas em 57 municípios paulistas. As Fatecs atendem mais de 70 mil alunos, matriculados nos 71 cursos de graduação tecnológica que têm uma carga horária de 2.400 horas, com três anos de duração, sendo 70 na modalidade presencial e 1 na modalidade Educação a Distância.

4 ANÁLISE REGIONAL – CARACTERÍSTICAS E POTENCIAIS ECONÔMICOS DAS SUB-REGIÕES 3 E 4 DA RMVPLN

4.1 Caracterização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Atualmente, desafios acerca da globalização, integração dos mercados, informações em fluxo contínuo, mudanças e quebras de paradigmas culturais, sociais e econômicos (VIEIRA; ROEDEL 2002, p. 24) despertam e aguçam o diálogo sobre desenvolvimento regional. São questões amplamente discutidas por Addison (2007) e Furtado (2002), e analisadas por Cano (2006), na perspectiva de “produção e emprego”. Evidencia-se que, para gerar crescimento econômico e social, políticas públicas devem ser implantadas e direcionadas, principalmente visando à formação e qualificação profissional que, neste trabalho, estão relacionadas com o potencial regional.

Assim, uma análise sobre a criação das regiões metropolitanas é fundamental, pois elas surgem como fatores chave de integração. Ribeiro *et al.* (2012, p. 2) definem essas regiões como:

[...] unidades capazes de polarizar o território nas escalas nacional, regional e local. Entre essas características, ressalta-se a organização funcional dos espaços; a concentração/distribuição de população, produto e rendimentos; os fluxos de mercadorias, população e serviços; as condições de infraestrutura urbana; os processos de ocupação territorial; as articulações de poder; entre outras. O processo de metropolização passa por tais características e as transformações na natureza e na configuração espacial das cidades levam a níveis distintos de integração dos territórios a essa dinâmica.

Nessa perspectiva, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte vincula-se a dois processos: parcerias e desenvolvimento.

Conforme Martino (2012, p. 47), as parcerias consistem em “colaboração intersetorial”, com intuito de abranger e difundir iniciativas pró-desenvolvimento sustentável, permeadas de ações civis e políticas públicas integradas, para atacar os mais difíceis problemas.

Desenvolvimento, na perspectiva de Santos *et al.* (2012, p. 48), é a “[...] força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada”. Nesse sentido, Dulci (2005, p.8) destaca que o desenvolvimento deve

passar “pelo social, pelo cultural, pelo científico, [...] que não separa econômico do social”.

No entanto, para entender e analisar o contexto econômico e social acerca da RMVPLN, torna-se necessário trazer à discussão a contribuição de Brandão (2010, p. 101) que, com visão macro, ressalta que qualquer reflexão acerca do desenvolvimento nacional deve considerar “[...] seu grande porte, sua dimensão continental em variados aspectos, suas diversidade, heteronomia e heterogeneidade estruturais”. Esses fatores são perceptíveis na abordagem (micro) regionalizada sobre a formação e caracterização social, econômica, cultural e espacial da RMVPLN, que traz consigo desafios calcados em diferenças e diversidades (COSTA; TSUKUMO, 2013).

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano Paulista (2012), “[...] o processo de criação da nova região metropolitana constituiu-se em marco histórico para os 39 municípios que integram a quarta Região Metropolitana do Estado de São Paulo”. São 2,3 milhões de habitantes na Região, o que representa 5,5% da população do Estado.

Criada a partir da Lei complementar nº 1166, de 09 de Janeiro de 2012, promulgada pelo Governador do Estado de São Paulo, a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte tem como objetivo promover:

- I – planejamento regional para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida;
- II – cooperação entre diferentes níveis de governo, mediante a descentralização, articulação e integração de seus órgãos e entidades da administração direta e indireta com atuação na região, visando ao máximo aproveitamento dos recursos públicos a ela destinado.

Nesse contexto, parcerias intermunicipais e regionais, ações conjuntas em prol do desenvolvimento socioeconômico e melhoria da qualidade de vida - conforme evidenciado no inciso I - são atributos estratégicos dos municípios que compõem a região. Surge, assim, a concepção de alianças estratégicas que, segundo Noletto (2004, *apud* MARTINO 2012, p. 43) se entende por:

Organizações que poderiam atuar de forma independente diante de uma determinada questão decidem fazê-lo conjuntamente, motivados pela consciência da magnitude e complexidade da ação a ser empreendida e, principalmente, pela constatação de que as associações aliadas compartilham crenças e valores, pontos de vista e interesses que as levam

a ter um posicionamento estratégico comum diante de uma determinada realidade.

No entanto, Brandão (2010, p. 101) adverte que:

[...] qualquer boa noção de desenvolvimento deve ressaltar sua natureza de processo de exercitar opções alternativas frente a uma temporalidade construída e não imediata apta a sustentar escolhas, apresentando trajetórias abertas, sujeitas a decisões estratégicas e embates em contexto de incontornável diferenciação de poder.

Sendo assim, a Região surge com propostas desafiantes em longo prazo, cujo escopo proposto pelo governo Estadual se desenha como projetos estratégicos, que incluem alavancagem do pré-sal, premissas de pontos de passagem do trem de alta velocidade e promoção da qualidade ambiental da região.

Os municípios integrantes da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte estão divididos em 5 grupos, que formam as sub-regiões:

1: Caçapava, Igaratá, Jacareí, Jambeiro, Monteiro Lobato, Paraibuna, Santa Branca e São José dos Campos. **2:** Campos do Jordão, Lagoinha, Natividade da Serra, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, São Luiz do Paraitinga, Taubaté e Tremembé. **3:** Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim e Roseira. **4:** Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras. **5:** Caraguatatuba, Ilhabela, São Sebastião e Ubatuba. (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2012 p.19).

Paralelamente à Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, os 39 municípios também fazem parte de duas importantes políticas de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo. A primeira é representada pelo Decreto nº 22.970, de novembro de 1984, que descentraliza as atividades do Estado mediante a criação de novas Regiões de Governo, tendo como polos os municípios de Caraguatatuba, Cruzeiro, Guaratinguetá, São José dos Campos e Taubaté. A segunda, como forma de complementação, é representada pelo Decreto nº 26.581, de janeiro de 1987, que estabelece as Regiões Administrativas, conforme destaca o artigo 1º: “[...] ficam definidas e aprovadas as unidades territoriais polarizadas que servirão às finalidades de regionalização da ação governamental e de seu planejamento”, tendo como referência áreas geográficas delimitadas e associadas a um polo urbano principal. Dessa maneira, o município de São José dos Campos

seria a sede administrativa regional, sendo integrado pelas Regiões de Governo propostas pelo Decreto 22.970/84.

Nesse sentido, Costa e Tsukumo (2013, p. 326), ao dissertarem sobre a criação de regiões metropolitanas e distribuição territorial, apontam dois elementos que implicam diferentes dinâmicas: desenvolvimento regional e desenvolvimento urbano-metropolitano.

Segundo os autores, em se tratando de desenvolvimento regional, o “[...] objetivo maior é a promoção do desenvolvimento da região que se desenvolve em torno do município polo”, característica esta das Regiões Metropolitanas criadas na década de 1970. Em contrapartida, o desenvolvimento urbano – metropolitano emerge como reflexo da Constituição de 1988: “[...] necessidade de buscar formas de gestão destes espaços que configurem alternativas aos eventuais entraves políticos institucionais que a gestão de territórios fragmentados impõe”. Em outras palavras, a (s) cidade (s), por meio de parcerias conjuntas, elabora (m) estratégias mútuas e integradas que vão além dos limites políticos – administrativos. No contexto da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, encontram-se resquícios desses dois elementos apontados pelo autor.

Para justificar a criação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano do Estado de São Paulo (2012, p. 71) apresenta seus potenciais econômicos, cujo objetivo se alicerça no desenvolvimento regional (no conjunto dos municípios membros). No entanto, conforme Costa (2013), percebe-se um viés oculto de desenvolvimento urbano-metropolitano (economia local dos municípios):

[...] produções aeronáutica, aeroespacial e bélica nos municípios localizados no eixo da Via Dutra, pelas atividades portuária e petroleira, no Litoral Norte, e pelas atividades ligadas ao turismo. Outras funções relevantes e diferenciais competitivos: Função turística destacada, com alcance nacional; Função veraneio associada à paisagem litorânea privilegiada, com alto poder de atração. Destacadas funções de preservação ambiental e paisagística. Potencial para turismo ecológico e de contemplação. Função portuária estratégica, com forte predomínio no transporte de petróleo e derivados. Produção industrial diversificada, com grande expressão nos setores dinâmicos da economia. Centros de pesquisa e desenvolvimento científico-tecnológico, especializados no setor aeroespacial. Oferta diversificada de produtos e serviços de consumo pessoal. Fácil acesso, contando com excelentes Rodovias (Dutra e Ayrton Senna/Carvalho Pinto). Boa qualidade da água. Boa qualidade do ar. Vantagens comparativas quanto à acessibilidade aos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e do Galeão (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO 2012, p. 71).

Dessa maneira, evidencia-se que as atividades em prol do desenvolvimento regional devem estar entrelaçadas às estratégias de atração de investimentos locais e regionais, a fim de aproveitar os potenciais recursos de determinado território.

Nesse sentido, Braga (2003) classifica essas características como Desenvolvimento Local Endógeno, em que existem:

[...] as possibilidades de desenvolvimento a partir da utilização dos potenciais – econômicos, humanos, naturais e culturais – internos a uma localidade, incorporando ao instrumental econômico neoclássico variáveis como participação e gestão local.

No entanto, Llorens (2002, p. 111) destaca que, para se entender o conceito e os imbricamentos do desenvolvimento local endógeno, deve-se diferenciar espaço de território:

O conceito de espaço como suporte geográfico no qual se desenvolvem as atividades econômicas costuma trazer implicitamente a ideia de homogeneidade, as preocupações fundamentais a ele relacionadas referem-se à distância, aos custos de transporte, à aglomeração de atividades ou à polarização do crescimento. Mas, a partir da perspectiva do desenvolvimento local e regional, interessa-nos basicamente outro conceito diferente, qual seja o de “território”, que compreende a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, suas características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos e a existência e o acesso aos recursos estratégicos para o desenvolvimento produtivo e empresarial. Em síntese, em face do conceito de espaço como contexto geográfico dado, interessa-nos ressaltar o conceito de território como ator de desenvolvimento.

Com base nos potenciais econômicos citados da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, constata-se que ela se configura complexa e heterogênea.

Logo, pensar região estritamente como distância ou em custo de produção, conforme aponta Llorens (2001), ao discorrer sobre o conceito de espaço, significa limitar o processo de desenvolvimento local.

Segundo o autor, o ideal nesse debate é analisar a introdução de inovações tecnológicas, sociais e organizacionais, bem como a definição de ação por parte da administração pública, com fomento produtivo e negociação estratégica dos atores envolvidos, a fim de obter o desenvolvimento econômico e social em nível territorial. Em contrapartida, afirma o autor, “[...] deve-se raciocinar em termos de territórios socialmente organizados, vistos em função de suas capacidades para materializar as inovações e para gerar sinergias positivas”. Para tanto, quando se faz referência ao território, inclui-se a participação dos gestores públicos locais e/ou regionais,

como os atores empresariais privados da sociedade civil, visto que o desenvolvimento produtivo é um somatório de atividades que a sociedade custeia (LIRIONS, 2001, p, 112).

Nesse sentido, no próximo tópico realiza-se uma análise das sub-regiões 3 e 4 da RMVPLN, utilizando a medida de especialização Quociente Locacional, que busca relacionar a formação do Técnico em Administração com o potencial endógeno de cada município das devidas sub-regiões.

4.2 Análise regional por meio da medida Quociente Locacional: uma visão das sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

Conforme a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano do Estado de São Paulo (2012, p. 71), “[...] a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte destaca-se, em âmbito nacional, pela intensa e diversificada atividade econômica”.

Nesse contexto, a Secretaria apresenta as potencialidades regionais dentro desse território, como demonstra o Quadro 4.

As potencialidades da RMVLN	
Sub-Região 1	São José dos Campos, Jacareí e Caçapava - Setores automobilísticos, mecânicos, produção de pesquisas científica e tecnológica, no campo aeroespacial com ênfase em São José dos Campos. Igaratá, Monteiro Lobato, Santa Branca, Jembeiro e Paraibuna – Turismo rural, cultural e ecoturismo.
Sub-Região 2	Taubaté – Setores automobilísticos, alimentício e químico. Pindamonhangaba – Agropecuária e industrial. Campos do Jordão, Santo Antônio do Pinhal e São Bento do Sapucaí – Turismo de inverno. Tremembé, São Luiz do Paraitinga, Redenção da Serra, Natividade da Serra e Lagoinha – Artesanato local, festas religiosas e ecoturismo.
Sub-Região 3	Estância Turística de Aparecida, Guaratinguetá, Cachoeira Paulista e Lorena – Turismo religioso. Guaratinguetá e Lorena – Indústria, Ensino Superior e Tecnológico. Piquete e Cunha – Turismo rural, cultural e ecoturismo. Potim, Canas e Roseira – agricultura, incremento da indústria, comércio e turismo.
Sub-Região 4	Cruzeiro e Lavrinhas – Indústria, comércio de pequeno porte e turismo ecológico. Queluz, Silveiras, Areias, São José do Barreiro, Arapeí e Bananal – Turismo rural, histórico - cultural e ecoturismo.
Sub-Região 5	Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela – Veraneio associada à função ecológica e de pesquisa.

Quadro 4 - Potencialidades Regionais da RMVLN

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano do Estado de São Paulo (2012, p. 71-87)

Percebe-se, no Quadro 4, que nas cinco sub-regiões atividades econômicas voltadas a diversos setores se fazem presentes, configurando assim os potenciais locais e regionais.

Para se entender os potenciais econômicos, utilizou-se a medida de especialização Quociente Locacional (QL), que permite a comparação e análise da participação percentual de uma região em um setor particular com a participação percentual da mesma região no total do emprego da economia nacional (RIEDL, MAIA, 2007, p. 32). O QL configura uma importante ferramenta metodológica, capaz de avaliar o setor de atividade mais propício ao desenvolvimento endógeno de uma determinada região, considerando suas características e potencialidades.

No campo teórico sobre desenvolvimento regional, Suzigan *et al.* (2003) e Rield (2006) apresentam o estudo do quociente locacional utilizando como base de análise o emprego, conforme a seguinte expressão:

$$QL = (E_{ij} / E_{Tj}) / (E_{iT} / E_{TT}) = (E_{ij} / E_{iT}) / (E_{Tj} / E_{TT})$$

De acordo com Paiva (2006, p. 92), “[...] usualmente (mas não obrigatoriamente!) utiliza-se a participação percentual do emprego”. No entanto, seguindo a lógica acima, aplicou-se (especificamente) neste estudo uma importante variável econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (anexo A), considerando três setores: Agropecuária, Indústria e Serviços.

Para o entendimento dos potenciais locais, utilizaram-se dados secundários fornecidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que analisam e investigam o fluxo do PIB nos municípios paulistas, com referência temporal de 2011.

Sendo assim, o quociente locacional baseado no PIB é expresso pela seguinte fórmula:

$$QL = (P_{ij} / P_{Tj}) / (P_{iT} / P_{TT}) = (P_{ij} / P_{iT}) / (P_{Tj} / P_{TT}), \text{ em que:}$$

P_{ij} = PIB setor i na região j

P_{Tj} = PIB total (em todos os setores considerados) na região j

P_{iT} = PIB do setor i em todas as regiões

P_{TT} = PIB total em todas as regiões

Para mensurar e interpretar o Quociente Locacional, Haddad (1989, *apud* RIELD; MAIA, 2007, p. 32) afirma que,

[...] se o valor de QL for maior do que 1, poderia indicar que a atividade na região é básica, ou seja, voltada para exportação, e um QL inferior representaria uma atividade não básica, voltado para o mercado da própria região.

Nesse sentido, Pelinsk *et al.* (2009, p. 80) afirmam que “QL superior à unidade indica que a atividade, em determinada região, tem um padrão de localização mais significativo. Por isso, indica a especialização regional das atividades produtivas e sua tendência de concentração”.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte continua em formação, com desafios importantes a serem superados (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2012, p. 91). Atração de investimentos, relacionamento intermunicipal, direcionamento de verbas específicas a projetos que visem estimular o desenvolvimento local, dentre outros temas, são colocados mensalmente em pauta nas reuniões dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, que, por meio de participação pública, privada e social, dialogam e formatam propostas comuns entre os membros, para a concretização desse conglomerado de municípios.

Sendo assim, a discussão proposta parte da premissa de que o conhecimento sobre prováveis setores estratégicos se configuram consonantes para se planejar ações consistentes de desenvolvimento, principalmente quando se analisa a importância do local no contexto regional, conforme se espera da formatação da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Para tanto, os setores analisados são: Agropecuária, Indústria e Serviços.

Na concepção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entende-se por agropecuária as características do produtor rural e do estabelecimento, no que diz respeito à agricultura, pecuária e agroindústria.

No que tange a indústria, considera-se a definição abordada pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que o define pelos seguintes subsetores: indústria de produtos minerais não metálicos; indústria metalúrgica; mecânica; material elétrico e de comunicação; indústria do material de transporte; indústria da madeira e do mobiliário, indústria do papelão, editorial e gráfica; indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares; indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria, indústria têxtil de vestuário e artefatos de tecidos; indústrias de calçados e indústrias de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico.

No atributo Serviços, sobre o foco do órgão ministerial, compreendem os subsetores: instituições financeiras, comércio e administração de imóveis, serviços técnicos e profissionais, transportes e comunicações, serviços médicos, odontológicos, ensino, serviços públicos, etc.

Assim, para a elaboração do PIB regional foram considerados os 39 municípios divididos entre as 5 sub-regiões da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (conforme indicado no anexo B), onde se evidenciam os setores analisados com seus respectivos PIBs.

A variável econômica Total do PIB na região apresenta informações interessantes.

A priori, na sub-região 3 identifica-se que Guaratinguetá e Lorena são os municípios que mais contribuíram com o PIB, dentre todos os setores da região; porém, ao se comparar o setor de serviços entre as duas cidades, constata-se que Guaratinguetá contribuiu com 14% a mais do que Lorena.

Ao se voltar à sub-região 4, encontra-se uma rica história, representada pelo ciclo do café nos séculos XVIII e XIX, mas a avaliação de sua participação na geração de renda e emprego na atualidade aponta dados escassos.

Nesse entorno, apenas o município de Cruzeiro apresenta dados semelhantes ou até superiores aos demais municípios da sub-região 3.

Na Tabela 2, apresenta-se a distribuição do PIB no contexto da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Tabela 2- Distribuição do PIB nas Sub-regiões da RMVLN (PIB ij/PIB tj). (%)

	Agropecuária	Indústria	Serviços
Sub-região 1	1,00 %	44,00%	55,00%
Sub-região 2	2,00 %	42,00%	56,00%
Sub-região 3	2,00 %	26,00%	72,00%
Sub-região 4	4,00 %	24,00%	72,00%
Sub-região 5	1,00 %	13,00%	86,00%

Fonte: Fundação Seade; IBGE, 2011
Organizado pelo autor

Visualiza-se que o setor de serviços é o que tem contribuído diretamente para o desenvolvimento regional, com participação elevada, principalmente nos municípios onde o setor industrial não se faz tão intenso, como é o caso das sub-regiões 3, 4 e 5.

Em contrapartida, verifica-se que os municípios de São José dos Campos, Jacareí e Caçapava concentram 99% do PIB industrial na sub-região 1 e 44% em toda a Região Metropolitana. Os municípios de Taubaté e Pindamonhangaba possuem 95% de todo o PIB Industrial na sub-região 2 e 42% em toda a região.

Dessa forma, percebe-se um desequilíbrio nas relações setoriais nesses territórios, ou seja, nos demais municípios (de ambas as sub-regiões 1 e 2) onde a atividade industrial não se apresenta consistente. Assim, outros setores, como o dos serviços, por exemplo (com base no somatório indicado no Anexo B), tornam-se base do crescimento econômico desses locais.

No entanto, evidencia-se que o vale industrializado é representado por locais dispersos dentro da região.

Verifica-se, dessa maneira, como se apresenta o Quociente Locacional das sub-regiões 3 e 4.

Tabela 3 - Quociente Locacional da sub-região 3, com base no PIB dos setores.

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços Administração Pública + privada
Sub-região 3			
Aparecida	0,15	0,31	1,45
Cachoeira Paulista	2,91	0,27	1,44
Canas	5,43	0,5	1,25
Cunha	9,2	0,22	1,38
Guaratinguetá	1,32	0,74	1,15
Lorena	1,56	0,79	1,12
Piquete	2,1	0,41	1,35
Potim	0,88	0,56	1,28
Roseira	2,03	1,31	0,78

Fonte: Organizado pelo autor

4.4.1 Aparecida

Sua história, bem como sua economia, está diretamente ligada à imagem da Padroeira que deu origem a toda trajetória de fé e devoção, conforme destaca o portal da Prefeitura Municipal. Considerada destaque no cenário turístico do Brasil, Aparecida recebe a denominação de “Capital Mariana da Fé”.

Segundo dados do Ministério do turismo, cerca de onze milhões de turistas visitam a cidade por ano, o que faz do município o maior centro de peregrinação religiosa da América Latina.

O seu principal potencial econômico, conforme evidencia seu Quociente Locacional, direciona-se ao setor de Serviços (1,45), em virtude do intenso fluxo de turistas que visitam semanalmente o município.

4.4.2 Cachoeira Paulista

A economia de Cachoeira Paulista está voltada ao turismo religioso (estimulado pela Fundação João Paulo II – Canção Nova) e agropecuária, reflexo desse identificado pelo Quociente Locacional, pois os índices de 2,97 para agropecuária e 1,44 para serviços refletem que os investimentos a serviços e recepção de turistas configuram o principal potencial econômico do município. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Cachoeira Paulista, cerca de cem mil pessoas passam pela cidade mensalmente, o que representa que seu potencial econômico gira em torno desse segmento. Outro elemento estratégico é o turismo ecológico e rural, conforme aponta a Prefeitura Municipal em seu portal na internet, haja vista as belezas naturais da Bocaina e redondezas.

4.4.3 Canas

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano do Estado de São Paulo (2012, p. 116), o município de Canas faz parte do Programa de Turismo da Estrada Real, do Roteiro da Fé, da Trilha da Independência, além de integrar o Consórcio de Turismo “Caminhos do Rio Paraíba”.

Conforme o Portal do Município, a economia de Canas é baseada na agricultura, com plantio de arroz (Rizicultura), e horticultura, além da pecuária, com gado leiteiro. Dessa forma, o Quociente Locacional de 5,43, desse setor, evidencia o potencial econômico que a atividade do campo proporciona a Canas, principalmente com a especialização do plantio de arroz preto que, segundo especialistas, possui qualidade aprimorada.

Canas também é reconhecida por suas olarias e cerâmicas de lajotas, além de indústrias de pré-moldados, plásticos e minério, conforme aponta a municipalidade, no entanto, o Quociente Locacional do setor industrial no município é de 0,5.

A atividade cujo índice do Quociente Locacional se demonstra propício ao potencial econômico é o de serviços, com 1,25, principalmente com a inserção do município nos roteiros históricos e no Circuito Religioso, dada a instalação da sede Nacional da Renovação Carismática Católica em seu território.

4.4.4 Cunha

O município de Cunha foi reconhecido como estância climática no ano de 1948, em virtude destas características:

Estação climática situada a 45 km de Parati e à mesma distância de Guaratinguetá, em meio à Serra do Mar e da Bocaina, é o município que conserva a maior reserva de Mata Atlântica do país. O que vale dizer que ali se encontram dezenas de cachoeiras, milhares de nascentes e de riachos que correm sobre pedras e uma vegetação abundante rica em ipês, manacás, quaresmeiras, sibipirunas e um mundo de árvores floridas que abundam na Mata Atlântica (PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE CUNHA).

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano do Estado de São Paulo (2012, p. 116), a “Estância Climática de Cunha tem arte, boa gastronomia, dois parques estaduais, cachoeiras, grutas, e abriga importante trecho da Estrada Real, antigo caminho do ouro”, carregando consigo um importante fator histórico da região.

Dessa forma, destacam-se em sua economia: a agricultura, com o cultivo de milho, feijão, batata inglesa, cana-de-açúcar; agropecuária, com a produção de ovos, mel e leite; fruticultura de clima temperado; piscicultura de trutas.

O Quociente Locacional de 9,2 do setor de agropecuária evidencia a importância do segmento no desenvolvimento do município, que possui faixa territorial propícia ao desenvolvimento dessa atividade. Em seguida, destaca-se o setor de serviços, com índice de 1,38, o que representa que, por ser uma estância climática e atrair turistas de todo o país, esse setor pode ser estimulado a gerar novas oportunidades para o desenvolvimento local. Há também a presença importante do artesanato, que conta com 0,22 de participação no PIB.

4.4.5 Guaratinguetá

Guaratinguetá foi considerada, em 2013, pela Organização das Nações Unidas, como a 47^o cidade para se morar bem no Brasil.

Sua economia tem impulso no século XX, conforme destaca a Prefeitura Municipal. Com o esgotamento das terras, novos focos econômicos se instalam no município, como a pecuária extensiva, industrialização e fomento comercial. Destaca-se a “nova” comunidade, com a Escola de Especialistas da Aeronáutica, o *campus* da UNESP – Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá, o SENAC e, mais recentemente, com a Faculdade de Tecnologia (FATEC), conforme aponta a Prefeitura.

O Quociente Locacional de Guaratinguetá apresenta-se equilibrado entre os setores, indicando que seu potencial endógeno é bem variado, ou seja, os três segmentos avaliados têm capacidades semelhantes de crescimento.

Sendo assim, a agropecuária, com índice de 1,32, aponta que o setor é primordial para o desenvolvimento local, e os subsetores abaixo apontados são importantes ao município, conforme destaca o Portal Vale (2010).

PRODUÇÃO AGRÍCOLA: A cultura de arroz vem alcançando altos níveis de produtividade no município. Observa-se, também, tendência de crescimento na produção de hortifrutigranjeiros; **PRODUÇÃO ANIMAL:** A pecuária extensiva teve início no começo do século e evoluiu, na década de 50, voltando-se para a produção de leite, transformando a cidade de Guaratinguetá em uma das mais expressivas bacias leiteiras do país; **PRODUÇÃO PECUÁRIA:** Rebanhos existentes na Área: bovinos, suínos, equinos, muares, caprinos, ovinos, bubalinos, aves e piscicultura.

Outro setor importante em Guaratinguetá é o segmento industrial, com Quociente Locacional de 0,74. Evidencia-se que existem fábricas dos segmentos têxtil, químico, metal-mecânico e alimentício. Dessa forma, no contexto das sub-regiões 3 e 4, Guaratinguetá é a mais industrializada.

Outro fator elementar é o setor de serviços, com índice de 1,15, impulsionado pela Escola de Especialistas da Aeronáutica, pelas Universidades e principalmente pelo comércio. No entanto, a Prefeitura destaca que, nos últimos anos, a cidade tem se destacado também com modalidades de turismo, em especial o religioso, pois o Santuário Frei Galvão (primeiro santo brasileiro) atrai turistas do Brasil inteiro.

4.4.6 Lorena

Lorena está entre as cidades mais dinâmicas do vale do Paraíba. Estrategicamente localizado entre os principais polos consumidores do País, o

município conta com centros de excelência (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DE SÃO PAULO, 2012, p. 118).

Analisada sob olhar logístico, Lorena representa importante rota do transporte rodoviário. *A priori*, pela Rodovia Presidente Dutra, que faz a ligação entre as megalópoles industriais e populacionais São Paulo e Rio de Janeiro, distantes 182 e 225 quilômetros, respectivamente, além da BR 459, que é considerada o principal acesso ao Sul de Minas Gerais. Assim, este é um fator estratégico para o transporte de pessoas e para o escoamento de mercadorias/produtos entre três importantes Estados do Brasil. Nesse sentido, o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP) afirma que essa região representa o maior corredor industrial do país.

Sua principal fonte de arrecadação e geração de empregos está concentrada no comércio e na prestação de serviços, pois o Quociente Locacional é de 1,12. A Associação Comercial Industrial de Lorena destaca a quantidade de renomadas redes de atacado, varejo, além de agências bancárias e de pequenas e médias empresas que se instalaram no município.

Outro fator significativo é o segmento industrial, com Quociente Locacional de 0,79. Nesse sentido, a Associação Comercial Industrial de Lorena (ACIAL, 2013) afirma “[...] que o universo de criação e expansão de empreendimentos na cidade representa um grande diferencial e atrativo para novos investimentos”. Esse fato tem-se intensificado nos últimos anos, pois diversas indústrias se instalaram no município ou expandiram suas atividades.

4.4.7 Piquete

A cidade de Piquete é conhecida como cidade paisagem, graças à sua posição privilegiada no sopé da Serra da Mantiqueira (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2012, p. 119), um atrativo natural que a insere no Circuito Turístico da Mantiqueira.

As principais atividades econômicas de Piquete, conforme destaca o portal da Prefeitura Municipal na Internet, são: agropecuária – produção de milho, feijão, batata doce e cana de açúcar; pecuária – criação de gado holandês e mestiço para produção de leite e de corte; indústria – com três fábricas instaladas em seu território, uma de material bélico e duas de materiais plásticos.

Com base no Quociente Locacional, verifica-se que a agropecuária apresenta um índice de 2,1, o que indica ser um setor elementar à economia do município, enquanto o setor de Serviços, com índice de 1,35, indica potencial importante para especialização e profissionalização das atividades, principalmente as voltadas ao turismo ecológico e de aventura. Como indica o setor de turismo municipal, essas duas modalidades são as principais, dentre as direcionadas aos atrativos naturais da serra da Mantiqueira, pois atraem turistas da região e principalmente do sul de Minas Gerais.

3.4.8 Potim

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano (2012, p. 110),

Potim é um lugar pitoresco que se desenvolveu durante quase dois séculos como pacata aldeia de pescadores, em volta da igrejinha do Senhor Bom Jesus. A expansão urbana começou a partir da década de 1960, quando foi construída a ponte sobre o Rio Paraíba.

Conforme destaca o portal da Prefeitura de Potim, “[...] devido à maior proximidade com a cidade de Aparecida, os habitantes deste agradável recanto estão muito ligados à cidade vizinha por razões históricas, econômicas, religiosas e culturais”. Assim, Potim acaba sendo uma extensão urbana da Capital da Fé.

A proximidade com Aparecida faz com que sua economia receba os resquícios da cidade vizinha, principalmente porque a maior parte de seus moradores é constituída de aparecidenses. Suas principais atividades são: agropecuária, produção e comercialização de garapa, rapadura e farinha de mandioca, além da produção de imagens sacras, trabalhos em vidro, velas, círios pascais e artesanato em palha, bambu e cerâmica.

Seu Quociente Locacional indica que a agropecuária (0,88) está direcionada para o seu contorno, e que a indústria (0,56) não se faz consistente. Embora exista a produção de imagens sacras, percebe-se que são pequenas fábricas, construídas e gerenciadas por aparecidenses. O setor de serviços (1,28) é o reflexo mais contundente do município vizinho, pois a proximidade de 2 km do Centro de Aparecida leva muitos turistas a se hospedem em pequenas pousadas, em Potim.

3.4.9 Roseira

O município possui na agropecuária o seu principal potencial econômico, haja vista que o Quociente Locacional, de 2,03, aponta a tendência de concentração nesse território. Esse fato é comprovado pelo Portal da Prefeitura, que define a agropecuária como a principal fonte de renda do município, centrada na produção de arroz, milho e feijão.

No setor industrial, o Quociente Locacional, com índice de 1,3, evidencia que as fábricas, no município, possuem importante participação em sua economia, o que conseqüentemente demanda mão de obra qualificada, pois os setores preponderantes são voltados à química, construção civil e plástico.

Dessa forma, o setor de serviços, com taxa de 0,78 do Quociente Locacional, demonstra ser voltado apenas ao mercado interno do município.

Tabela 4 – Quociente Locacional sub-região 4 com base no PIB dos setores

Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços Administração Pública + privada
Sub-região 4			
Arapeí	9,09	0,36	1,3
Areias	18,06	0,28	1,23
Bananal	7,41	0,44	1,26
Cruzeiro	0,83	0,74	1,16
Lavrinhas	5,6	0,49	1,26
Queluz	3,62	0,33	1,39
São José do Barreiro	26,88	0,16	1,18
Silveiras	20,36	0,26	1,21

Fonte: Organizado pelo autor

4.4.10 Arapeí

A cidade de Arapeí possui especificidades importantes a serem analisadas, a começar por sua localização. Situada na sub-região 4 e microrregião de Bananal, o município está distante da capital de São Paulo em aproximadamente 296 km, e da capital do Rio de Janeiro, 177 Km, além de estar a 35 Km de Resende e a 43 km de Barra Mansa, importantes cidades do sul-fluminense.

Quando se trata de geração de emprego e renda, o Sistema Firjan de Desenvolvimento Municipal aponta o município como sendo de baixo desenvolvimento (0,3746).

De acordo com a Prefeitura Municipal de Arapeí, seu grande potencial econômico está no turismo, o que indica que o índice de 1,3 no setor de serviços é consequência de ações voltadas ao estímulo de empreendimentos com tal finalidade.

Seguindo afirmativa da municipalidade, cuja economia é baseada na agropecuária, o Quociente Locacional desse setor é de 9,09, o que evidencia ser este o seu potencial econômico.

No ano de 2012, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) divulgou, por meio de sua Unidade Inteligência de Mercado/ Pesquisa Econômica, um estudo sobre o número de micro e pequenas Empresas no município de Arapeí. Ficou constatado que 10 microempresas eram de prestação de serviços, enquanto 168 empreendimentos eram voltados à agropecuária, evidenciando dessa maneira a força do segmento na região.

4.4.11 Areias

Areias teve participação importante no cenário econômico e histórico do país no ciclo do café, no século XIX.

De acordo com o portal da Prefeitura de Areias, sua principal atividade é agropecuária, e o Quociente Locacional, de 18,06, indica realmente ser este o seu principal potencial.

Entretanto, o setor de turismo histórico, representado pela municipalidade como atrativos históricos, favorece ao município um importante meio de desenvolvimento local e geração de novos serviços, com Quociente Locacional de 1,23.

4.4.12 Bananal

Intitulado como Museu ao céu aberto, o município de Bananal carrega consigo um histórico rico e cheio de encantos.

O setor agropecuário é seu principal potencial econômico, haja vista o índice e Quociente Locacional de 7, que evidencia especialização das atividades produtivas e tendência de concentração regional voltada a atender o mercado externo. Nesse contexto, verifica-se, por meio do SEBRAE, que, em 2012, 232 microempresas do setor agropecuário estavam formalizadas no município, no setor de serviços, cujo Quociente Locacional, de 1,26, compreende: alimentação,

alojamento, transporte terrestre e serviços de escritório e apoio administrativo, com 102 microempresas. O setor industrial na cidade de Bananal volta-se ao setor de obras e infraestrutura, tendo o Quociente Locacional de 0,44.

4.4.13 Cruzeiro

Conforme aponta a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano (2012, p. 120), o município de Cruzeiro foi desenvolvido a partir do advento da ferrovia e ganhou como herança um rico patrimônio cultural representado pelas sedes de fazendas e pelas construções urbanas.

Em seu portal na Internet, a Prefeitura disponibiliza um link intitulado “investidor”, com a proposta de atrair para cidade novos empreendimentos. Dessa forma, a municipalidade diz que o foco econômico do município é voltado para a área do comércio e da indústria metalúrgica.

O Quociente Locacional de Cruzeiro revela que as atividades agropecuárias, de 0,83, são voltadas para o consumo interno local. Já a indústria, com participação de 0,74, evidencia que a atividade, embora importante e direcionada ao mercado externo, não é indicada propriamente como seu principal potencial econômico, como o setor de serviços (1,16), que é estimulado pelo seu forte comércio que, conforme dados do SEBRAE (2012), coloca o município no patamar de polo comercial na região.

4.4.14 Lavrinhas

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano (2012, p. 120),

[...] a presença da ferrovia também foi determinante para Lavrinhas. O município nasceu de uma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II. E desenvolveu-se a partir da instalação do Colégio São Manoel, em 1914, dos serviços de laticínios, da exploração do carvão vegetal e da lenha para as locomotivas e com a exploração da bauxita e da pecuária leiteira.

No entanto, evidencia-se, no portal da Prefeitura de Lavrinhas na Internet, que sua economia baseia-se no turismo ecológico e rural, em virtude de existência de águas minerais em sua zona rural.

Dessa forma, entende-se que o setor de agropecuária se configura como um potencial intenso, considerando seu Quociente Locacional, de 5,6, seguido pelo serviços, cujo índice de 1,26 demonstra especialização da atividade.

4.4.15 Queluz

A agropecuária é um setor estratégico do município de Queluz, com Quociente Locacional de 3,62. Em contrapartida, o setor de serviços, com índice de 1,39, evidencia-se no cenário de desenvolvimento de Queluz, em virtude de atrativos que, segundo a municipalidade, são estratégicos para os setores de turismo e serviços.

4.4.16 São José Do Barreiro

Pertencente ao Circuito Vale Histórico, São José do Barreiro é a mais nova estância turística do estado de São Paulo. As imponentes fazendas e os sobrados e casarões são, hoje, marcos da época em que o município ocupou importante lugar na cafeicultura paulista (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO, 2012, p. 120).

De acordo com a Prefeitura Municipal da Estância Turística de São José do Barreiro, sua estrutura econômica volta-se ao turismo, com base em sua característica natural, que a denomina “Porta de entrada do Parque Nacional da Serra da Bocaina - maior reserva de mata atlântica do Brasil” (BARREIROTUR).

O Quociente Locacional de São José do Barreiro evidencia que a agricultura (26,88) é o seu principal potencial econômico, pois o turismo histórico, rural e de aventura incentiva esse ramo de atividade.

4.4.17 Silveiras

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano do Estado de São Paulo (2012, p. 122):

A partir de 1978, um movimento comunitário denominado Silveirarte agilizou a valorização dos patrimônios cultural e ambiental do município de Silveiras, com o fortalecimento do artesanato exportado para vários países. A Fundação Nacional do Tropeirismo, sediada no município, foi criada em 1986 com o objetivo de pesquisar o ciclo do tropeirismo e a sua influência na formação da cultura brasileira.

Conforme aponta a Prefeitura Municipal de Silveiras, suas principais atividades econômicas são: pecuária leiteira, agricultura e artesanato.

Nesse intento, com base no Quociente Locacional, que indica o nível de especialização da agricultura no município de Silveiras, 20,36, ela se configura como

seu principal potencial, seguida pelo setor de serviços, com nível de especialização de 1,21. Assim como os outros municípios do fundo do Vale Histórico, Silveiras também se volta para o setor de turismo histórico e ecológico. Deve-se ressaltar que em Silveiras existem pequenas fábricas especializadas em artesanato de madeira, que é exportado para diversos países da Europa e da América Latina. No site da Prefeitura de Silveiras são apresentadas 14 das empresas que praticam tal atividade.

Nas sub-regiões analisadas, percebe-se que o setor de serviços apresenta um potencial intenso de crescimento, reflexo da contribuição dos outros setores econômicos, em especial do comércio e da indústria.

Assim, a função da medida de especialização Quociente Locacional (QL) é auxiliar na compreensão de como os setores econômicos se formatam na região, servindo de ferramenta para que ações de desenvolvimento local e regional sejam criadas por meio dos potenciais de cada município.

5 MÉTODO

O presente trabalho, pautado na linha de pesquisa Processos de Desenvolvimento Regional, traz como cerne a necessidade de se entender sobre a Formação de profissionais da Administração cuja expectativa gira em torno do fomento do desenvolvimento regional, com base em características e potencialidades locais.

5.1 Tipo de pesquisa

De acordo com Rodrigues (2002, p 105), “[...] toda pesquisa tem como objetivo específico direcionar o tipo de pesquisa mais adequado ao tipo de estudo”.

Logo, os métodos que indicarão os caminhos para se chegar a determinado objetivo, e os processos, como conjunto de procedimentos (intelectuais e técnicos) são fundamentais para a construção do conhecimento (GIL, 1999, p. 26).

Nesse sentido, Lakatos e Marconi (1992, p. 105) entendem que “[...] método se caracteriza como abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado dos fenômenos da natureza e da sociedade”, podendo ser: indutivo, dedutivo, hipotético - dedutivo e dialético. Já procedimentos, para as autoras, “[...] constituem etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita, em termos de explicação geral dos fenômenos menos abstratos”.

Ainda de acordo com Lakatos e Marconi (1992), nas ciências sociais os principais métodos são: histórico, comparativo, monográfico ou estudo de caso, estatístico, tipológico, funcionalista, estruturalista e etnográfico.

No entanto, Severino (2007, p.102) destaca que a primeira atividade do cientista é a observação de fatos, podendo ser uma atividade casual ou espontânea, que conduzirá a outras etapas de investigação, como: problematização, formulação de hipóteses, experimentação e resultados.

Já Andrade (2009, p. 112) aponta que as várias finalidades da pesquisa podem ser classificadas em dois grupos: o primeiro reúne as finalidades motivadas por razões de ordem intelectual, e o segundo, por ordem prática.

No primeiro caso, o objeto de pesquisa é alcançar o saber, para satisfação do desejo de adquirir conhecimentos. Esse tipo de pesquisa é de ordem intelectual, denominada “pura” ou “fundamental”, é realizada por cientistas e contribui para o progresso da ciência. No outro tipo, a pesquisa visa às aplicações práticas, com o objetivo de atender as exigências da vida moderna. Nesse caso, sendo o objetivo contribuir para fins práticos, pela

busca de soluções para problemas concretos, denomina-se pesquisa “aplicada” (ANDRARE, 2009, p. 112).

Duverger (1962, *apud* GIL, 1999, p. 43), distingue três níveis de pesquisa: descrição, classificação e explicação. Já Severino (2007, p. 122) afirma que esses níveis estão atrelados “aos objetivos de uma pesquisa”, pois:

[...] além de registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos (SEVERINO, 2007, p. 123).

Dessa maneira, Andrade (2009, p. 114) explica:

São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobre tudo quando bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente.

Conforme Gil (1999, p. 43), utiliza-se a pesquisa exploratória quando o tema é pouco explorado e amplo, uma vez que “[...] tornam-se necessários seus esclarecimentos e delimitação, o que exige revisão da literatura, discussão com especialistas e outros procedimentos”.

Destarte, Severino (2007, p. 122) discute como referência a natureza das fontes utilizadas para abordagem e tratamento do objeto, que podem ser bibliográfica, documental, experimental e de campo.

Em se tratando dos estudos de níveis descritivos, conforme apontam os autores Duverger (1962), GIL (1999) e Andrade (2009), é nesse tipo de pesquisa que os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles.

Entretanto, Rodrigues (2002, p. 106) disserta que os estudos descritivos supõem muitos conhecimentos anteriores do problema em estudo, bem como exigem do pesquisador definição clara do que pretende medir, além de métodos adequados e determinação da população que compõe o objeto de estudo.

Para Andrade (2009, p. 114), a característica da pesquisa descritiva é a técnica padronizada da coleta de dados, realizada principalmente por meio de questionários e de observação sistemática.

Para os autores, as pesquisas descritiva e exploratória são as mais utilizadas por pesquisadores cuja proposta é direcionada ao estudo da prática social, sendo solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc.

Contudo, com o objetivo é a análise da formação profissional do técnico em Administração, com base nas potencialidades locais e regionais, este estudo se configura como exploratório. Parte-se de levantamento primário, que envolve experiência de pessoas com o objeto de pesquisa, e são aplicados métodos baseados em: pesquisa bibliográfica, “[...] a partir de registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc.”; documental, tendo “[...] como fontes documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas sobretudo outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” e pesquisa de campo, “[...] onde o objeto é abordado em seu meio próprio” (SEVERINO, 2007, p.122).

A partir dos dados levantados, houve aplicação de entrevista semiestruturada e de questionários, junto à amostra selecionada, o que caracteriza a pesquisa também como descritiva.

5.2 A pesquisa

Esta pesquisa de nível exploratório e descritivo está estruturada da seguinte maneira:

5.2.1 Primeira etapa – pesquisa eletrônica

Levantamento das escolas técnicas estaduais do Centro Paula, por meio do portal www.vestibulinhoetec.com.br. O objetivo dessa etapa foi descobrir as cidades que contam com uma Escola Técnica Estadual, nas sub-regiões 3 e 4 da RMVPLN e quais dessas Instituições oferecem em sua grade curricular a Habilitação Profissional Técnico em Administração. Como a proposta do estudo visa os egressos, achou-se conveniente traçar um período de análise, tendo como referência os ingressantes do segundo semestre do ano de 2013.

Tabela 5 - Vestibulinho Etec 2013

Municípios	Escolas Técnicas Estaduais	Vagas Vestibulinho 2013
Sub-região 3		
Cachoeira Paulista	Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel	40
Guaratinguetá	Etec Prof. Alfredo de Barros Santos	120
Sub-região 4		
Cruzeiro	Etec Prof. José Sant'Ana de Castro	40
Total		200

Fonte: Fundação de Apoio à Tecnologia, 2013

5.2.2 Segunda etapa – análise documental e entrevista com os representantes das escolas

Por meio de pesquisa documental, elaborou-se um roteiro que guiou a entrevista (Apêndice A) com diretores, coordenadores pedagógicos e de curso, com a intenção de coletar informações referentes:

- aos procedimentos pedagógicos da Escola direcionados à educação Profissional;
- à relação entre mercado de trabalho regional, matriz curricular e Projeto Político Pedagógico;
- ao Curso Técnico de Administração e à empregabilidade regional;
- à percepção da escola quanto às perspectivas profissionais dos alunos do referido curso.

As entrevistas e a análise documental subsidiaram a elaboração do questionário (detalhado na terceira etapa), que foi respondido pelos egressos.

5.2.3 Terceira etapa – questionários aplicados aos egressos do curso Técnico em Administração

Foram distribuídos aos profissionais da educação 145 questionários, e 102 foram aplicados e retornados. Essa fase teve como propósito identificar as perspectivas profissionais dos egressos do Curso Técnico em Administração, em relação à referida formação, mercado de trabalho regional e potenciais econômicos locais.

5.3 Área de realização

A pesquisa foi aplicada em três escolas das sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte: Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel (Cachoeira Paulista), Etec. Prof. Alfredo de Barros Santos (Guaratinguetá) e Etec Prof. José Sant´Ana de Castro (Cruzeiro).

5.4 População e amostra

De acordo com Stevenson (1981, p. 158), “[...] a parcela do grupo examinada é chamada amostra, e o grupo todo – do qual se extrai a amostra – é designado como população ou universo”.

Dessa maneira, a pesquisa abordou, como amostra, profissionais da educação e alunos do curso técnico em Administração das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) das sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Consideraram-se as seguintes características: residentes na mesma região demográfica e cursando o último período (semestral) do curso Técnico em Administração das Escolas Técnicas do Centro Paula Souza.

Como procedimento metodológico, utilizou-se, *a priori*, como população, dados do vestibulinho do segundo semestre de 2013, 200 vagas (conforme tabela 5). No entanto, como a pesquisa se voltou aos discentes matriculados no último semestre, constatou-se que 149 alunos estavam matriculados e quatro não frequentavam as aulas. Então, 145 questionários foram deixados nas escolas, e 102 questionários foram respondidos, representando assim uma amostra de 70%.

A tabela 6 indica o número de matriculados, respondentes por escola e percentual no cômputo total.

Tabela 6 - Questionários respondidos por escola

Escola	Egressos	Questionários respondidos	Percentual de respostas
Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel – Cachoeira Paulista	29	16	16,00
Etec Prof. Alfredo de Barros Santos – Guaratinguetá	90	61	60,00

Etec Prof. José Sant´Ana de Castro - Cruzeiro	30	25	24,00
Total	149	102	100,00

Fonte: elaborado pelo autor

Dessa forma, com base na Tabela 7, presume-se que a pesquisa apresenta 90% de nível de confiança e 10% de margem de erro.

Tabela 7 - População, margem de erro e nível de confiança da pesquisa

População	Margem de erro			Nível de confiança		
	10%	5%	1%	90%	95%	99%
100	50	80	99	74	80	88
500	81	218	476	176	218	286
1.000	88	278	906	215	278	400
10.000	96	370	4.900	264	370	623
100.000	96	383	8.763	270	383	660
1.000.000+	97	384	9.513	271	384	664

Fonte: Surveymonkey

5.5 Instrumentos

Andrade (2009, p. 132) afirma que “[...] instrumentos da pesquisa são os meios através dos quais se aplicam as técnicas selecionadas”.

Logo, a pesquisa foi dividida em etapas:

Na primeira realizou-se a pesquisa bibliográfica e a análise documental, abordando a temática proposta. Gil (1999, p. 66) considera que ambas se assemelham; porém, “[...] enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda tratamento analítico”.

Em seguida, por meio de método analítico, avaliou-se a matriz curricular da Habilitação Profissional, com base no Planejamento Político Pedagógico (PPP) e

nas características locais, a fim de se compreender o processo de formação desse profissional e criar um roteiro direcionado aos profissionais da educação.

O terceiro passo foi uma entrevista semiestruturada, com os profissionais da educação, para coletar informações referentes à formação profissional e ao mercado de trabalho regional, com o intuito de elaborar os questionários direcionados aos egressos.

5.6 Coleta de dados

Com a aprovação do Conselho de Ética da Unitau, sob o parecer 913.357, e autorização das Instituições de ensino, conforme termo de consentimento esclarecido institucional (anexos B, C e D), a coleta de dados seguiu a seguinte ordem: análise documental do Projeto Político Pedagógico das Escolas e da Matriz Curricular do curso Técnico em Administração, com o objetivo de elaborar um roteiro para as entrevistas (Anexo E). A realização da entrevista semiestruturada com profissionais da educação e, posteriormente, a aplicação de questionário aos alunos que também observaram a necessidade de recolher termo de consentimento esclarecido (apêndice A).

5.7 Análise de dados

Após a coleta dos dados nas três escolas, traçou-se um cenário, com base em estudos de casos múltiplos, considerando: estratégias pedagógicas para o ensino profissional no contexto regional, características das sub-regiões 3 e 4 da RMVLN e a formação do técnico em Administração. Assim, cada área poderia ser objeto de um estudo de caso individual, e o estudo teria utilizado um projeto de casos múltiplos (Yin, 2001, p. 67).

De acordo com Yin (2001, p. 68), “[...] as provas resultantes de casos múltiplos são considerados mais convincentes, e o resultado global é visto, por conseguinte, como sendo mais robusto”, apresentando evidências mais convincentes, além de análises substanciais e conclusões mais contundentes.

Em relação à análise das documentações e respostas das entrevistas semiestruturadas, utilizou-se a técnica análise de conteúdo que, segundo Bardin (1970, p. 22), permite inferências, e, “[...] a partir dos resultados da análise, se pode

regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações”, além de favorecer:

Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo para ver o que dá. Uma função de administração da prova. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de directrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificados no sentido de uma confirmação ou de uma informação. É a análise de conteúdo para servir de prova (BARDIN, 1907, p. 30).

Os dados colhidos nos questionários foram tabulados por meio eletrônico, contemplando o que Gil (1999, p.172) definiu como “[...] útil quando a análise requer o uso de técnicas estatísticas mais sofisticadas que envolvem cálculos numerosos e complexos”. Para tanto, utilizou-se o Software Microsoft Excel, que propiciou dados percentuais e geração de gráficos.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa etapa do trabalho, apresentam-se os resultados encontrados e propõe-se uma discussão a partir das referências utilizadas.

6.1 Pesquisa documental

No primeiro momento, apresentam-se os resultados da pesquisa documental que deu sentido à entrevista semiestruturada, tendo como diretrizes: Projeto Político Pedagógico (PPP); Currículo da Educação Técnica das escolas do Centro Paula Souza; e, Matriz Curricular da Profissional habilitação técnica em Administração.

6.1.1 Projeto político pedagógico e currículos da educação profissional

O projeto não é uma simples representação do futuro, do amanhã, do possível, de uma ideia; é o futuro a fazer, um amanhã a concretizar, um possível a transformar em real, uma ideia a transformar em ato (Jean-Marie BARBIER).

A proposta do trabalho vincula-se à análise da formação do Técnico em Administração sob o foco regional. Dessa maneira, a articulação entre Projeto Político Pedagógico (estratégias de ensino escolar) e currículo (disciplinas) é fundamental, pressupondo-se que o Projeto Político Pedagógico (PPP) é diretivo e baseado na realidade de cada Instituição escolar e que o currículo é amplo e genérico.

Rubega (2008, p. 3) aponta as diferenças entre planejamento, plano e projeto, com o objetivo de identificar cada fase da organização escolar.

O planejamento é a ação mais complexa, pois a partir dele surge a necessidade de se elaborar um plano ou um projeto. O PLANO é o documento que sintetiza as ideias do planejamento e auxilia a colocá-las em prática. Ele por sua vez pode ser utilizado em diversas categorias: planos estaduais e municipais de educação, plano de aula, plano de curso, plano de atividades, plano de gerenciamento, plano de recursos, que possuem a mesma sistemática de elaboração. O PROJETO pode ser considerado o produto final da fase de planejamento. Trata-se de uma coletânea de documentos que deve estar integrada, de forma a garantir que os vários elementos do projeto estejam adequadamente coordenados entre si. Em um plano pode haver vários projetos, sem esquecer que o plano é fundamentado em um planejamento inicial. A ideia de projeto na escola tem se desenvolvido por meio do Projeto Político Pedagógico que é o documento que orienta o trabalho da escola.

Para que a ação educativa intencional destacada por Gadotti (2008) aconteça, o planejamento, com os devidos planos e projetos, deve ser elaborado com metas e direções bem definidas, para que o objetivo estabelecido seja sucedido.

Nesse intento, Ferreira (1975, p.144) explica que, “[...] no sentido etimológico, o termo projeto vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante”.

Ao elaborar o planejamento de ensino, ou plano pedagógico de uma escola, planeja-se o que se pretende fazer, quais objetivos a serem alcançados, os caminhos a serem seguidos e quais recursos estão e estarão disponíveis para o cumprimento de cada etapa. Logo, o Projeto Político Pedagógico é uma soma de parcerias que envolvem a comunidade escolar, como destaca Veiga (1998, p.13-14):

O projeto político pedagógico, ao se constituir em processo democrático, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Conforme Gadotti (1994, p. 579), “[...] todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas”.

De acordo com Veiga (2002, p. 3), “[...] o projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”. Por essa razão, a autora afirma que todo projeto pedagógico escolar também se caracteriza como um projeto político, pois está intimamente articulado com o compromisso sociopolítico e com os interesses reais e coletivos da população majoritária.

Freitas *et al.*(2004, p.69) observam que o projeto pedagógico “[...] não é uma peça burocrática e sim um instrumento de gestão e de compromisso político e pedagógico coletivo. Não é feito para ser mandado para alguém ou algum setor, mas sim para ser usado como referência para as lutas da escola”, isto é, a Instituição escolar, com sua autonomia, favorece à comunidade a oportunidade de

participar e debater sobre suas demandas e necessidades, para assim confeccionar e elaborar o documento que delineará suas atividades em um prazo definido.

De acordo com Rubega (2008, p. 9), para construção do Projeto Pedagógico,

[...] a escola deve levar em consideração as práticas e necessidades da comunidade escolar, as diretrizes nacionais, o regimento interno, assim como as normas, regulamentos e orientações curriculares e metodológicas do seu sistema (estadual ou municipal).

Nessa perspectiva, Veiga (1998) e Rubega (2008) discorrem sobre os princípios que deverão nortear a escola democrática, pública e gratuita e que deverão ser base para a criação do Planejamento Político e Pedagógico:

a) A garantia do acesso e permanência, com sucesso, do aluno na escola, mantendo instrumentos de avaliação condizentes com o processo de ensino e mecanismos de controle de evasão e retenção escolar.

Nesse intento, Veiga (2008) aponta “[...] a igualdade de acesso e principalmente de permanência na escola”. A escola justa não é aquela que possibilita a entrada de todos, mas a que, com programas definidos, consegue mantê-los no processo educativo.

b) Uma gestão democrática que possibilite ouvir os diversos segmentos da comunidade escolar, incorporando sugestões e críticas.

Segundo Veiga (2008, p. 4):

Gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um projeto político-pedagógico ligado à educação das classes populares.

A gestão é o elo entre escola e comunidade, ou seja, a postura do Gestor Democrático deve permear as demandas da sociedade em que sua Instituição está inserida, dialogando e favorecendo momentos comuns de debate e participação. Quando se fala do ensino profissional, a postura do Gestor é ainda mais desafiante, pois se pressupõe que ele deve estar em consonância com o setor produtivo local, traçando estratégias para que parcerias com intuito de geração de oportunidades sejam criadas.

c) Promover a valorização dos profissionais da educação, possibilitando sua formação continuada, nas áreas de interesse.

A qualidade do ensino ministrado na escola e seu sucesso na tarefa de formar cidadãos capazes de participar da vida socioeconômica, política e cultural do país relacionam-se estreitamente a formação (inicial e continuada), condições de trabalho (recursos didáticos, recursos físicos e materiais, dedicação integral à escola, redução do número de alunos na sala de aula etc.), remuneração, elementos esses indispensáveis à profissionalização do magistério. (VEIGA, 2008, p. 5).

O investimento em mão de obra sempre se configurou estratégico, principalmente em empresas privadas; no entanto, na educação profissional muitas vezes o professor é um profissional de determinada área que deve ser preparado para a atividade de docência. No caso do Centro Paula Souza, com recursos do Programa Brasil Profissionalizado os professores são capacitados para exercer a docência profissional, ao participarem de cursos de capacitação e qualificação. Porém, cada escola pode criar momentos particulares para a formação de seus docentes, seja em reuniões de Planejamento ou de Curso ou em momentos predefinidos.

d) Garantir a qualidade do ensino, desenvolvendo critérios para avaliar o Padrão de Desempenho Escolar.

No Estado de São Paulo existem critérios institucionais de avaliação de desempenho escolar que consideram problemas gerais, como evasão, permanência dos alunos na escola, frequência, conceitos, dentre outros; no entanto, projetos internos de cada Instituição devem ser elaborados com o propósito de identificar e propor soluções para problemas particulares.

e) Promover a organização e integração curricular, garantindo um processo interdisciplinar de ensino.

A interdisciplinaridade não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade. Mas integra as disciplinas a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalha todas as linguagens necessárias para a constituição de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados (BRASIL, 1999, p.89).

A interdisciplinaridade é fundamental, principalmente em cursos profissionalizantes, visto que as disciplinas devem apresentar relações e complementaridade.

f) Incentivar e promover a integração escola/família/comunidade, mantendo a família informada do aproveitamento escolar dos seus filhos.

Trazer a comunidade para o interior da escola, proporcionar eventos, como feiras tecnológicas, workshops, eventos que possam evidenciar à comunidade o que a escola realiza e como transforma o meio em que se encontra.

g) Lutar para manter uma autonomia pedagógica, construindo o próprio projeto, em vez de reproduzir modelos “comprados” ou que não correspondem à realidade.

O grande desafio da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera "repetidora" de programas de "treinamento", é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais (VEIGA E CARVALHO, 1994, p. 50).

Esse princípio é o fundamento basilar do presente estudo, que considera a formação profissional atrelada à realidade local de cada escola, ou seja, a necessidade de se entender como os alunos estão sendo formados e para onde irão após o processo formativo. Se a proposta do ensino profissional é formar para o mercado de trabalho, esse objetivo está sendo cumprido? De que forma? O Projeto Político Pedagógico de escolas técnicas devem observar essas questões.

Os princípios apresentados sustentam a tese de que o Projeto Político Pedagógico é dinâmico e passível de mudanças, visto que vivemos em uma sociedade em transformação.

Outra ferramenta basilar para que essas questões sejam trabalhadas é o Plano Plurianual de Gestão (PPG), que, de acordo com o Regimento Comum das Escolas Técnicas do Estado de São Paulo, Capítulo II e artigo 12, “[...] apresentará a proposta de trabalho da ETEC, constituindo documento norteador da sua ação educacional”. Nesse intento, identifica-o como o principal instrumento de articulação entre os princípios do Projeto Político Pedagógico (PPP) e as peculiaridades de cada Instituição, delineando os caminhos a serem percorridos ao longo de cinco anos.

6.1.2 Currículos da Educação Profissional

Em 20 de dezembro de 1996, foi sancionada a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Em seu escopo, essa Lei consagra a Educação Profissional e Tecnológica entre os níveis e modalidades de educação e ensino, com base em dois direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho.

Quanto à normatização da educação brasileira em todos os níveis de aprendizagem, Scuarcialupi (2011) afirma que a LDB “[...] é a lei orgânica e geral da educação brasileira”, pois dita as diretrizes e as bases da organização do sistema educacional. Dessa forma, o currículo é abordado no artigo 27 da referida Lei, ficando expressas as seguintes diretrizes:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento; III - orientação para o trabalho; IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Fundamentado nesses princípios, o Parecer CNE/CEB nº 7/2010, que versa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, define currículo como:

[...] uma política cultural, pois o currículo é fruto de uma seleção e produção de saberes: campo conflituoso de produção de cultura, de embate entre pessoas concretas, concepções de conhecimento e aprendizagem, formas de imaginar e perceber o mundo.

Desse modo, o currículo está em um contexto de diversidades: de pensamentos, comportamentos, experiências e conflitos. O currículo não se configura apenas em conteúdos pré-programados e estabelecidos (enquanto documento escrito), mas está envolto em uma política de planejamento, reconstrução de significados em múltiplos espaços, experiências individuais, participação comunitária, etc.

Para Saviani (2005, p. 11), “[...] currículo diz respeito à seleção, à sequenciação e à dosagem de conteúdos da cultura a serem desenvolvidos em situações de ensino-aprendizagem”.

Sacristán (1999) amplia o horizonte acerca do currículo, ao apontar sua função:

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e a cultura herdados e aprendizagem dos alunos entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível dadas as determinadas condições (SACRISTÁN, 1999, p. 61).

Em se tratando da relação escola e currículo, Saviani (2003) entende que o conjunto de atividades desenvolvidas pela escola é parte integrante da organização curricular. Assim, aponta a autora que a distribuição das disciplinas por áreas de estudo, por série, grau, nível, modalidade de ensino, carga-horária, bem como programas de conteúdos básicos, procedimentos metodológicos para o desenvolvimento das atividades inerentes aos temas a serem abordados, e até o trabalho pedagógico, compõem a organização curricular.

Nesse sentido, orienta o parecer CNE/CEB nº 7/2010 que o currículo deve estar atrelado aos princípios garantidos à educação formal, que são:

[...] liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o conhecimento científico, além do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assim como a valorização da experiência extraescolar, e a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Com fundamento nesses princípios, percebe-se que a função do currículo é gerar a possibilidade de análise, interpretação e reflexão acerca dos fatos e experiências que cada cidadão recebe do mundo exterior.

Nesse horizonte, o parecer CNE 7/2010 destaca que o currículo, desde o ensino básico até o de educação Profissional Técnica de Nível Médio, deve permear a orientação para o trabalho, pois os valores sociais, bem como os direitos e deveres dos cidadãos, “[...] requerem a atenção da comunidade escolar para efeito da organização curricular” (CNE, 2012, p.12).

Desse modo, a organização curricular da Educação Profissional e Tecnológica fundamenta-se em “[...] eixos tecnológicos, a fim de facilitar a organização dos itinerários formativos, apontando facilidades de percursos, tanto dentro de um nível educacional, quanto na passagem do nível básico para o superior” (CNE, 2012, p. 12).

Essas especificidades constam no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio do Ministério da Educação, que, a partir da Resolução nº 3, de 9 de Julho de 2008, estabeleceu a criação de um documento que regula e orienta os Cursos Técnicos de Nível Médio. Dessa forma, estabeleceram-se: carga horária mínima para cada um dos cursos constantes no catálogo, um breve descritor do curso, possibilidades de temas a serem abordados (currículo), possibilidades de atuação dos profissionais formados e infraestrutura recomendada para a implantação do curso. Nesse ensejo, cabe destacar que o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos de Nível Médio deixa evidenciados possíveis conteúdos curriculares a serem abordados nas respectivas habilitações e eixos tecnológicos, podendo ser adaptados de acordo com cada realidade.

Assim, Silva; Borges; Cardoso (2007, p. 116) afirmam que “[...] conteúdos curriculares é o conhecimento sistematizado e organizado de modo dinâmico”. Portanto, sua flexibilidade é fundamental para se atingir um objetivo instrucional.

Esses autores apontam que, com base em seu nível de operacionalização, existem duas modalidades de organização do conteúdo: Programa escolar oficial e Programa pessoal de cada professor.

O programa escolar oficial é o roteiro a ser seguido, fundamentado na legislação e com abordagem direcionada aos fins e conteúdos da ação educativa para determinada etapa de ensino. “O programa oficial define os conceitos básicos e as habilidades fundamentais a serem desenvolvidas” (SILVA, BORGES, CARDOSO, 2007, p. 116).

Já o Programa pessoal de cada professor configura-se em seu planejamento, que pode ser anual mensal ou semanal. Para atender ao que está programado pela matriz oficial, e respeitando o nível de aprendizado dos alunos, o docente pode estabelecer estratégias que primem pelas reais condições de cada classe, isto é, com o nível de aprendizagens e experiências de cada aluno. Especificamente para essa organização de conteúdo, os autores apontam cinco critérios:

Validade: Deve haver uma relação clara e nítida entre os objetivos a serem atingidos com o Ensino e os conteúdos trabalhados; **Utilidade:** Os conteúdos curriculares são considerados úteis quando estão adequados às exigências e condições do meio em que os alunos vivem satisfazendo suas necessidades e expectativas; **Significação:** Um conteúdo será significativo e interessante para o aluno quando estiver relacionado às experiências por ele vivenciadas; **Adequação ao nível de desenvolvimento do aluno:** O conteúdo selecionado deve respeitar o grau de maturidade intelectual do

aluno ao nível de estruturas cognitivas; e, **Flexibilidade:** O critério de flexibilidade estará sendo atendido quando houver possibilidade de fazer alterações nos conteúdos selecionados, suprimindo itens ou acrescentando novos tópicos, a fim de ajudá-los ou adaptá-los às reais condições, necessidades e interesses do grupo de alunos (SILVA; BORGES; CARDOSO, 2007, p. 116).

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de uma clara relação entre currículo da educação profissional, objetivo central dessa formação e perspectiva formada pelo aluno acerca desse processo formativo. Isso porque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (2006) aponta que o aluno deve ser preparado para o mercado de trabalho.

6.1.3 Currículo na Educação Técnica Centro Paula Souza

De acordo com o Regimento Comum das Escolas Técnicas do Centro Paula Souza, a Estrutura Curricular será composta na seguinte ordem:

Artigo 35 - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida em articulação com o Ensino Médio, podendo ser oferecida de forma:

- I - integrada;
- II - concomitante;
- III - subsequente.

§ 1º - Na Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma integrada, o curso será desenvolvido de modo a assegurar, simultaneamente, o cumprimento das finalidades estabelecidas para a formação geral e as condições de preparação para o exercício de profissões técnicas, observada a legislação vigente.

§ 2º - Os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio poderão ser organizados por módulos e estruturados em etapas com terminalidade, articulados entre si, compondo itinerários formativos construídos a partir de perfis profissionais de conclusão.

Artigo 36 - Os cursos de Educação Profissional de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, cujas vagas estarão condicionadas à demanda local e/ou regional, terão duração variável, correspondendo a objetivos e a contextos diversificados.

Artigo 37 - A Educação Profissional Técnica de Nível Médio, articulada ao Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, poderá ser oferecida nas formas:

- I – integrada;
- II – concomitante;
- III – subsequente.

Parágrafo único - Os currículos dos cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos incluirão:

- 1 - componentes curriculares que constituem a Base Nacional Comum, obrigatoriamente.
- 2 - componentes curriculares direcionados para a formação profissional na Parte Diversificada.

Artigo 38 - A sequência e a carga horária dos componentes curriculares serão explicitadas em matrizes curriculares contidas nos respectivos planos de curso, podendo sofrer adequações anuais, mediante prévia autorização do órgão competente.

Artigo 39 – Os currículos dos cursos previstos neste capítulo poderão ser organizados em regime de alternância, integrando períodos de estudos na escola e em outros ambientes de aprendizagem.

6.1.4 Matriz Curricular da Habilitação Profissional Técnico em Administração

De acordo com o Plano de Curso da Habilitação Profissional Técnico em Administração, o currículo foi organizado seguindo as normatizações educacionais brasileiras, como a Lei de diretrizes e Bases da Educação (9394/1996), Pareceres do Conselho Nacional de Educação (39/2004), Deliberações Estaduais (Deliberação CEE nº 105/2011, CEE nº 8/2000 e nº 108/2011), e com base nas competências profissionais que foram identificados pelo Centro Paula Souza.

Com o intuito de seguir os parâmetros do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, no ano de 2014 foi alterada a denominação do curso, que até então era Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO. Conforme a Instrução nº 001/2014, passa a ser Habilitação Profissional de Técnico em ADMINISTRAÇÃO. Essa habilitação profissional faz parte do Eixo Tecnológico Gestão e Negócios.

De acordo com seu Plano de Curso (2012, p.11), os módulos são organizados a partir de “[...] conhecimentos e saberes provenientes de distintos campos disciplinares e, por meio de atividades formativas, integram a formação teórica à formação prática”, com o objetivo de favorecer competências e habilidades profissionais que se propõem desenvolver no seu alunado.

Dessa forma, os módulos, assim constituídos, representam importante instrumento de flexibilização e abertura do currículo para o itinerário profissional, pois, adaptados às distintas realidades regionais, permitem inovação permanente e mantêm a unidade e a equivalência dos processos formativos (PLANO DE CURSO HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, 2012, p. 13).

O curso de Técnico em Administração é composto por três módulos. O aluno que cursar o módulo I concluirá a qualificação Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO. O aluno que cursar os módulos I e II concluirá a qualificação Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO. Ao completar os

módulos I, II e III, o aluno receberá o Diploma de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, desde que tenha concluído, também, o Ensino Médio.

Segundo o Plano de Curso, a carga horária teórica é de 1020 horas-aula, prática de 480 horas-aula e 120 horas-aula de Trabalho de Conclusão de Curso, conforme Quadro 5.

MATRIZ CURRICULAR – 1º SEMESTRE DE 2013											
Unidade Escolar					Código			Município			
Eixo Tecnológico	GESTÃO E NEGÓCIOS			Curso	TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO						
Resolução SE n.º 78, de 7-11-2008, Lei Federal n.º 9394/96, Decreto Federal n.º 5154/2004, Parecer CNE/CEB n.º 39/2004, Lei Federal n.º 11741/2008, Resolução CNE/CEB n.º 6, de 20-9-2012, Parecer CNE/CEB n.º 11, de 12-6-2008, Resolução CNE/CEB n.º 3, de 9-7-2008, alterada pela Resolução CNE/CEB n.º 4, de 6-6-2012, Deliberação CEE n.º 105/2011, das Indicações CEE n.º 8/2000 e n.º 108/2011. Plano de Curso aprovado pela Portaria Cetec – 133, de 4-10-2012, publicada no Diário Oficial de 5-10-2012 – Poder Executivo – Seção I – página 38.											
MÓDULO I – 1º semestre de 2013			MÓDULO II – 2º semestre de 2013				MÓDULO III – 1º semestre de 2014				
Componentes Curriculares	Carga Horária (Horas-aula)			Componentes Curriculares	Carga Horária (Horas-aula)			Componentes Curriculares	Carga Horária (Horas-aula)		
	Teoria	Prática	Total		Teoria	Prática	Total		Teoria	Prática	Total
L1 – Gestão de Pessoas I	60	00	60	II.1 – Gestão de Pessoas II	40	60	100	III.1 – Marketing Institucional	40	00	40
L2 – Cálculos Financeiros	40	40	80	II.2 – Administração e Marketing	40	60	100	III.2 – Gestão Financeira e Econômica	100	00	100
L3 – Gestão Empresarial	100	00	100	II.3 – Legislação Empresarial	60	00	60	III.3 – Gestão de Pessoas III	60	00	60
L4 – Ética e Cidadania Organizacional	40	00	40	II.4 – Custos e Operações Contábeis	00	60	60	III.4 – Gestão da Produção e Materiais	100	00	100
L5 – Aplicativos Informatizados	00	60	60	II.5 – Cálculos Estatísticos	00	40	40	III.5 – Logística Empresarial e Negociação Internacional	100	00	100
L6 – Processos Operacionais Contábeis	60	00	60	II.6 – Gestão Empreendedora e Inovação	60	40	100	III.6 – Inglês Instrumental	40	00	40
L7 – Linguagem, Trabalho e Tecnologia	40	00	40	II.7 – Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração	40	00	40	III.7 – Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Administração	00	60	60
L8 – Técnicas Organizacionais	00	60	60								
TOTAL	340	160	500	TOTAL	240	260	500	TOTAL	440	60	500
MÓDULO I Qualificação Técnica de Nível Médio de AUXILIAR ADMINISTRATIVO			MÓDULOS I + II Qualificação Técnica de Nível Médio de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO				MÓDULOS I + II + III Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO				
Total da Carga Horária Teórica		1020 horas-aula			Trabalho de Conclusão de Curso		120 horas				
Total da Carga Horária Prática		480 horas-aula			Estágio Supervisionado		Este curso não requer Estágio Supervisionado.				
Data: ____/____/____					Homologação: ____/____/____						
DIRETOR DE ETEC <small>(assinatura e carimbo)</small>					SUPERVISOR EDUCACIONAL <small>(assinatura e carimbo)</small>						

Quadro 5- Matriz curricular Habilitação Profissional de Técnico em Administração

Fonte: Plano de Curso Técnico em Administração – Ceeteps, 2013

6.2 Entrevista semiestruturada

As abordagens institucionais, isto é, as concepções dos representantes das Unidades Escolares, no que tange a educação baseada nos potenciais local/regional, deram base para elaboração do questionário a ser aplicado aos egressos.

Considerou-se conveniente classificar os itens avaliados pelos educadores por categorias, compreendendo:

- Categoria 1 – perfil econômico do município, com base na concepção do Profissional e considerando o Quociente Locacional proposto no Capítulo IV;
- Categoria 2 – Evasão Escolar e métodos pedagógicos – como forma de analisar o papel das Instituições na formação profissional e o atendimento das políticas públicas de educação técnica;
- Categoria 3 – Inserção dos egressos no mercado de trabalho, em sua cidade e região.

Conforme citado no método, selecionaram-se três Instituições de ensino nas sub-regiões 3 e 4 da RMVLN, respeitando os seguintes critérios: oferecer o curso técnico regular em Administração e ter, no segundo semestre de 2014, o terceiro módulo (o qual se classifica no trabalho como egressos).

As Instituições analisadas foram: Etec Prof. Alfredo de Barros Santos, de Guaratinguetá; Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel, da cidade de Cachoeira Paulista; e, Etec Prof. José Sant’Ana de Castro, em Cruzeiro. Essas Unidades Escolares pertencem ao Centro Paula Souza, autarquia do Governo do Estado de São Paulo responsável por gerenciar as políticas públicas de educação técnica e tecnológica.

O primeiro passo foi contatar os diretores, que contribuiriam apresentando suas escolas, métodos pedagógicos, objetivos educacionais propostos no Projeto Político Pedagógico (PPP) e no Plano Plurianual de Gestão (PPG), autorização da aplicação do estudo e indicação dos profissionais da Instituição a serem entrevistados.

Logo em seguida, iniciaram-se os estudos sobre cada escola, tentando identificar suas especificidades e identidades a partir de seus documentos – Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano Plurianual de Gestão (PPG) –, que foram primordiais para a criação de um roteiro de entrevista direcionado aos

coordenadores e representantes indicados pela direção. Buscou-se, assim, eficiência e objetividade, para elaboração dos questionários a serem aplicados junto aos egressos do curso.

Logo, evidenciou-se que a estrutura do Plano Plurianual de Gestão (PPG) caracteriza a escola por inteira, abordando os seguintes itens: A importância do Planejamento; Participantes internos e externos à elaboração do documento; Planejamento Político Pedagógico; Atos legais de criação das escolas; Histórico; Níveis e modalidades de ensino; Agrupamento de discentes por módulo de cursos; Recursos Humanos; Recursos Físicos; Recursos materiais; Recursos Financeiros; Características Regionais; Característica do Corpo Discente; e, Avaliação de cumprimento de metas do ano anterior.

Já em se tratando do Projeto Político Pedagógico (PPP), verificou-se ser o instrumento particular de cada Unidade Escolar, contemplando suas realidades próprias. Nele estão apresentadas as características locais e o modo como a escola atuará nesse contexto.

Dessa forma, percebeu-se a importância e necessidade de as Escolas Técnicas elaborarem seus documentos próprios com período mínimo de um ano, conforme Regimento Comum das Escolas Técnicas do CEETEPS. Esse documento evidencia diferenças significativas, em se tratando de uma mesma sub-região, confirmando, assim, que cada município possui um potencial econômico diferenciado, talvez não em seus setores, mas nas suas organizações.

Com essas informações (vide Anexos F, G, H) e na análise do Quociente Locacional (Capítulo 4) das sub-regiões abordadas, iniciaram-se as entrevistas semiestruturadas.

6.2.1 Etec Professor José Sant'Ana de Castro – Cruzeiro

No primeiro instante considerou-se relevante entrevistar o coordenador do curso da extensão de São José do Barreiro, com o intuito de descobrir como está sendo formatado o curso Técnico em Administração na sub-região 4. Deve-se registrar aqui que, como procedimento metodológico, a extensão de São José do Barreiro não será analisada, por não disponibilizar o terceiro módulo do curso.

O Coordenador traçou um cenário da formação do Administrador, principalmente em cidades do Vale Histórico, como São José do Barreiro e Bananal,

utilizando-se da seguinte explanação: *Onde está a empregabilidade dos alunos do curso Técnico em Administração?*

Em sua resposta, afirmou: *“acredito não estar na Indústria, pois ela necessita de uma mão de obra mais qualificada. O aluno basicamente trabalhará no comércio ou em serviços”*.

Como justificativa para esse ponto de vista, o docente destaca as últimas alterações do currículo do curso, em que as bases tecnológicas apontam temas voltados à inovação e ao empreendedorismo.

De acordo com o coordenador, em se tratando das cidades das sub-regiões 4, em especial São José do Barreiro e Bananal, não se pode focar apenas no estado de São Paulo, pois esses municípios estão mais perto do estado do Rio de Janeiro do que propriamente dos grandes centros paulistas. Isso sem contar que, no sul fluminense, importantes empresas estão sendo implantadas, reflexo da desmetropolização que Stamm *et al.* (2010, p.71) definiram como “processo de desconcentração industrial”, em que as empresas deixam os grandes centros e se instalam em médias cidades, proporcionando descentralização das atividades produtivas.

Segundo o educador entrevistado, “[...] esse fator vai além da educação e do trabalho. Constata-se essa influência na cultura e no comportamento dessa população”, cuja “resistência da cultura popular ocorre com adaptações às mudanças ensejadas com o predomínio da sociedade industrial” (SANTOS, CARNIELLO, MURADE, 2013 p. 17). Isso porque essas pessoas trabalham durante a semana nas fábricas e cidades e, no final da semana, voltam para seus municípios de origem.

Em seguida, na mesma Instituição entrevistou-se o Assistente Técnico Administrativo – Relações Institucionais, que é o responsável por estabelecer relacionamento com as empresas e instituições da cidade. O assistente destacou que o perfil do profissional dessa área é a “polivalência”.

Em relação ao perfil do município e a concepção do profissional (categoria 1), o entrevistado destaca: *“percebemos que o perfil do município de Cruzeiro é serviços e comércio, representado pela força da Indústria Amsted-Maxion que trouxe consigo subsidiárias”*.

Com base na resposta e fundamentado pelo Quociente Locacional (QL) (apurado no Capítulo 4), que, segundo Paiva (2006, p. 92), “[...] busca expressar a

importância comparativa de um segmento produtivo vis-à-vis à macrorregião em que aquela está inserida”, constata-se que a cidade de Cruzeiro possui como potencial econômico o setor de serviços com 1,16, impulsionado pela indústria, com 0,74, cujos produtos são direcionados ao mercado externo. Entretanto, o setor econômico agropecuário é apontado pelo SEADE e com classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a produção rural, no que diz respeito à agricultura, pecuária e agroindústria, também possui importante participação no PIB local (0,83), favorecida pelas características das cidades do vale do Paraíba paulista (RICCI, 2006, p. 32).

Logo, torna-se necessário conciliar o ensino técnico com as atividades econômicas da cidade, afirma o profissional. Os resultados já podem ser observados quando *“percebemos que os alunos da Instituição conseguem identificar os potenciais próprios (o que são capazes de fazer) e as oportunidades de emprego presentes na localidade em que estão inseridos”*.

Justificando sua afirmativa, destaca que, em uma de suas visitas à Amsted-Maxion, *“percebeu-se que quase 80% dos que trabalham nessa indústria, principalmente no setor administrativo, são ou foram alunos da nossa escola”*.

Segundo o assistente técnico, para a Etec de Cruzeiro, e principalmente para os alunos, esse dado representa um importante indicador, capaz de motivá-los a concluir o curso, pois *“esses exemplos se tornam referenciais para eles, isto é, quando um amigo ou um conhecido depois de formado técnico assume posição privilegiada no mercado, eles se sentem incentivados”*.

A Etec Prof. José Sant’Ana de Castro, de acordo com o profissional, disponibiliza no momento uma sala do terceiro módulo do Curso Técnico em Administração (noturno), com cerca 30 alunos matriculados, o que representa uma perda de 25%, que, para o entrevistado, é um índice relativamente baixo, cujo resultado é o reflexo de *“ações que visem reter o aluno no processo formativo implantados pela escola”*, destaca.

Em se tratando da inserção no mercado de trabalho (categoria 3) e da atuação do técnico em administração formado pela Etec Prof. José Sant’Ana de Castro, o entrevistado afirma que as demandas que emergem também das pequenas empresas da cidade permitem que os egressos rapidamente se insiram no mercado de trabalho local, fato esse atrelado ao perfil profissional, pois *“o técnico pode auxiliar o proprietário diretamente”*.

Outra questão apontada no aspecto inserção no mercado de trabalho está direcionada às vagas de estágio para a área da Administração, *“quando solicitam estagiários e aprendizes para nossa escola as vagas são para a administração”*. São ações que ele considera fundamentais para manter o aluno matriculado e minimizar a evasão escolar.

6.2.2 Etec Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel – Cachoeira Paulista

A segunda Instituição entrevistada foi a Etec Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel, em Cachoeira Paulista, representada pelo coordenador do Curso Técnico em Administração, que destacou que o principal perfil dos alunos em sua Unidade Escolar é o de jovens entre 18 e 20 anos de idade que estão trabalhando e que buscam qualificação profissional.

Ao ser questionado sobre o perfil econômico do município (categoria 1), o entrevistado afirmou *“que o turismo e o comércio são os setores que movimentam a economia local”*. Essa informação consta no site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, que destaca o turismo ecológico e rural como elemento estratégico devido à sua ampla área rural e belezas naturais.

Dessa forma, o índice Quociente Locacional (QL) do setor agropecuário, de 2,97, contempla esse potencial, que automaticamente influencia nos setores de serviços (1,44), e comércio (que, como procedimento metodológico, não foi contabilizado como QL).

Já a Emplasa (2012) apresenta que Cachoeira Paulista tem potencial também no turismo religioso, por fazer parte do Circuito da Fé, que engloba Aparecida, Guaratinguetá e Lorena.

O coordenador foi questionado sobre evasão escolar (categoria 2), visto que o Projeto Político Pedagógico da Unidade é bem enfático quanto aos desafios a serem superados e quanto à apresentação de propostas para minimizar as perdas.

Segundo o entrevistado, atualmente existe uma sala de 3º módulo regular na Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel, no período noturno, cujo perfil discente é formado por “jovens que trabalham durante o dia e buscam se qualificar no período da noite”, sendo 29 alunos regularmente matriculados e frequentando as aulas, representando, assim, perda de 30%, no total de 40 vagas disponibilizadas no processo seletivo.

De acordo com o Coordenador, para amenizar a evasão “o acompanhamento dos diários de classe são semanais, e logo que identificado que alunos estão faltando os mesmos são contatados, com intuito de se identificar os motivos, que em sua concepção são diversos”, incluindo casos atrelados à estrutura familiar e dificuldades de acompanhamento do curso, evidenciado principalmente “na falta em aulas específicas”.

Outro fator que contribui para o índice de evasão, afirma o profissional, é a dificuldade que determinados alunos têm em disciplinas da área de exatas e interpretativas. “Isso se percebe desde o primeiro módulo, com Cálculos Financeiros, Processos de Operações Contábeis, perpassando por Legislação Empresarial – devido ao excesso de leituras e interpretação de leis, Custo de Operações contábeis, Cálculos Estatísticos e Gestão financeira Econômica”, comenta o coordenador.

Para sanar as dificuldades, aponta o coordenador: “a escola conversa com o professor para trabalhar pontos específicos com os alunos, alcançando muitas vezes resultados significativos”.

Um diferencial dessa modalidade de educação, segundo a visão do educador, é que “o aluno do técnico só se envolve se conseguir identificar os pontos positivos que o curso pode trazer para sua vida”. Assim, são praticadas estratégias como visitas técnicas a eventos e empresas, para mostrar ao discente a realidade local, regional e global, contextualizá-los entre a teoria e a prática e retê-los no curso.

Em se tratando de mercado de trabalho, conforme a categoria 3, “em Cachoeira Paulista, os alunos da Etec estão empregados no comércio varejista. E não têm como fugir do setor de serviços estimulado pelo turismo religioso”, destaca o coordenador.

Torna-se conveniente ressaltar que o processo de inserção no mercado de trabalho dos profissionais formados pelo Centro Paula Souza inicia-se na escolha do curso em questão. Para tanto, quanto à implantação de novos cursos na escola, o entrevistado afirma que: “Procura-se entender da demanda da região e, a partir daí, a Prefeitura do Município auxilia. É feito um levantamento prévio de pessoas que atendem ao perfil estipulado, empresas da região, perfil econômico do município”, fatores esses condicionantes da inserção dos egressos no mercado de trabalho.

Outra questão basilar referente a essa circunstância (escola e mercado de trabalho) é a relação entre currículo e potencial econômico local, havendo uma parcial consonância entre ambos.

Em sua concepção, o terceiro setor deveria ser melhor abordado, assim como Gestão de Vendas, Comércio e Turismo. Entretanto, esses temas são trabalhados em forma de projetos. Como exemplo, destaca o educador, os alunos farão uma pesquisa de opinião na cidade e posteriormente estarão premiando o comércio local. Essa atividade tem dois objetivos: primeiro, envolver o aluno na realidade em que ele está inserido, e segundo, trazer o empresariado para a escola.

Com essas ações, discorre o entrevistado, *“acredita-se que a base do nosso curso está em gerar autonomia nos alunos, para que os mesmos consigam criar projetos, trabalhar ideias, resolver situações problemas, mesmo considerando as dificuldades em algumas disciplinas. Nesse sentido, busca-se atender às expectativas dos discentes, que desejam contextualização entre matriz curricular e temas cotidianos”*. Entretanto, Rubega (2000, p.11) observa que, para haver essa mudança, do processo ensino-aprendizagem para um ensino contextualizado, a prática pedagógica deve assumir uma nova posição, crítica e questionadora.

[...] centrados em situações problema, e que pressupõem a adoção de práticas pedagógicas interdisciplinares e transdisciplinares, que poderão propiciar a formação de indivíduos críticos e cientes do seu papel de agentes de transformação do sistema produtivo e da sociedade (RUBEGA, 2000, p. 11).

Ao ser indagado se a Unidade Escolar tem contato com os egressos que estão no mercado de trabalho, o coordenador alega que a coordenação pedagógica da Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel desenvolve projetos específicos com essa propositura; entretanto, pretende-se criar um laço mais estreito, trazendo-os novamente para a escola. *“Embora não se tenha um controle formal da onde estejam os alunos já formados, diversos são os exemplos dos que iniciaram o estágio e continuam no emprego, mas o comércio é o principal indicativo de que é o setor que mais contrata nossos egressos”*, afirma ele.

Na análise de inserção no mercado de trabalho e da importância do curso Técnico em Administração em Cachoeira Paulista, o coordenador define-o como fundamental para o desenvolvimento da cidade; entretanto, parcerias mais consistentes com empresas do município, como Canção Nova e Furnas, elevariam o

potencial do curso e a empregabilidade dos egressos, assim como a parceria que existe com a Associação Comercial de Cachoeira Paulista (ACECAP).

No que tange a regionalização, ou seja, oportunidades em outras cidades da região, o coordenador finaliza: *“a Região Metropolitana e as estâncias turísticas que estão sendo criadas em nossa região podem trazer possibilidades diferenciadas para nossos técnicos”*.

6.2.3 Etec Professor Alfredo de Barros Santos – Guaratinguetá/SP

A última entrevista aconteceu na Etec Prof. Alfredo de Barros Santos, de Guaratinguetá, com a professora e coordenadora pedagógica.

Sobre o perfil econômico do município (categoria 1), a coordenadora afirma que o potencial econômico de Guaratinguetá é comercial, *“tendo como referência o próprio SENAC, que se instalou no município devido à atuação do comércio local, contribuindo para que as atribuições do técnico em Administração seja atuante frente à flexibilidade que a profissão proporciona”*. Entretanto, outros setores, como Indústria e Serviços, também possuem importante participação no cenário de Guaratinguetá, *“haja vista que temos em nossa escola cursos direcionados a esses setores também, como mecânica, eletromecânica e segurança do trabalho, que são cursos direcionados à indústria e serviços”*.

Vale ressaltar alguns dados que colocam Guaratinguetá em um posto de análise interessante. O primeiro é que as Nações Unidas, em 2013, considerou o município como a 47º melhor cidade para se morar no Brasil. Dentre os critérios avaliados estão emprego e renda. Em seguida, os dados do segundo semestre de 2014 do Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, evidenciaram que o município apresentou dados positivos na geração e manutenção de empregos formais em todos os setores econômicos avaliados. E por fim, a análise do Quociente Locacional (QL) aponta: 1,32 - agropecuária, 0,74 - industrial e 1,15 - setor de serviços. Assim, há o entendimento de que os setores econômicos do município são diversificados, como observa Paiva (2006, p. 91), ao defender que a diversificação é a meta e a medida do desenvolvimento.

Com o intuito de entender como a escola se organiza para implantar cursos que atendam aos setores de potencial econômico, a entrevistada disse que “um

levantamento é realizado, considerando característica local, demanda empresarial, profissionais para ministrarem aulas e demanda de alunos”.

A educadora afirma que o curso com mais procura na Etec Prof. Alfredo de Barros Santos é o técnico em Administração: *“constata-se ser fundamental em todas as áreas, desde a organização da vida própria, perpassando por um supermercado, indústria, hospital, dentre outros”*. A abordagem da escola na formação desses profissionais vai desde a utilização de uma vestimenta especial para a apresentação de um trabalho, até a postura que o mercado exige, declara a coordenadora.

De acordo com a categoria 2 do presente estudo, que analisa a evasão escolar, ou perda de alunos, a coordenadora afirma que *“estão matriculados 60 alunos no período da tarde e 30 no período da noite”*, constituindo três salas de terceiro módulo. Esse percentual representa perda de 30% do total de 120 vagas disponibilizadas.

A evasão é mensurada frequentemente, relata a professora, tendo como ações: *“contato com os alunos, diálogo com os coordenadores e elaboração de estratégias que direcionam a permanência do discente no curso”*.

Os motivos principais da evasão de sua Unidade Escolar são: a não identificação com o curso ou a necessidade de trabalhar. Esse último item é identificado com a própria concorrência travada pela Indústria (ou outras empresas): o aluno matricula-se no curso, *“consegue estágio e de repente, por cobranças da mesma, ele abandona”*.

Outra questão que determina a evasão é a dificuldade de acompanhar o curso. A coordenadora pedagógica aponta que as maiores dificuldades estão nas seguintes bases curriculares: Cálculos Financeiros, Processos de Operações Contábeis, Custo de Operações Contábeis, Cálculos Estatísticos e Gestão Financeira econômica, evidenciando que a base matemática é o principal fator desmotivador.

Para tentar sanar essa falha, a escola tem criado estratégias diferenciadas, por meio da interdisciplinaridade, *“como exemplo, estudo da estatística, estamos focando mais na interpretação e contextualização dos temas abordados, utilizando-se de textos, leituras, histórias e fatos cotidianos, além da realização de plantões de dúvidas”*.

Segundo a profissional, em 2013 foi identificado que 66% da evasão estavam atrelados à dificuldade de conciliar escola e trabalho, além de problema de ordem pessoal, com cerca de 33%, e 25% de não identificação com o curso.

Para minimizar a evasão e atrair novos alunos para o Curso Técnico em Administração, a Etec Professor Alfredo de Barros Santos promove ações diferenciadas, visitando outras escolas, criando eventos como a Expo Empreendedor 2014, direcionado para os egressos do terceiro módulo, com a intenção de estimular a criação de empresas inovadoras.

Em relação a essa atividade, explica a educadora que:

[...] os alunos tiveram metas e deveres a serem realizados, a primeira ação foi conseguir patrocínio, em seguida criar um plano de negócio detalhado e apresentar à comunidade escolar o produto acabado. Para o segundo módulo criou-se o Espaço Gourmet, em que os alunos implantaram eventos voltados a comidas típicas. Logo eles tiveram que encontrar parcerias, realizar negociações e estabelecer contatos com empresas locais, o que despertou neles novas competências e habilidades comportamentais, negociais e gerenciais.

No ano de 2015 está sendo elaborado o In Foco, evento voltado para Informática e comunicação visual, com participação da Administração, e já existem projetos vendidos a empresas da cidade a partir dos modelos de negócios criados e ou implementados pelos alunos. Outras ações também são realizadas, como visitas técnicas às empresas de expressão regional e nacional. Em vista disso, os alunos são motivados a tomarem atitudes empreendedoras e inovativas.

Quando o tema foi a inserção no mercado de trabalho (categoria 3), a profissional relacionou-o ao perfil dos alunos do curso. A demanda inicia-se a partir dos 17 anos de idade, em especial no período da tarde, em que esses alunos visam se capacitar para a Escola de Especialistas da Aeronáutica (EEAR), que oferece o Exame de Admissão aos Estagiários de Adaptação à Graduação de Sargento da Aeronáutica (EAGS), que exige o título de Técnico em Administração e Informática. Nesse horizonte, os discentes são oriundos do Ensino Médio da própria escola, de outras Instituições públicas e privadas e de outras cidades, como Aparecida, Roseira e Lorena. Em compensação, no período da noite os alunos são maiores de idade que buscam nova colocação no mercado e ou qualificação profissional.

Em se tratando de contatos com os já formados, a entrevistada relata que *“embora a escola não possua um banco de dados formalizado de onde estão os*

egressos, sabemos que estão atuando no comércio, indústria e no setor militar”. Destaca que, no último concurso, 28 alunos da sua Etec foram admitidos.

Já na relação entre Currículo do Curso Técnico e potenciais econômicos locais, a coordenadora pedagógica afirma que a base tecnológica proposta pelo Centro Paula Souza tem que ser seguida, mas adaptações podem ser realizadas. Como exemplo, serviço militar; a escola aborda o que outras Etecs não abordam, pois a realidade de cada uma é diferenciada.

Assim, com análise sobre o mercado de trabalho, a educadora afirma que “a Coordenação Pedagógica, bem como a de curso, analisam o mercado regional constantemente, a fim de criar planos de ação para a inserção desses discentes no mercado”.

Um dos destaques apontados pela coordenadora são os projetos voltados para o empreendedorismo e inovação, que estimulam também novas parcerias, com o SEBRAE, SENAC, órgãos públicos e outras organizações locais, incentivando o interesse, por parte dos discentes, de geração de um negócio próprio.

Com base na entrevista semiestruturada, cabe fazer alguns apontamentos analíticos e comparativos, a partir das informações fornecidas pelos profissionais da Educação Profissional.

No que tange o Perfil dos Municípios, indicado como categoria 1, destaca-se que Guaratinguetá e Cachoeira Paulista fazem parte da sub-região 3, enquanto Cruzeiro pertence à sub-região 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Ficou constatado, perante a concepção dos profissionais, que os três municípios, Guaratinguetá, Cachoeira Paulista e Lorena, têm como principais potenciais econômicos os setores de comércio e serviços. Esse fato foi comprovado pelo Quociente Locacional, em especial do setor de serviços, cujos percentuais indicados foram de 1,15, 1,44 e 1,16, respectivamente, considerando que, quanto mais próximo a 1, maior o potencial de determinada atividade econômica. Como os percentuais acima são superiores à unidade, acredita-se que a economia desses municípios é orientada por esses setores.

Percebe-se também, nos apontamentos dos educadores de Guaratinguetá e Cruzeiro, que esses municípios têm importante influência do setor industrial, no que tange a contratação dos alunos do curso estudado, haja vista a explanação da coordenadora pedagógica da terceira cidade citada, que relatou existir concorrência

entre o setor industrial e a escola. No primeiro instante a empresa os contrata como estagiários, depois os efetiva e começa a exigir dedicação, fato este que provoca a evasão do cursista. E em seguida, com a afirmação do assistente técnico de Cruzeiro, que relatou que 80%, em especial do setor administrativo de uma determinada indústria na cidade, foram ou são alunos da instituição.

Comparando o Quociente Locacional do setor industrial com os relatos, percebe-se que, com percentual de 0,74 para os dois municípios, esse segmento, de fato, pode exercer influência no mercado local, devido à especialização que apresenta. Um desses reflexos são pequenas células ou pequenas empresas que nascem para subsidiar a indústria.

Em se tratando de Cachoeira Paulista, constatou-se que, além do potencial do comércio, o turismo religioso favorece que o setor de serviços se torne mais fortalecido. Entretanto, de acordo com o profissional entrevistado, parcerias se tornam necessárias para melhorar a qualidade dos cursos e, conseqüentemente, a empregabilidade dos alunos.

Outro elemento pesquisado e que foi tratado como categoria 2 é a questão da evasão escolar. No referencial teórico foi abordada a questão de políticas públicas para a educação profissional. A inclusão desse tema no trabalho vem favorecer a discussão de que é interesse dos governos, em todas as esferas (federal, estadual e municipal), investir na educação técnica. Esse fato pode ser constatado a partir das expansões das escolas técnicas no estado de São Paulo, bem como dos altos investimentos do governo Federal em programas como o Brasil Profissionalizado.

Dessa forma, espera-se que a quantidade de vagas ofertadas seja condizente com a quantidade de alunos formados. Na verdade, não é isso que se identifica. Por essa razão, todos os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das Escolas analisadas trazem essa preocupação, tanto para comunidade interna, quanto para a externa.

Identificou-se, no início da pesquisa, por meio do Portal do Vestibulinho, que foram oferecidas as seguintes quantidades de vagas ao curso Técnico em Administração no segundo semestre de 2013. Na Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel, 40 vagas no período da noite. Em Guaratinguetá, Etec Prof. Alfredo de Barros Santos, 80 no período da tarde e 40 no período noturno, totalizando 120

novas vagas. Na Etec José Sant'Ana de Castro, de Cruzeiro, 40 oportunidades noite.

Atualmente, 29 alunos estão concluindo o curso técnico em Administração, na Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel, em Cachoeira Paulista, o que representa 30% de perda. Já na Etec Prof. Alfredo de Barros Santos, nos dois períodos (tarde e noite), estão matriculados 90 alunos, e em Cruzeiro, 60, o que representa um percentual de 25% de perda em ambos os municípios. Logo, a promoção de estratégias com o intuito de reter o máximo possível de alunos na escola é essencial, considerando-se que 240 vagas foram oferecidas e que cerca de 178 alunos concluirão o curso.

Em seguida, na análise de inserção no mercado de trabalho, identifica-se, nas três escolas consultadas, que o estágio é o principal acesso ao mercado de trabalho e um importante inibidor da evasão, visto que para se manter estagiando o aluno deve estar matriculado.

Com base nas respostas dos profissionais, evidenciou-se que, pela flexibilidade que o curso técnico de administração propõe, o comércio e o setor de serviços são os que mais geram oportunidades aos egressos, pois, como discorreu o assistente técnico administrativo da Etec Prof. Santana de Castro, são esses profissionais que auxiliam diretamente os pequenos empresários.

Portanto, ações que visem proporcionar aos alunos o contato com o mercado e o conhecimento dos segmentos que podem gerar oportunidades para eles, de emprego, empreendedorismo ou trabalho, estão condizentes com a proposta de desenvolvimento regional.

6.2.4 – Pesquisa com os alunos

A pesquisa realizada direcionou-se aos alunos concluintes do curso técnico regular em Administração no segundo semestre de 2014, que podiam estar em regime de concomitância (cursando o 2º ano do ensino médio mais o curso técnico na própria escola ou em outra instituição de ensino) ou subsequentes (que já haviam concluído o ensino médio), conforme estipula o artigo 35 do Regimento Comum das Escolas Técnicas do Centro Paula Souza.

Esses critérios, de acordo com Rubega (2000, p. 10), em âmbito estadual surgiram com a “[...] implantação das Diretrizes Curriculares para a Educação

Profissional no Estado de São Paulo, através da indicação do Conselho Estadual de Educação Nº 08 de 2000”, que, por sua vez, vinculava o diploma da habilitação técnica à conclusão do Ensino Médio, conforme as seguintes alternativas: concomitante interna; concomitante externa; e, subsequente.

Logo, o curso Técnico em Administração é organizado em 3 módulos semestrais, e o aluno deve cumprir os requisitos apontados nos Capítulos VII e VIII do Regimento Comum, que versam sobre avaliação do ensino aprendizagem, frequência e conclusão do ensino médio (Artigo 82), sendo, após, diplomado Técnico em Administração.

Neste intento, o processo seletivo para novas vagas também acontece semestralmente, sendo organizado pela Fundação de Apoio à Tecnologia (FAT).

Para esta pesquisa, foram utilizados dados relativos ao vestibulinho do segundo semestre de 2013, quando foram ofertadas as seguintes quantidades de vagas, conforme acima apontado: 40 para Cachoeira Paulista – período noturno; 40 para Cruzeiro – período noturno; e, 120 para Guaratinguetá, sendo 80 para o período da tarde e 40 para o período noturno. O somatório foi de 200 vagas disponibilizadas.

A aplicação da pesquisa aconteceu entre os dias 11 e 21 de novembro de 2014, com a colaboração direta dos coordenadores de curso. Foram identificados 149 alunos matriculados e concluindo o 3º módulo da referida habilitação técnica, sendo 29 em Cachoeira Paulista, 30 em Cruzeiro e 90 em Guaratinguetá (conforme Gráfico 2).



Gráfico 2 - Oferta de vagas x alunos egressos

Em conformidade com o documento nº 009/2014 – Cetec – Área de Seleção e Classificação de Alunos (ASCA), de 02/06/2014, direcionado aos diretores das Escolas Técnicas, em referência ao processo seletivo para o ano de 2015, a quantidade de alunos matriculados, conforme o Gráfico 2, é positiva. O documento estipula que os cursos devem ter no mínimo 24 alunos matriculados e egressos, caso contrário a habilitação fica bloqueada por determinado período.

Em observação a essa regra, percebem-se nitidamente duas situações distintas. A primeira é direcionada a ordens políticas, isto é, existem as metas que as escolas devem cumprir: manter alunos matriculados e egressos. Por essa concepção, acredita-se que, se a educação profissional for analisada estritamente quanto à concepção de política pública (para atender demandas sociais) haverá contradições entre a qualidade e a quantidade do que se forma, condicionando apenas a formalização de metas (Kuenzer, 2006). Isso porque as políticas se pautam em metas quantitativas e muitas vezes assimétricas, como destaca Saviani (2008). A outra questão fundamental é de ordem estrutural, e, segundo Nonato *et al.* (2012, p. 34), “[...] o Brasil ainda não resolveu como tornar o ensino técnico e profissional mais atrativo e compensador para os jovens”. Sendo assim, essas situações devem ser trabalhadas em conjunto, configurando um desafio a ser superado pelos agentes políticos e educacionais.

Visualiza-se, no Gráfico 3, o percentual atual de matrículas versus egressos, considerando as 200 vagas ofertadas e preenchidas (matriculados) no início do curso e as 51 desistências (evadidos) no final desse processo de formação.

Relação de vagas ofertadas e evasão (Valores percentuais)

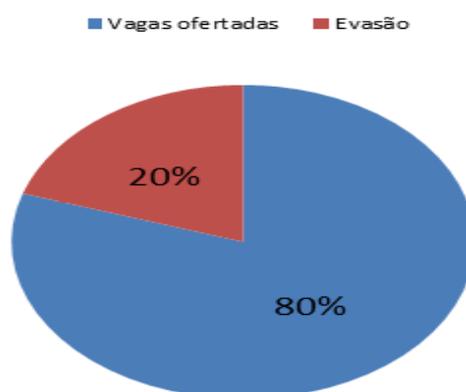


Gráfico 3 - Relação de vagas ofertadas e evasão

A questão vagas ofertadas e número de evasão é discutida pelo documento intitulado Evasão da Educação profissional: informações e causas da evasão (2009), proposto pelo Coordenador de Ensino Médio e Técnico do Centro Paula Souza, Almério Melquíades de Araújo. O Coordenador revela que as Escolas Técnicas do Estado de São Paulo trabalham com duas variáveis para analisar as perdas de alunos: a primeira delas é pautada na evasão, caracterizada pelo abandono escolar, deserção escolar e fracasso escolar, e a segunda, no índice de perda, que inclui reprovações, trancamentos, desistência de alunos e transferências.

O gráfico 4, elaborado pela Supervisão Regional Vale do Paraíba e Litoral Norte – GEVE, apresenta o índice de evasão das escolas da região, considerando o segundo semestre de 2013. Como ressalva, destaca-se que, para elaboração do índice abaixo, todos os cursos das instituições são considerados, e não apenas o de administração, conforme a proposta do trabalho. Entretanto, esse instrumento apresenta-se importante para compreensão de como o tema evasão motiva ações internas a fim de minimizar o impacto das perdas de alunos.

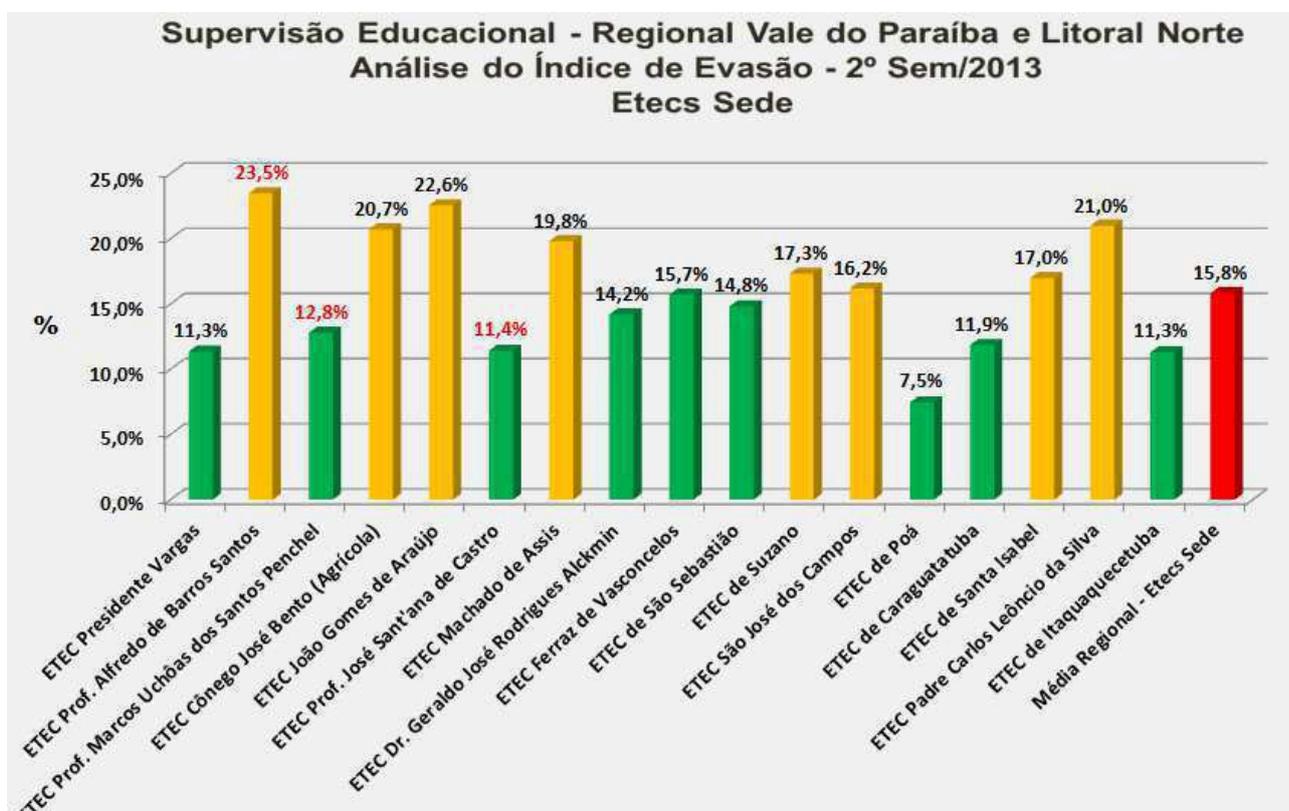


Gráfico 4 - Índice de Evasão Regional de 2009 a 2012

Fonte: GEVE – Supervisão Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte, 2014

Comparando as evasões entre as escolas da região no segundo semestre de 2013, com base na média regional, que foi de 15,8%, constata-se que a Etec Professor Alfredo de Barros Santos apresentou índice acima da média (23,5). Em contrapartida, as Etecs Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel e Prof. José Sant'Ana de Castro apresentaram índice abaixo da média, com 12,8% e 11,4%, respectivamente, o que é positivo para as Instituições.

Nesse contexto, as escolas são motivadas a identificar possíveis causas que podem se transformar em desistências durante o curso. Essas ações integram o cotidiano escolar, conforme mencionado pelos profissionais entrevistados e de acordo com pormenores que constam no Projeto Político Pedagógico de cada instituição.

Em se tratando das características dos pesquisados, foram utilizadas três variáveis: idade, experiência profissional e cidade onde reside. Dessa maneira, pretendeu-se conhecer o perfil dos técnicos que serão inseridos no mercado de trabalho e a abrangência do curso.

Considerando as três escolas analisadas, identifica-se que 22 alunos possuem idade entre 15 e 17 anos. Entre 18 e 28 anos, 72 alunos, e 8 discentes possuem de 29 a 39 anos. Não foram contabilizados discentes com mais de 40 anos de idade.

Perfil dos alunos do 3º módulo em Administração (números absolutos e valores percentuais)

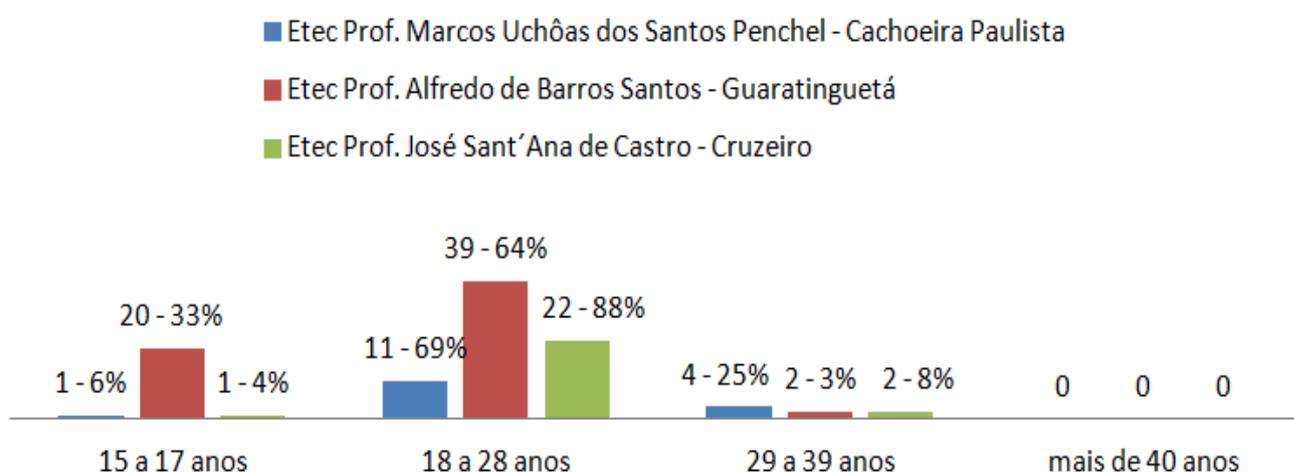


Gráfico 5 - Perfil dos alunos do 3º módulo em Administração

Com análise direcionada, percebeu-se que, na Etec Prof. Alfredo de Barros Santos, a quantidade de alunos matriculados entre 15 e 17 anos é maior em relação às outras escolas. Cerca de 20 alunos, ou seja, 33% dos pesquisados nessa escola, declararam estar nessa faixa etária, enquanto Cachoeira Paulista e Cruzeiro apresentaram um aluno, cada, nessa faixa etária. Com esse resultado, percebe-se que a demanda por cursos técnicos no período vespertino, por ser concomitante, possibilita ao aluno, ainda no ensino médio, que não está inserido no mercado de trabalho, fazer um curso de qualificação profissional.

Ressalta-se que, em especial no caso de Guaratinguetá (a única escola que possui o curso no período da tarde), a demanda nesse período, conforme apontou a coordenadora pedagógica, e posteriormente confirmada pelos alunos egressos, é formada pelos que buscam o serviço militar, considerando fatores preponderantes, como dedicação exclusiva ao estudo, por exemplo.

Observa-se também, no decorrer da pesquisa, o interesse pela carreira militar por uma parcela dos que declararam ter entre 18 e 28 anos, inclusive em Cachoeira Paulista, o que constitui um reflexo da possibilidade de inserção profissional, além de atuação na área e estabilidade do emprego.

No que tange a experiência profissional, 51 alunos declararam que trabalham ou já trabalharam com carteira assinada, 49 disseram que nunca trabalharam formalmente e dois não responderam à questão. Assim, verifica-se, pelo total dos pesquisados, em percentuais, que 49% não possuem experiência profissional formal, o que não significa que não estejam atuando como estagiários ou como menores aprendizes.

A terceira variável possui duas intenções: verificar a abrangência do curso e o local em que esses egressos residem. Identificou-se que, dos 16 alunos pesquisados da Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel, em Cachoeira Paulista, 12 residem no município; 3, na cidade de Lorena; e, 1 em Canas. Na Etec Prof. José Alfredo de Barros, em Guaratinguetá, dos 61 respondentes 54 afirmam morar na cidade; 3, em Aparecida; 3, em Potim; e, 1, em Lorena. Por fim, na Etec Prof. José Sant'Ana de Castro, 19 são de Cruzeiro; 4, de Queluz; 1, de São José do Barreiro; e, 1, de Passa Quatro, Minas Gerais. Com essas informações, infere-se que o curso atende à região em que as escolas estão inseridas, despertando, assim,

o desafio de transformar conteúdos escolares em conhecimento aplicáveis à vida dos alunos (RUBEGA, 2000, p. 11).

Ao serem questionados sobre os motivos que os fizeram optar pelo técnico em Administração (gráfico 6), 66 alunos alegaram estar em busca de qualificação profissional. Contudo, identificam-se dois tipos de alunos: os que já estão no mercado de trabalho e acreditam que, com o curso realizado, terão ascensão profissional ou até mesmo a possibilidade de mudarem de emprego, e os que apenas estudam e consideram a formação educacional a maneira mais confiável de inserção no mercado de trabalho.

Quanto ao item empregabilidade, 12 alunos indicaram essa alternativa no pressuposto de que a Administração pode favorecer oportunidades diversas no mercado de trabalho regional. Três apontaram que era a única opção da escola. Sete discentes revelaram que fizeram essa opção por influência de amigos ou familiares; 2, pelo modismo da profissão; e, 12 por outros motivos, dentre os quais: “estudei um ano na faculdade de Administração”; “para fazer a prova da Aeronáutica”; para “ter uma melhor educação financeira”; “gosto e quero trabalhar na área”, e outro, por causa da “contabilidade”.

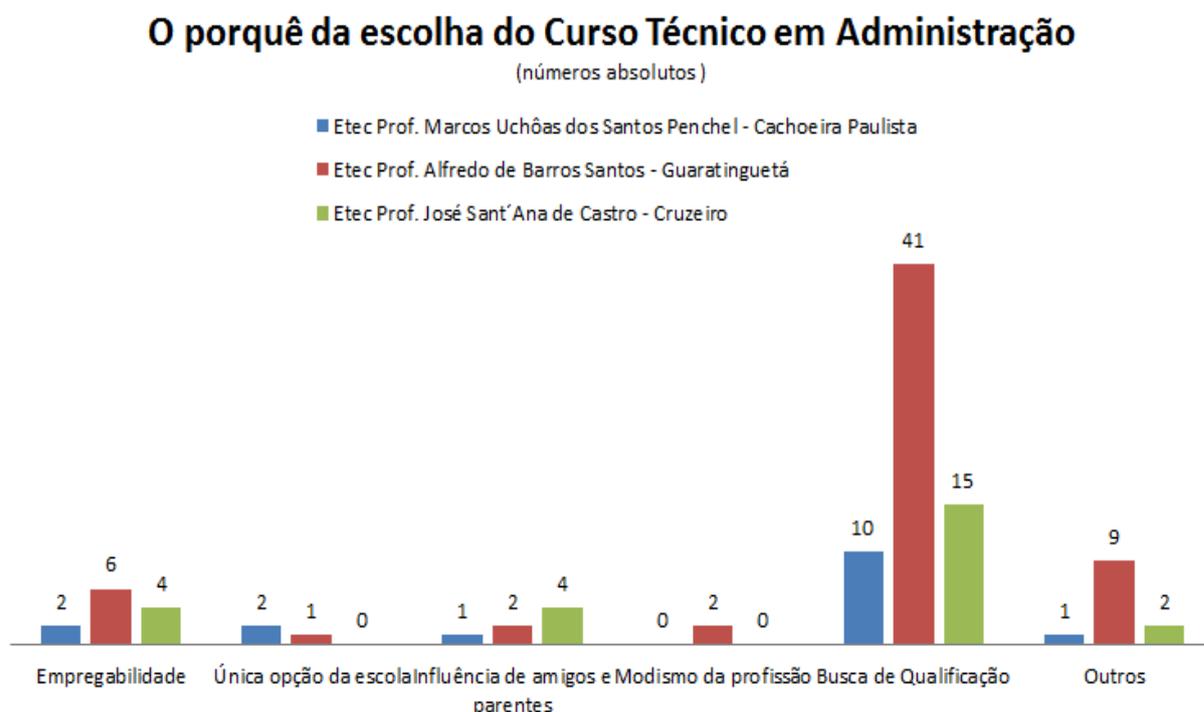


Gráfico 6 - O porquê da escolha do Curso Técnico em Administração

Buscou-se saber se os alunos realizaram pesquisas sobre o mercado de trabalho em sua cidade e região, antes de optar pelo curso, e 54% (55 alunos) alegaram que sim, principalmente em meios de comunicação, jornais, rádios e *sites* específicos da região, enquanto 46% (47 alunos) não fizeram nenhum tipo de verificação no mercado de trabalho local e regional. Acredita-se, com base nos dados, que a preocupação dos discentes naquele momento era fazer o curso e se qualificar, para posteriormente pesquisar as oportunidades do mercado de trabalho.

Para a escolha do curso na época do vestibulinho, foi perguntado aos alunos se pesquisaram outras habilitações ofertadas pela Escola, a fim de criar cenários para a escolha da profissão mais adequada ao seu perfil pessoal e profissional.

Quando você se inscreveu para o Vestibulinho para o Curso Técnico em Administração, você procurou saber quais outros cursos eram ofertados por sua ETEC?
(números absolutos x valores percentuais)

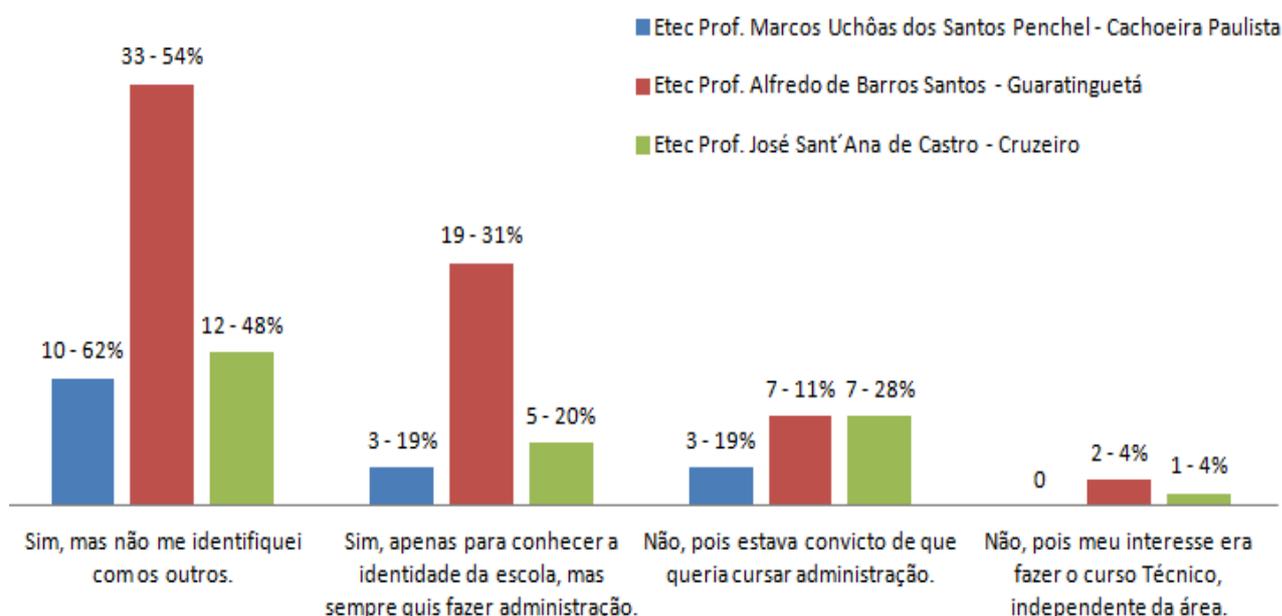


Gráfico 7 - Informações sobre cursos oferecidos pela Etec que se inscreveu para o Vestibulinho

Desse modo, 55 alunos responderam que sim, mas não se identificaram com os outros cursos. Percebe-se que esse item apresenta o percentual maior em todas as escolas: 27 buscaram informações com o propósito de conhecer a identidade da escola, mas sempre quiseram fazer o curso técnico em Administração; 17 nem buscaram saber dos outros, pois estavam convictos de que queriam fazer Administração; e, 3 estavam dispostos a fazer qualquer curso técnico. Evidencia-se,

pelo somatório dos três primeiros itens, que 99 alunos estavam interessados em fazer o referido curso, o que corrobora as observações de Bertero (2006, p. 1: “[...] nenhuma área assumiu tamanha dimensão em nosso país como a de administração em suas diversas opções”.

Em se tratando do período de formação, 99% alegaram que os professores os conduziram a conhecer o perfil profissional do Técnico em Administração.

Acredita-se que essa resposta seja o reflexo da política de formação docente que, principalmente nos últimos anos, tem se tornado frequente no Centro Paula Souza, seja em âmbito Estadual, com o Centro de Capacitação (Cetec), que realiza mensalmente capacitações locais e regionais, seja em parceria com o Brasil Profissionalizado do Governo Federal, por meio de formação continuada, como o Programa de Formação Pedagógica.

Segundo Rubega (2000, p.13), essas ações têm como desafios:

[...] oferecer aos futuros profissionais, entrantes no mercado de trabalho, uma educação de qualidade que os prepare para a gestão da própria formação continuada dentro dos princípios de inovação e competitividade com sustentabilidade.

Contudo, os alunos egressos afirmam que as atribuições, competências e habilidades profissionais do Técnico em Administração foram trabalhadas durante o período formativo. Assim, com base no Plano de Curso do Técnico em Administração (2012, p. 05), entende-se esses elementos como um conjunto capaz de “[...] mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, para: saber, poder e querer mudanças quanto à introdução de inovações tecnológicas, gerenciais e organizacionais, visando corrigir distorções nos elos da cadeia de negócios.”

Assim, apresentam-se os conhecimentos apontados pelos alunos como adquiridos:

[...] aplicar conceitos de gestão financeira e calcular valores, utilizando-se de equipamentos e sistemas específicos, elaborando planilhas de custos de fabricação, preço de venda e orçamentos; atuar com proatividade na identificação de problemas, equacionando soluções por meio de uma visão sistêmica da organização; refletir e atuar criticamente na área de produção e de materiais, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva; desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos organizacionais, revelando-se profissional adaptável; desenvolver capacidade para elaborar, programar e consolidar projetos em organizações, por intermédio das diretrizes do planejamento estratégico, tático, operacional e do plano diretor, este aplicável à gestão organizacional; interpretar a legislação que regula as

atividades de produção, prestação de serviços e de comercialização, tais como as normas referentes aos direitos do consumidor, aos contratos comerciais, às normas de higiene e segurança, ao comércio exterior, às questões tributárias e fiscais; criar e identificar oportunidades para prática e aplicação da sustentabilidade por meio das estratégias das empresas; gerenciar o relacionamento interpessoal, empregando as tecnologias da informação e comunicação; comunicar-se nos diversos contextos profissionais em língua portuguesa e inglesa, utilizando terminologia própria; utilizar os instrumentos de planejamento, bem como executar, controlar e avaliar os procedimentos dos ciclos: de pessoal; de recursos materiais; tributários; financeiros; da produção; da higiene e segurança do trabalho; de marketing; da logística empresarial (PLANO DE CURSO ADMINISTRAÇÃO, 9)

Os alunos afirmaram que existe consonância entre as disciplinas e as realidades locais, entretanto 69% dos alunos da Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel, de Cachoeira Paulista apontaram que de fato a escola trabalha as realidades do mercado de trabalho local. Em compensação, 31% sinalizaram que não houve relação. Em contrapartida, tanto em Guaratinguetá, quanto em Cruzeiro, 95% e 92%, respectivamente, relacionaram as disciplinas abordadas com as possibilidades de trabalho e emprego.

Segundo os discentes, esse reconhecimento se dá pela elaboração de feiras tecnológicas, visitas técnicas, oficinas e projetos extracurriculares.

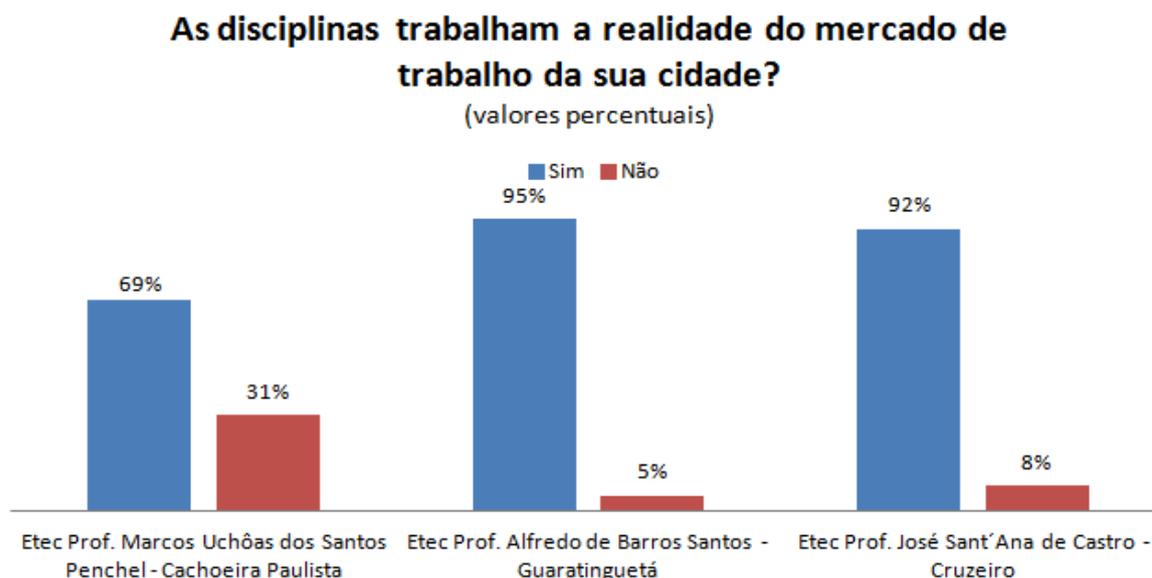


Gráfico 8 - As disciplinas trabalham a realidade do mercado de trabalho local

Com base na resposta anterior, e com o propósito de descobrir se eles conseguiam interpretar a região em que residem, o desafio da escola e dos

professores é oferecer-lhes “[...] conhecimentos das características regionais; dos recursos naturais; da sustentabilidade; do surgimento de novas áreas produtivas em substituição à indústria de base” (RUBEGA, 2000, p. 13).

No Capítulo 4 deste trabalho, traçou-se um panorama regional, com o intuito de identificar as características e potenciais das sub-regiões 3 e 4 da RMVLN em que essas escolas estão inseridas. Considera-se que “[...] identificar o potencial de uma região é identificar aqueles setores que, uma vez mobilizados/fomentados, geram o maior benefício por unidade de custo” (RIEDL; MAIA, 2007, p. 36), isto é, possibilitam novas oportunidades e autonomia. Proporcionam também o desenvolvimento endógeno que, na concepção de Braga (2003), traduz-se na utilização dos potenciais internos de uma localidade.

Nesse sentido, perguntou-se aos egressos se conheciam o perfil econômico de seu município.

Qual o perfil econômico do município em que você reside? (números absolutos x valores percentuais)

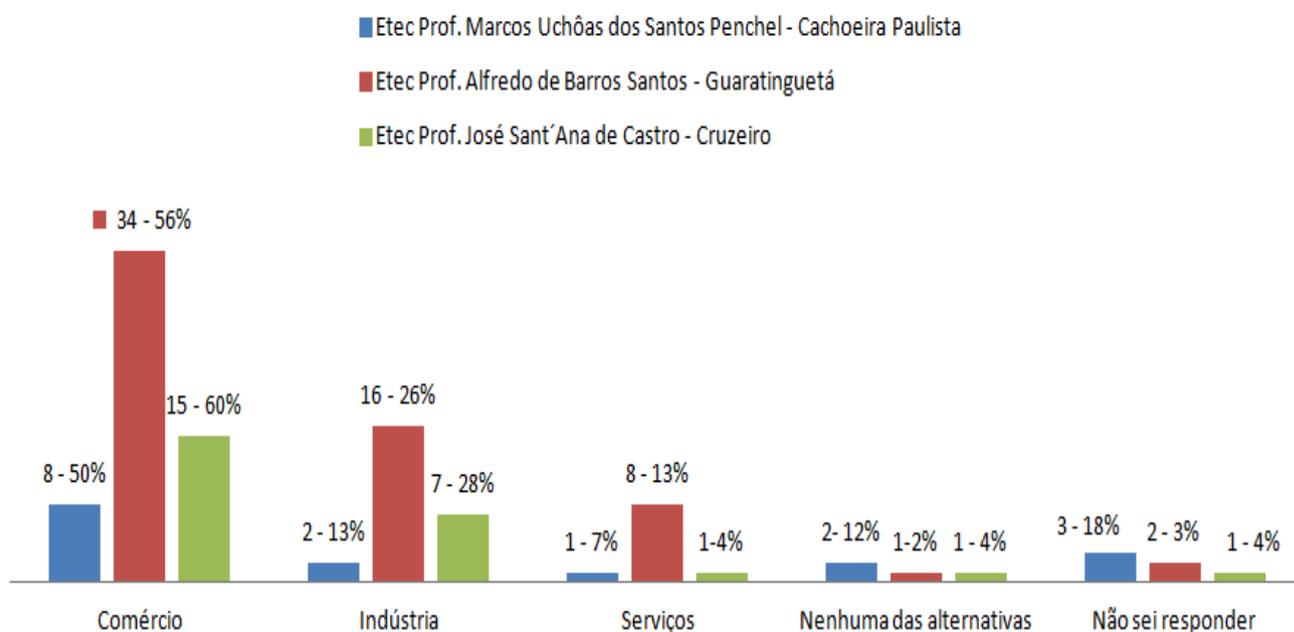


Gráfico 9 - Perfil econômico do município de acordo com a concepção do aluno

Conforme o Gráfico 9, para 57 alunos o comércio é o principal setor econômico de seus municípios, seguido pelo setor industrial, com indicação de 25 discentes. No entanto, destaca-se que apenas 10 citam o setor de serviços como sendo o perfil econômico capaz de gerar oportunidades locais. Para tal inquietação

identificam-se três possíveis pontos que se configuram relevantes: primeiro, que eles não compreendem o serviço militar (citado pela maioria como a área em que pretendem trabalhar depois de formados – vide Gráfico 11) atrelado ao setor econômico de serviços; segundo, provavelmente eles acreditam que a prestação de serviços está diretamente atrelada ao setor comercial, e não que seja um setor econômico diferente, ou eles visualizam o setor de serviços como trabalho de ordem operacional e não administrativo.

Com essa observação, identificou-se a inferência do coordenador da Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel, que disse ser importante que temas voltados ao terceiro setor, gestão de vendas e turismo sejam implantados na grade curricular.

Ainda em relação ao perfil econômico dos municípios, 4 pesquisados apontaram “nenhuma das alternativas”, e 6 não souberam responder a essa questão.

Neste intento, o gráfico 10 ilustra de forma geral a concepção dos alunos em relação aos setores econômicos das cidades em que residem.

Perfil econômico dos municípios em que residem, segundo a concepção dos egressos do Curso Técnico em Administração
(Valores percentuais)

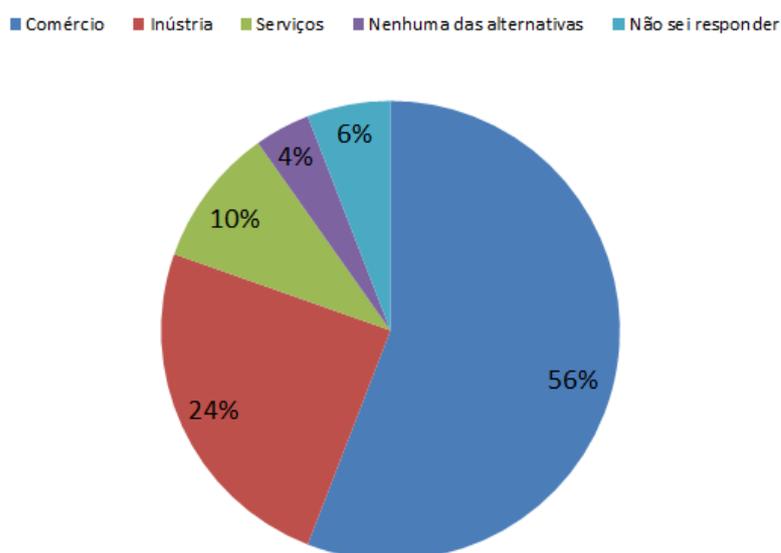


Gráfico 10 - Perfil econômico do município de acordo com a concepção do aluno (valores percentuais)

Com essa informação, procurou-se saber onde eles pretendem trabalhar, depois de formados.

Após formado, em qual setor você pretende trabalhar?

(valores percentuais)

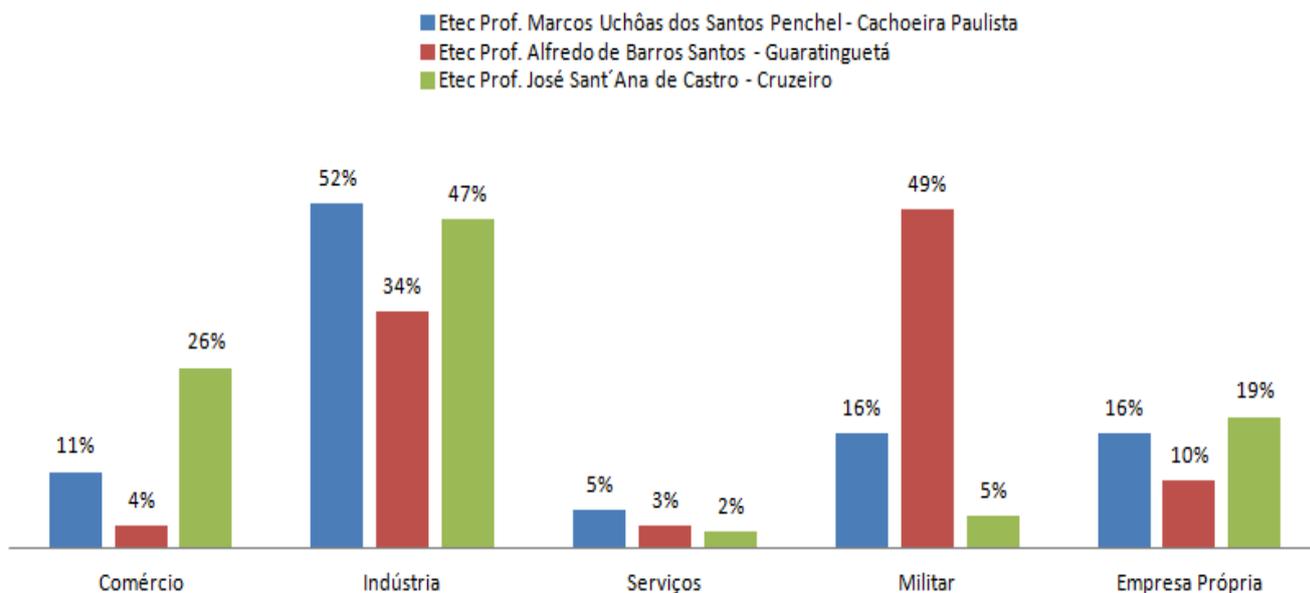


Gráfico 11 - Setor em que pretende trabalhar

Constata-se que o setor de serviços é o menos apontado pelos egressos, quando abordado sem caracterização (hipóteses mencionadas acima). Quando atrelado a uma área, como a militar, seu percentual parte de 5% para 21%, em Cachoeira Paulista, de 3% para 52%, em Guaratinguetá, e de 2% para 7%, em Cruzeiro. Por essa ótica, acredita-se que os alunos de Cachoeira Paulista e Guaratinguetá, em especial, visualizam o setor serviços, quando relacionado ao militar, como o setor em que pretendem atuar profissionalmente, mesmo alegando que o perfil de seus municípios seja o comércio (vide gráfico 9). Vale ressaltar que a Escola de Especialistas de Guaratinguetá oferece vagas anualmente para o EAGS – curso de adaptação de Sargentos especificamente para técnicos em Administração. Outro setor apontado pelos alunos é a Indústria, que nos últimos anos tem se expandido, principalmente na sub-região 3 e especificamente em Guaratinguetá e Lorena.

Na sub-região 4, em Cruzeiro percebe-se que a indústria é o principal setor em que os egressos desejam trabalhar. Tal influência se dá pela representatividade que a Iochpe Maxion Rodas e Chassis exerce no município.

O Quociente locacional de Cruzeiro, bem como os dados fornecidos pelo *site* Institucional da Prefeitura, aponta que a indústria, embora importante, não é o principal setor econômico local. Percebe-se, ali, a existência do fenômeno de “interdependência” industrial. Esse fenômeno, de acordo com Riedl e Maia (2007, p. 30), é o reflexo das “[...] trajetórias já trilhadas, de opções já feitas, que levaram a processos de integração/interdependência (ou mesmo de subordinação!)”. Isso indica que a indústria estimulou outros setores, criou sua força e criou a sensação de dependência.

Assim, quando indagados se o município em que residem oferece oportunidade de trabalho no segmento em que pretendem atuar profissionalmente, 62% dos alunos afirmaram que sim, e que o curso foi o principal articulador entre o perfil profissional e oportunidades locais. Já 38% demonstraram certa desconfiança em relação a oportunidades que o município apresenta, e dispõem-se a sair de sua cidade natal para conseguir emprego.

No município e na região em que você reside há oportunidade de trabalho no segmento em que pretende atuar profissionalmente?
(Valores percentuais)

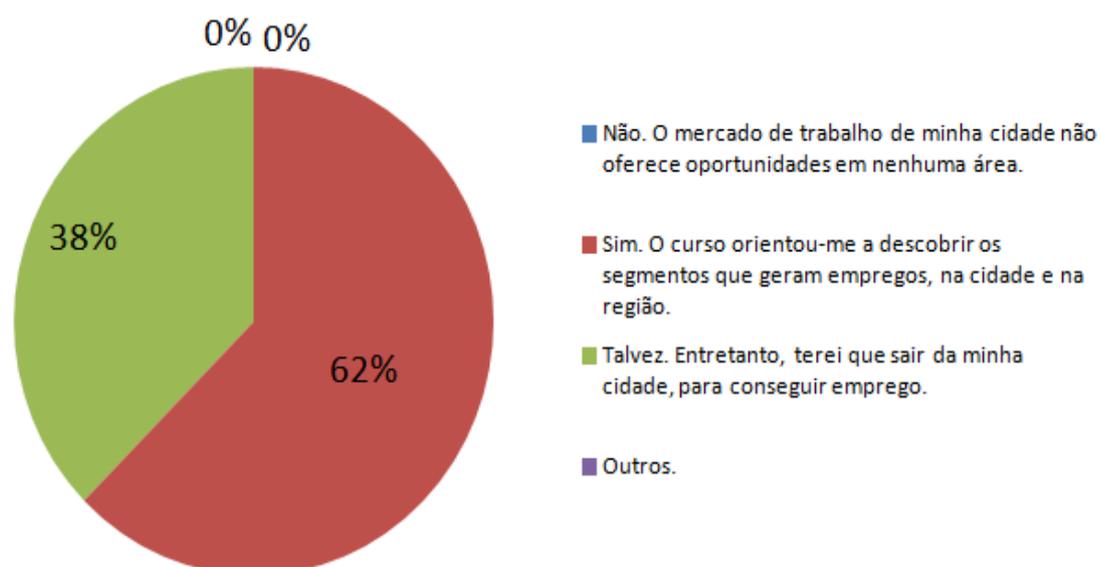


Gráfico 12 – Oportunidades de trabalho, no município em que residem, no segmento em que pretendem atuar profissionalmente

Durante a pesquisa, identificou-se que a proposta do curso técnico, além da formação humana, também carrega consigo fatores relacionados à inclusão no mercado de trabalho, oportunidade de primeiro emprego, qualificação profissional rápida e contínua, a fim de atender às demandas emergentes, conforme destaca o Plano de curso da Habilitação Profissional Técnica de Nível Médio de Técnico em Administração, (2012, p. 5),

[...] o mercado de trabalho para administração no Brasil está crescendo junto com a economia. Grandes companhias estão ampliando seus quadros de funcionários, e as empresas familiares se profissionalizando e buscando candidatos com boa formação para fazer parte de seus quadros. Empresas que tradicionalmente contratavam apenas profissionais de área técnica começam a perceber a necessidade de preencher cargos administrativos e de negócios, como compras, logística e marketing, com os formados na área e dotados de visão estratégica.

Perguntou-se aos discentes sobre suas perspectivas depois de formados, considerando o local de trabalho, conforme a Tabela 8.

Tabela 8 - Após formados, em qual local pretende-se trabalhar

Local de trabalho	Cachoeira Paulista	%	Guaratinguetá	%	Cruzeiro	%
Trabalhar em sua cidade.	0	0	13	21,00	7	28,00
Buscar oportunidade de trabalho em outras cidades e, dessa maneira, sair de sua cidade e, se necessário, até mesmo de seu Estado.	9	56,00	38	62,00	10	40,00
Trabalhar em outra cidade, mas não mudar de sua atual residência	6	38,00	7	12,00	5	20,00
Outras	1	6,00	3	5,00	3	12,00
Total	16	100,00	61	100,00	25	100,00

Fonte: elaborado pelo autor.

Percebe-se que 57 alunos, considerando as três escolas, afirmaram que estão dispostos a buscar oportunidades em outras cidades. Se preciso, estão dispostos a sair de seu Estado. Num total de 20 alunos, pretendem trabalhar em suas cidades.

Destaca-se que os discentes da Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel que moram em Cachoeira Paulista revelaram que não pretendem trabalhar

no município, mesmo considerando que lá exista algum atrativo à sua empregabilidade.

Já 18 alunos relataram que pretendem trabalhar em outra cidade, mas não mudar de sua cidade natal. E 7 responderam que pretendem trabalhar na área independentemente do local, colocando-se à disposição do mercado de trabalho.

No que tange ao processo de formação, com base no currículo proposto pela Portaria CETEC 133, de 04/10/2012, e na matriz curricular, perguntou-se aos alunos como as disciplinas auxiliaram no seu processo de formação. *A priori*, pautaram-se em suas dificuldades e nos motivos que os levaram a essa resposta: a afinidade, a qual contribuiu para a escolha futura das áreas em que pretendem atuar depois de formados.

Em relação a 16 alunos da Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel de Cachoeira Paulista, durante o curso 7 sentiram dificuldade em Cálculos Financeiros; 9, em Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso; e, 8, no Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Para 9 dos pesquisados, o motivo estava na dificuldade de compreensão; 4, na falta de explicação convincente das matérias, por parte dos professores¹ afirmou que “não fazia sentido pra mim”, e, respectivamente, as respostas “na minha região as empresas não utilizam” e “não tive interesse em aprender”.

Dos 61 alunos questionados na Etec Prof. Alfredo de Barros Santos, em Guaratinguetá, 22 afirmaram que suas dificuldades estavam em Processos de Operações Contábeis; para 24 alunos, estavam em Custo de Operações Contábeis; e, para 15, em Gestão Financeira Econômica. Finalmente, 48 alunos apresentaram como justificativa a não afinidade com as disciplinas e a dificuldade de compreensão, enquanto 13 relataram falta de explicação convincente por parte do professor.

Na Etec Prof. José Sant’Ana de Castro, de Cruzeiro, cerca de três alunos apontaram Aplicativos Informatizados e Marketing Institucional, relatando dificuldade de compreensão e falta de interesse em aprender. Vale ressaltar que, nessa questão, dos 25 questionários respondidos em Cruzeiro, 15 foram deixados em branco, o que permite a interpretação de que para a maior parte dos alunos não houve dificuldade com a grade curricular.

Quanto às disciplinas em que os alunos apresentaram maior identificação durante o curso, em todas as escolas avaliadas, destacam-se Gestão de Pessoas I,

II e III, Administração de Marketing, Cálculos Financeiros (em especial aos alunos de Guaratinguetá), Gestão Empreendedora e Logística Empresarial e Negociação Internacional. Segundo os respondentes, o motivo dessa identificação está na facilidade pessoal com o tema, explicação e atenção do professor da disciplina.

Com base na preocupação de Bertero (2006) e nas respostas dos alunos, fica claro que o sistema educacional proposto para formar profissionais da Administração não diz exatamente qual o perfil a ser formado: burocrata, empreendedor ou executivo. Ao analisar o plano de curso, percebe-se que ele aponta o empreendedorismo como tendência do ensino administrativo; porém, ao indagar, tanto os profissionais quanto os alunos, constata-se que são instruídos a desenvolverem habilidades sociais, de comunicação, características do perfil executivo, dissertadas por Bertero. Esses dados são indicados pela questão posterior.

Após contato com a matriz curricular, foi perguntado “em qual área da Administração você pretende atuar profissionalmente?”, e 21 alunos, o que representa 21%, afirmaram Administração Financeira; 43 (42%), Recursos Humanos; 19 (18%), Administração de Marketing; 7 (7%), Produção ou Logística; e, 12 alunos (12%), em vendas e relacionamentos com clientes, em empresa própria, ou não pretendem trabalhar na área. Dessa forma, identifica-se que as disciplinas humanas são as que mais influenciam os alunos a buscarem uma vaga no mercado de trabalho.

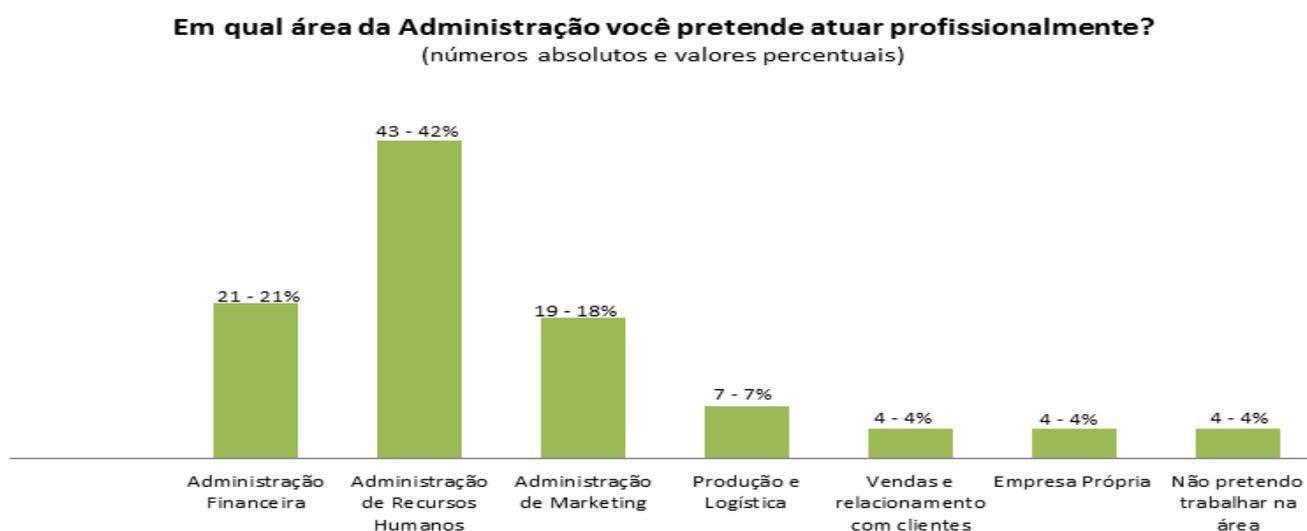


Gráfico 13 - Área da Administração em que pretendem atuar profissionalmente

Com o término do curso, foi proposta uma análise sobre a perspectiva de entrada e a percepção da saída, e 98% dos pesquisados revelaram que o curso está entre os patamares ótimo e bom, o que revela satisfação por parte dos egressos.

O que você achou do curso? (Valores percentuais)

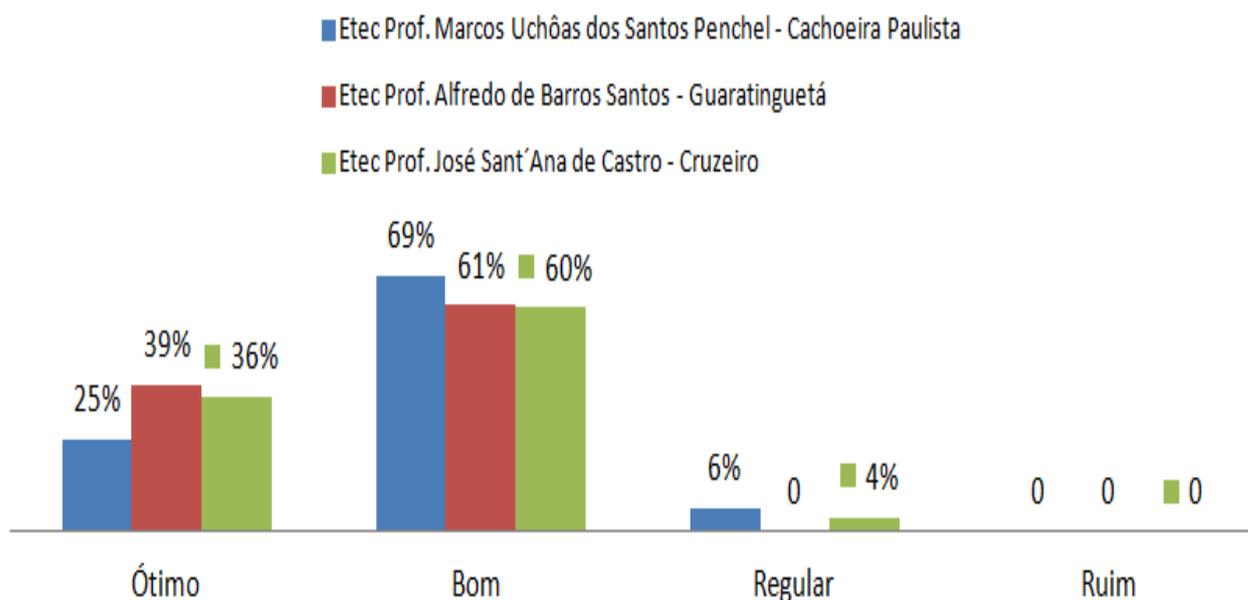


Gráfico 14 - Qualidade do curso na concepção dos alunos

Os alunos foram questionados se com a conclusão do curso e com o conhecimento adquirido eles se sentem preparados para abrir e gerenciar uma empresa. Mesmo que apenas 4% dos pesquisados afirmem querer ter um negócio próprio depois de formados, constata-se que 70% relataram que sim, e 30%, que não se sentem preparados, pois necessitam de uma formação superior, conhecimentos mais aprofundados em finanças, custos e empreendedorismo.

Nesse ensejo, cabe destacar que a atual matriz curricular contempla disciplinas voltadas ao empreendedorismo e inovação, o que, por sua vez, tende a desenvolver nos futuros técnicos olhar analítico sobre a realidade, para encontrarem oportunidades de negócios ou de mudanças no ambiente de trabalho e no mercado. Entretanto, as respostas evidenciam que mais uma vez as disciplinas exatas que envolvem custos, contabilidade e finanças são tratadas como desafios por uma parcela que considera necessários mais conhecimentos sobre as devidas áreas.

Finalmente, foi perguntado se eles se sentem preparados para o mercado de trabalho, e os 102 alunos que participaram da pesquisa afirmaram que o curso

atendeu a suas expectativas e lhes demonstrou uma nova concepção de mercado e trabalho.

Portanto, visualiza-se que o Curso Técnico, além de favorecer a oportunidade do primeiro contato profissional, muitas vezes também é um importante processo de (re) qualificação, devido à sua expressiva diversidade.

7 CONCLUSÃO

Este capítulo apresenta a conclusão da presente pesquisa, com base na revisão de literatura e nos resultados encontrados durante o estudo.

O presente trabalho teve como objetivo identificar a relação entre a formação técnica em Administração proposta pelo Centro Paula Souza com as potencialidades econômicas das sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, bem como investigar as perspectivas de inserção, no mercado de trabalho, dos egressos da referida habilitação profissional.

A discussão sobre educação e políticas públicas partiu da premissa de que é por meio de políticas de incentivo à educação profissional e profissionalizante que novas vagas são disponibilizadas para atender *a priori* demandas mercadológicas e, conseqüentemente, sociais. Contudo, evidenciou-se que o desafio brasileiro está em harmonizar estrutura com funcionalidade do processo educativo.

Na análise regional, discorreu-se sobre as especificidades da região, destacando as potencialidades de cada município que compõe as Sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Para a avaliação, utilizou-se a medida de especialização Quociente Locacional (QL) com base no Produto Interno Bruto (PIB/SEADE, 2011). Essa medida de especialização permite identificar a particularidade de um município, isto é, como os setores econômicos se fazem presentes em determinado território, tornando-se um índice importante para se entender as características locais e regionais. Percebeu-se, por meio da medida de especialização, que o setor agropecuário, em especial nos municípios de Cachoeira Paulista e Guaratinguetá, têm importante participação; entretanto, se comparado com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2012-2014) identifica-se que foi o setor que menos empregou e que mais demitiu, no período, justificando o não apontamento dos profissionais da educação, alunos, bem como os documentos escolares como setor de estímulo a oportunidades no mercado de trabalho. Dessa maneira, conclui-se que existe consonância entre formação e potencialidades econômicas, nos municípios analisados.

Já para atender o segundo objetivo da pesquisa foram aplicados questionários para os alunos egressos, e foram formuladas as seguintes conclusões: o perfil dos egressos do curso técnico em Administração são formados por jovens na

idade produtiva, ou seja, de 15 a 39 anos; 49% não tiveram contato formal no mercado de trabalho, enquanto 51% declararam que trabalham ou já trabalharam com carteira assinada, gerando assim uma expectativa diferenciada; Em relação aos setores econômicos, 56% dos avaliados acreditam que o comércio representa o potencial de seus municípios, seguido pela indústria, com 24%, serviços, com 10%, e 20% entre nenhuma das alternativas e não sabiam responder. Destaca-se nessa questão que, quando se caracterizou o setor de serviços, indicado como “serviço militar”, por exemplo, esse percentual aumentou significativamente, o que aponta a necessidade de correlação; e, 98% dos analisados responderam que se sentem preparados para atuar profissionalmente no mercado, o que evidencia que suas expectativas foram alcançadas.

Dessa maneira, acredita-se que a presente pesquisa traz como contribuição o entendimento de como se formata a educação profissional com base nas características locais e regionais, bem como a participação de novos técnicos nesse contexto. Como o tema permite assumir diversas direções, há intenção de proceder à continuidade do estudo em trabalhos futuros.

Portanto, conclui-se que a contribuição dos cursos técnicos para o desenvolvimento regional é fundamental, porque busca atender à realidade do mercado de trabalho local, que constantemente é avaliado pelas escolas analisadas. Em segundo lugar, porque atende às expectativas dos egressos, visto que a investigação revelou que 98% deles se declaram satisfeitos com o curso. E por fim, com a flexibilidade do currículo do Curso Técnico em Administração articulado com o perfil econômico de cada município, afirma-se que as Unidades Escolares direcionam seu processo formativo da seguinte maneira: sub-região 3 - Etec Prof. Alfredo de Barros dos Santos - Guaratinguetá, para o setor de serviços (em especial militar), enquanto a Etec Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel, Cachoeira Paulista, para turismo no segmento religioso e comércio. E na sub-região 4 - Etec Prof. José Sant’Ana de Castro, Cruzeiro, demandas administrativas da indústria e do segmento comercial.

REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O. **A Administração entre a Tradição e a Renovação**. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.
- ANDRADE, M. M.; **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ANTUNES, R. O trabalho e seus sentidos. Confluências, **Revista interdisciplinar de Sociologia e Direito**. vol. 10, n.1, 2008. Disponível em: <<http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/view/12/3>>. Acesso em: 01/03/2013.
- ANTUNES, R. **Trabalho e Precarização Numa Ordem Neoliberal**. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). *A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ARAUJO, R. M. L. **Competência e Qualificação**: duas noções em confronto, duas perspectivas de formação dos trabalhadores em jogo. *Trabalho e Crítica*, Belo Horizonte/ Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 173-186, 1999.
- ARENDT, H.. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BERTERO, C. O. **Ensino e pesquisa em Administração**. São Paulo: Tomson Learning, 2006.
- BEVILÁQUA, C. **Teoria Geral do Estado**. 21. ed. São Paulo, Saraiva, 1991.
- BRAGA, T. M. Desenvolvimento local endógeno: Entre a competitividade e a Cidadania. **R. B. Estudos urbanos e regionais**, nº 5 / maio 2002. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/63/47>>. Acesso em: 09/04/2014.
- BRANDÃO, C. Desenvolvimento nacional, políticas regionais e o poder de decisão segundo Celso Furtado. *A Atualidade do Desenvolvimento Regional*, **Cadernos do Desenvolvimento**, vol. 5 (7), outubro 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados: Panorama das décadas. Brasília, 2014.

BRASIL. **Constituição**, 1937.

BRASIL. **Decreto 2208/97**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 17/02/2012.

BRASIL. Ministério da educação. **Ações e Programas**. Brasília, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17650&Itemid=1165>. Acesso de 10 a 28/02/2014.

Brasil. Ministério da Educação. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, 2007. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 05/02/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio**. Brasília: 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Proposta em discussão: **Políticas Públicas para a educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: 2004. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf>. Acesso: 20/06/2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Surgimento das Escolas Técnicas**. Brasília:

2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/ensino-technico/como-ingressar/surgimento-das-escolas-technicas>>. Acesso em: 10/09/2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=>>>. Acesso em: 01/12/2013.

BRASIL. Portal Brasil. **Alta Empregabilidade**: Pesquisa mostra que profissionais que fazem cursos técnicos têm 38% a mais de chance de obter emprego com carteira assinada. Brasília: 2011.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

CAMPOS, K. **Construção de uma escala de empregabilidade**: competências e habilidades pessoais, escolares e organizacionais. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. 2006.

CANO, W. **Uma agenda nacional para o Desenvolvimento**. In. Texto para discussão. IE/UNICAMP, n.183, agosto 2010. Disponível em:
<<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311433430.CANO1.pdf>>.
Acesso: 24/11/2013.

CENTRO PAULA SOUZA. **Área de Gestão de Parcerias e Convênios**. São Paulo, 2011 Disponível: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/departamentos/agpc/>>. Acesso em: 10/09/2013.

CENTRO PAULA SOUZA. **Eixo Tecnológico**: Gestão e Negócios. São Paulo. 2011. Disponível em:
<<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/cursos/etec/administracao.asp>>. Acesso em: 07/09/2013.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **História da Administração**. Brasília, 2013.

COSTA, L. R.. **A crise do fordismo e o embate entre qualificação e competência**: conceitos que excluem ou que se complementam? **Revista de Ciências Sociais**, n.26 abr. de 2007.

COSTA, M.(Org.); TSUKUMO, I. (Org.). **40 Anos de Regiões Metropolitanas no Brasil**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2013. v. 1. 336p.

CULHARI, Sylvia Regina. **Introdução à economia**. São Paulo: Texto Novo, 2003.

CUNHA, L. **O ensino profissionalizante na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DEMAI, F. M.. **Livro das Competências Profissionais: A síntese dos 90 cursos técnicos e das 115 qualificações oferecidas pelo Centro Paula Souza**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2012.

DORIA, P. **1565 - Enquanto o Brasil nascia: A aventura de portugueses, franceses, índios e negros na fundação do País**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

DRUCKER, P. F. **Administrando para o futuro: os anos 90 e a virada do século**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DUARTE, A. C.; BARBOZA, R. J. **Paulo Freire: o papel da educação como forma de Emancipação do indivíduo**. Ano V, n. 09, Jan. 2007.

DULCI, L.. **A atualidade do pensamento de Celso Furtado sobre desenvolvimento**. Cadernos do Desenvolvimento. 2006. Rio de Janeiro, Ano 1 n.1. Disponível em:

<http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109221528000.CD1_1.pdf>

Acesso em: 10/08/2013.

FERREIRA, A. A.; REIS, A. C.; PEREIRA, M.. **Gestão Empresarial: de Taylor aos nossos dias. Evolução e tendências da moderna Administração de Empresas**. São Paulo: Cengage Learning, 1997.

FERRETI, Celso João. Sociedade do conhecimento profissional de nível técnico no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.38, n.135, set./dez. 2008. Disponível em:

<<http://www.readcube.com/articles/10.1590/S0100-15742008000300005?locale=en>>.

Acesso em: 24/02/2014.

FONSECA, C. S.. **História do ensino industrial no Brasil**. v.5. Rio de Janeiro: SENAI, 1986.

FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educação brasileira: alguns indicadores e desafios**. Brasília, Março/ 2013. Disponível em:

<<http://www.fe.unicamp.br/anfope/menu2/links/arquivos/EducacaoBrasileira-Indicadores-versao23-04-13.pdf>>. Acesso em: 10/04/2014

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, E. **Formação e organização do Território Brasileiro**. São Paulo: Brasil Escola, 2014. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/brasil/formacao-organizacao-territorio-brasileiro.htm>>. Acesso em: 07/04/2014.

FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA. **Vestibulinho Etec 2º semestre 2013**. Disponível em: <<http://www.vestibulinhoetec.com.br/home/>>. Acesso em 01/09/2013.

FUNDAÇÃO SEADE. **Produto Interno Bruto - PIB Municipal**. São Paulo, 2011. Disponível em: <[https:// http://produtos.seade.gov.br/produtos/pibmun/](https://http://produtos.seade.gov.br/produtos/pibmun/) >. Acesso: 28/03/2014.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: ed. Companhia Editora Nacional, 2005.

GADOTTI, M. **A questão da educação formal / não formal**. INSTITUT INTERNATIONAL DES DROITS DE L'ENFANT (IDE). Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution? Sion (Suisse), 18 au 22 octobre 2005.

GASPAR, E. L. PROBLEMAS E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO. **Cadernos do Desenvolvimento**, vol. 4 (6), julho 2009. Disponível em: <http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201108311559080.CD6_0_011.pdf>. Acesso: 07/09/2013.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A, 1999.

GIVISIEZ, G. H.. **Alguns aspectos sobre demandas sociais**: educação, habitação e saúde. 2005. 152f. Tese (Doutorado em Demografia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2005.

HAMPTON, D. **Administração Contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 1983, 1992.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HÖFLING, E. M.. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos do CEDES (UNICAMP), Campinas, v. 21, n.20, p. 30-41, 2001.

INVERNIZZI, G.. **O sistema lean de manufatura aplicado em uma indústria de autopeças produtora de filtros automotivos**. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de engenharia Mecânica. Campinas, 2006. Disponível em:
<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000380658>>. Acesso em: 25/08/2013.

JUNIOR WOOD, T. **Fordismo, Toyotismo e Volvismo**: Os caminhos da indústria em busca do tempo perdido. São Paulo. Revista de Administração de Empresas. Set/Out. 1992 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v32n4/a02v32n4.pdf>>. Acesso em: 15/08/2013.

KANITZ, S. **Gestão ou administração**. Portal da Administração, 2011. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/administracao-e-negocios/gestao-ou-administracao-qual-e-a-diferenca/52944/>>. Acesso em: 01/09/2013.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de Marketing**. 12. ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2006.

KRUEL, A. J. ROQUEKLERING, L. **Breves apontamentos sobre desenvolvimentos**. Ver. Redes – Ver. Des. Regional, Santa Cruz do Sul, v.18, n.1, p.132 – 146 jul/abril 2013. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/3074/2504>>. Acesso em 01/04/2014.

KUENZER, A. Z. **A educação profissional nos anos 2000**: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. Educação e Sociedade, v. 27, p. 877-910, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a12v2796.pdf>>. Acesso: 25/01/2015.

LACOMBE, B. M.. **A relação homem-trabalho e o desenvolvimento da carreira nas organizações**: um estudo entre alunos formados e Administração de Empresas na Grande São Paulo. Dissertação de Mestrado. Fundação Getúlio Vargas. 2001.

LIMA, A. M.S. **Os Impactos da Globalização no Mundo do Trabalho**. Terra e Cultura, Londrina, v. XX n.39, p. 32-49, 2004. Disponível em: <http://web.unifil.br/docs/revista_eletronica/terra_cultura/39/Terra%20e%20Cultura_39-3.pdf>. Acesso em: 15/06/2014.

LIORENS, F. A. **Desenvolvimento Econômico Local**: Caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.

LOBO, V. C. **A Educação Profissional como Política Pública**: Uma análise do CEFETCE na virada dos anos 1990. 2008. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade, Universidade Estadual do Ceará. 2008

MANFREDI, S. M. **Trabalho, qualificação e competência profissional** – das dimensões conceituais e políticas. Educ. Soc. V.19 n.64 Campinas, set. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000300002>. Acesso em: 01/02/2014.

MARTINE, G.; MCGRANAHAN, G.. **A transição urbana brasileira**: trajetória, dificuldades e lições aprendidas. População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais. Campinas. NEPO/UNICAMP – FAPESP/CNPQ. Set. 2010. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/arquivos/populacao_cidade.pdf>. Acesso em: 10/08/2013.

MARTINO, M. A. **A importância das parcerias na Educação Profissional**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2012.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MAXIMIANO, A. C.. **Teoria Geral da Administração**: da Revolução Urbana à Revolução Digital. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

MBARGA, G.; FLEURY, J. **O que é ciência?** Curso On-line de Jornalismo Científico. Disponível em: <http://www.wfsj.org/course/pt/pdf/mod_5.pdf>. Acesso em: 01/09/2013.

MINARELLI, J. A. **Empregabilidade**: o caminho das pedras. São Paulo: Gente, 1995.

MORAES, J. G. **História**: Geral e Brasil. 2ed. São Paulo. Atual, 2005.

MORES, C. S.; ALVES, J. F. **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo**: Uma história em Imagens. CEETEPS. São Paulo. 2002

NEGRI, B. A **internacionalização da indústria paulista (1920 - 1980)**. In. FUNDAÇÃO SEADE. A interiorização do desenvolvimento econômico de São Paulo (1920 - 1980). São Paulo: Fundação SEADE, v.1, n.2, 1988.

NETO, A. C.. **Das escolas de aprendizes ao Instituto federal de Sergipe**: 1909 – 2009. Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. V. 2, n. 2, nov. 2009. Brasília: MEC, SETEC, 2009. Disponível em:
<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000013581.pdf>>. Acesso em: 24/02/2014.

NONATO, F, J. A. P.; PEREIRA, R. H. M; NASCIMENTO, P. A. M. N.; ARAÚJO, T. C. **O perfil da força de trabalho brasileira**: trajetórias e perspectivas. Mercado de Trabalho, Maio de 2012, p. 51, IPEA. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt51_completo.pdf>. Acesso: 25/01/2015.

OLIVEIRA, R. **A (des) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Ática, 2003.

PAIVA, Á. P. **Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 89-102, jul. 2006. Disponível em:
<<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1446/1810>> Acessado 06/04/2014.

PELINSKI, A.; LIMA, J. F.; STADUTO, J. A.. As atividades produtivas nas microrregiões paranaenses. **Economia & Tecnologia** – Ano 05, Vol. 16 – Jan. /Mar. 2009.

PIAGET, J. (1994). **O juízo moral na criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1932.

POCHMANN, M. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. IE/Unicamp, Campinas, 2000. Disponível em:
<<http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>> Acesso: 07/06/2014.

POCHMANN, M.. **A nova desestruturação**. Valor Econômico. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=8822&catid=159&Itemid=75 09/06/2011>. Acesso em 06/06/2014.

PRADO JUNIOR, C.. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1976.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

PROFETA, R. **JIT: Um estudo de caso dos fatores críticos para implementação**. Tese apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12139/tde.../JITProfeta.PDF>. Acesso: 25/08/2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013> Acesso em: 01/12/2013

Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação (PNE 2011/2020): projeto em tramitação no Congresso Nacional / PL no 8.035 / 2010 / organização: Márcia Abreu e Marcos Cordioli. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5826/projeto_pne_2011_2020.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17/04/2014.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais**. In: Textos para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

RAUD, C.. **Bourdieu e a nova sociologia econômica**. Tempo soc. [online]. 2007, vol.19, n.2, pp. 203-232. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n2/a08v19n2>>. Acesso 07/06/2014.

REIS, B.. **O mercado e a norma**: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 nº. 52 jun.2003. Disponível em: <<http://redalyc.org/articulo.oa?id=10705204>>. Acesso em: 15/11/2013.

RIBEIRO, L. C.; MOURA, R.; DELGADO, P.; SILVA É. **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs rides e aus à dinâmica da metropolização**. Rio de Janeiro, 2012. Observatório das metrópoles - INCT/CNPq/CAPES/FAPERJ. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net/download/relatorio_integracao.pdf>. Acesso em: 25/08/2013.

RIEDL, M.; MAIA, C. M. **Especialização e potencial endógeno na análise regional**. G&DR v. 3, n. 2, p. 27-48, mai-ago/2007. Disponível: <<http://www.rbgdr.net/022007/artigo2.pdf>>. Acessado em: 15/03/2014.

RIOS, A. S. A. C. **Eutanásia**: o direito de morrer com dignidade? Direito público: constitucional, processo constitucional, administrativo, eleitoral, previdenciário, tributário / coordenadora Dayse Starling Lima Castro. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Educação Continuada, 2008.

RODRIGUES, L. A. I. A Súmula Vinculante nº 11 do Supremo Tribunal Federal e sua implicação nas operações policiais. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 13 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.32859&seo=1>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

RUBEGA, C. C. **A reforma da educação profissional de nível médio e a formação do técnico em química**: Retrospectiva e Perspectivas de uma Profissão. Campinas, SP: Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2000. (Tese de Doutorado).

SABBI, V.. A influência do Banco Mundial e do BID através do PROEP na reforma da educação profissionalizante brasileira na década de 1990. In: IX Anped Sul, 2012. IX Anped Sul 2012. **Seminário de pesquisa em educação da Região Sul**, 2012. p. 1-16. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/93/635>>. Acesso: 28/02/2014.

SACRISTÁN, J. G.. **Poderes instáveis em educação**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

SAHID, M. **Teoria Geral do Estado**. 28. ed.; São Paulo: Ed. Saraiva, 2008

SANTOS, E. L.; BRAGA, V., SANTOS, R. S.; BRAGA, A. M.. Desenvolvimento: Um conceito Multidimensional. **Revista Desenvolvimento Regional em debate**, Ano 2, n.1, jul.2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. J. ; CARNIELLO, M. F.; MURAD, J. F. G. **Relações entre cultura popular, capital social e desenvolvimento sustentável no município de São Luiz do Paraitinga - SP**. Redes (Santa Cruz do Sul. Online), v. 18, p. 8-20, 2013.

SÃO PAULO. **Centro Paula Souza: Missão, visão, objetivos e diretrizes**. CEETEPS, 2011. Disponível em: <<http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/quem-somos/missao-visao-objetivos-e-diretrizes> >. Acesso em: 15/04/2014.

SÃO PAULO. **Deliberação Ceeteps-2 de 7-6-2004**. Diário Oficial, 2004

SÃO PAULO. **Plano de Curso do Técnico em Administração**. CEETEPS, 2012.

SÃO PAULO. Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano. **Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte**. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/conselhos/ValeParaiba/textos/livro_vale.pdf>. Acesso em: 10/08/2013.

SÃO PAULO. SECRETARIA DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO. **Programa de Qualificação Profissional**: Conteúdos Gerais. Ed. revista e atual. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2010.

SAVIANI, D. **Educação Brasileira**: estrutura e sistema – 10. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SCHLINDWEIN, M. M.; SHIKIDA, P. F. **Análise comparativa do desemprego no Brasil durante as décadas de 80 e 90**: implicações e panoramas econômicos. Rev. Econômica Ensaios, v. 15, n. 1, 2000. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/issue/view/197>>. Acesso em: 27/11/2013.

SCUARCIALUPI, L. Por dentro da Lei de Diretrizes e Bases. **Educar para crescer**, São Paulo, 26 out. 2011. Disponível em:

<<http://educarparacrescer.abril.com.br/politica-publica/lei-diretrizes-bases-349321.shtml>>. Acesso em: 15/04/2014.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, S. L.; BORGES, M. C.; CARDOSO, K. G. **Didática e Metodologia do Ensino Superior**. Vila Velha: Escola Superior Aberta do Brasil, 2008.

SOUZA, C.. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul/dez 2006. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em 15 de Junho de 2014

STAMM, C.; WADI, Y. M.; STADUTO, J. A. R.. **São as cidades médias responsáveis pelo espraiamento espacial da riqueza nacional?** Redes (Santa Cruz do Sul. Impresso), v. 15, p. 66-91, 2010.

STEFFEN, E. M.; FISCHER, M. C. Qualificação Profissional do Técnico Industrial em plásticos. **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel, Pelotas, jul. 2008. Disponível em: <<http://www2.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n31/12.pdf>>. Acesso: 28/02/2014.

THERBORN, G.. **Os campos de extermínio da desigualdade**. Novos Estudos. 2010. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a09n87.pdf>>. Acesso em 05/06/2014.

VEIGA, I. P. A. (org). **Projeto Político – Pedagógico da Escola**: Uma construção possível. 24^a ed. Campinas, 1995.

VIEIRA, F. A.; ROEDEL, H.. Desafios dos movimentos sociais em tempos de Globalização. **REVISTA OUTUBRO**, N. 7, 2002. Disponível em:

<http://www.revistaoutubro.com.br/edicoes/07/out7_03.pdf>. Acesso em: 15/08/2013.

WELLER, J. **O novo cenário laboral latino-americano**: Regulação, proteção e políticas ativas nos mercados de trabalho. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 2009. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/7/38197/O_novo_cenario_laboral_document.pdf>. Acesso em: 01/12/2013.

WINCKLER, C.; SANTAGADA, S. **A educação profissional técnica de nível médio no Brasil**: transição para um novo modelo? Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 97-110, 2012. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/2631/3062>>. Acesso em: 05/08/2013.

WITTACZIK, L. S. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**: HISTÓRICO - E-Tech: Atualidades Tecnológicas para Competitividade Industrial, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º. sem., 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 2. ed. Porto Alegre: Brookman, 2001.

ZWARICZ, V. **Indústria da região vai mal e fecha 4.400 empregos em 2012**. O Vale, São José dos Campos, Jan 2013. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/mobile/nossa-regi-o/industria-da-regi-o-vai-mal-e-fecha-4-400-empregos-em-2012-1.373124>>. Acesso: 01/12/2013.

APÊNDICE A – Questionário destinado aos Profissionais da Educação

Roteiro de Entrevista aos Profissionais da Educação - Coordenador Pedagógico ou do Curso Técnico em Administração

Este roteiro será aplicado aos Coordenadores Pedagógicos ou do Curso Técnico em Administração.

As respostas serão registradas diretamente em papel, pelo pesquisador, e também serão gravadas.

Nesta pesquisa a intenção é avaliar a concepção dos Coordenadores de Curso em relação à formação dos Técnicos em Administração no contexto das sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Metodologia

Consideram-se egressos os alunos matriculados no 3º módulo do Curso Técnico em Administração das Escolas Técnicas do Centro Paula Souza.

No decorrer do questionário serão encontrados termos específicos, ou seja, onde se lê “**local**”, entende-se cidade em que o aluno reside e estuda, e “**regional**”, o conjunto de municípios que circundam seu município e que fazem parte das sub-regiões 3 e 4 da RMVLN, sendo eles: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cunha, Guaratinguetá, Lorena, Piquete, Potim, Roseira, Arapeí, Areias, Bananal, Cruzeiro, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras.

O presente documento é dividido em duas partes. No primeiro momento é disponibilizado um questionário de múltipla escolha com 18 questões que variam de duas a nove alternativas. Com exceção da questão 9, em que é aceitável mais de uma resposta, as demais admitem resposta única. Entretanto, é disponibilizada em algumas perguntas a alternativa “**Outras**, acompanhada pelo termo “**Especifique**”, e o entrevistado poderá apontar sua resposta por meio de uma breve dissertação.

Em seguida, um quadro check-list avalia ações da coordenação, por meio de atividades inerentes à organização do curso, acompanhamento discente e ensino orientado à regionalização, e o entrevistado apontará Sim, se a atividade é aplicada, Não, quando não é aplicada, e Parcial, quando esporadicamente são realizadas ações para o cumprimento da prática.

Questionário

- 1) Quantos alunos estão matriculados no 3º módulo de Administração, por período?
 - a) Manhã _____
 - b) Tarde _____
 - c) Noite _____

- 2) Quando identificada evasão, a Coordenação mensura os índices?
 - a) Sim
 - b) Não

- 3) Com base em análise internas, em qual módulo do Curso Técnico em Administração existe maior índice de evasão?
 - a) 1º módulo
 - b) 2º módulo
 - c) 3º módulo

- 4) Em sua concepção o que pode ser condicionante à evasão?
 - a) Aluno que não se identifica com o curso.
 - b) Aluno que necessita trabalhar e assim abandona o curso.
 - c) Aluno que encontra dificuldade e desiste.
 - d) Aluno que não consegue compreender a importância do Curso Técnico em sua vida profissional.
 - e) Outras. Especifique: _____

- 5) O perfil dos discentes do Curso Técnico em Administração é:
 - a) 50% dos alunos fazem o ensino médio concomitante com o técnico.
 - b) 50% dos alunos estudam e trabalham.
 - c) Menos de 50% dos alunos fazem o ensino médio concomitante com o técnico.
 - d) Menos de 50% dos alunos estudam e trabalham.
 - e) Outras. Especifique: _____

- 6) O perfil do município em que o Curso Técnico em Administração está presente se enquadra na seguinte atividade econômica – Aponte apenas uma.
 - a) Polo Turístico e agropecuário de montanha da Mantiqueira
 - b) Polo Turístico e Agropecuário de Montanha da Serra do Mar
 - c) Polo Turístico e Agropecuário de Montanha da Serra da Bocaina
 - d) Polo Turístico e Religioso
 - e) Polo Agropecuário
 - f) Polo Industrial e Agropecuário
 - g) Polo Turístico e Litorâneo
 - h) Nenhuma das alternativas
 - i) Não sei responder

- 7) A Coordenação tem informações de como acontece a implantação de um Curso Técnico e de quais critérios são utilizados?
 - a) Sim. Especifique pelo menos dois critérios _____
 - b) Não.

8) De acordo com o estudo de demanda por parte das empresas, qual segmento mais manifesta interesse pelos alunos do Curso Técnico em Administração?

- a) Agropecuária
- b) Comércio
- c) Serviço
- d) Indústria

9) Em qual (quais) componente (s) curricular (curriculares) os alunos têm maior dificuldade? Caso necessite, aponte mais de uma alternativa.

Módulo I

- a) Gestão de Pessoas I
- b) Cálculos Financeiros
- c) Gestão Empresarial
- d) Ética e Cidadania Organizacional
- e) Aplicativos Informatizados
- f) Processos de Operações Contábeis
- g) Linguagem, Trabalho e Tecnologia
- h) Técnicas Organizacionais

Módulo II

- a) Gestão de Pessoa II
- b) Administração em Marketing
- c) Legislação Empresarial
- d) Custo de Operações Contábeis
- e) Cálculos Estatísticos
- f) Gestão Empreendedora e Inovação
- g) Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso em Administração (PTCC)

Módulo III

- a) Marketing Institucional
- b) Gestão Financeira e Econômica
- c) Gestão de Pessoas III
- d) Gestão da Produção de Materiais
- e) Logística Empresarial e Negociação Internacional
- f) Inglês Instrumental
- g) Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (DTCC)

10) O que é feito para que essas dificuldades sejam sanadas?

- a) Existe um acompanhamento direto da Coordenação com os Docentes para auxiliar o aluno com dificuldade.
- b) Apenas os Professores responsáveis pela disciplina ficam com atribuição de recuperar o aluno.
- c) A coordenação recomenda aos docentes métodos diversos de avaliação.
- d) Outros. Especifique: _____

11) Quais são as estratégias para atrair novos alunos para o curso Técnico em Administração?

- a) Por meio de eventos internos que indiquem ao jovem as oportunidades de trabalho da carreira.

- b) Apenas no período do Vestibulinho.
c) Com a realização de palestras e visitas a outras escolas.
d) Com parceria entre empresas da região para disponibilizar aos alunos vagas de estágio e emprego.
e) Outras. Especifique: _____
- 12) A escola, bem como a Coordenação, elabora atividades complementares, como visitas técnicas às empresas locais, palestras com pessoas da comunidade local, como empresários e profissionais da Administração, dentre outras atividades?
a) Sim. Quais? _____
b) Não.
- 13) Caso aconteçam, qual é a frequência das atividades complementares?
a) Sempre – mais de uma vez por mês.
b) frequentemente – pelo menos de dois em dois meses.
c) às vezes – pelo menos uma vez por semestre.
d) nunca – não são realizadas essas práticas pedagógicas.
- 14) Existem na base curricular estudos propícios à realidade local e regional dos alunos, considerando o local e a região em que vivem?
a) Sim
b) Não
- 15) Os discentes são preparados para serem autônomos e/ou empreendedores?
a) Sim. Especifique como: _____.
b) Não
- 16) Vocês possuem dados que indicam a atuação dos egressos no mercado?
a) Sim
b) Não
- 17) Se sua resposta for sim, aponte os setores em que os egressos estão atuando profissionalmente.
a) Agropecuária
b) Comércio
c) Serviços
d) Indústria
- 18) Qual o perfil dos professores que lecionam no curso?
a) Apenas lecionam.
b) Lecionam e são funcionários de empresas.
c) São empreendedores, com negócios próprios.
d) Outros: Especifique _____

Check List – Sobre ações da Coordenação

Nº	Atividade	Sim	Não	Parcial
19	A Coordenação acompanha o desenvolvimento acadêmico e profissional dos alunos egressos?			
20	Na sua concepção, o currículo do Curso Técnico em Administração é adequado ao mercado de trabalho, no contexto e realidade de nossa região?			
21	No conjunto de disciplinas dos três módulos, existem temas que abordam a região e o mercado de trabalho local?			
22	A escola desenvolve atividades extracurriculares, com o intuito de apresentar as potencialidades econômicas da região aos alunos, como: cultura popular, turismo local e outros atrativos?			
23	Os alunos realizam visitas técnicas a empresas da cidade?			
24	Os alunos egressos e que estão inseridos no mercado de trabalho possuem contato com a Escola?			
25	Os alunos egressos voltam a fazer algum outro curso na escola?			
26	O Coordenador tem o hábito de analisar o mercado de trabalho regional?			
27	Existe oferta de vagas de estágio para os alunos do Curso Técnico em Administração, nas cidades em que residem?			
28	A escola trabalha com algum projeto de empreendedorismo para fomentar a geração de novas empresas?			
29	A escola realiza oficinas de empreendedorismo para estimular nos alunos a prática empreendedora?			
30	A Coordenação busca parcerias com Instituições, como: Sebrae, Senac e Organizações que estimulam o empreendedorismo?			
31	A escola tem parcerias com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social da Cidade?			
32	As empresas procuram a escola para oferecer vagas de estágio ou de emprego?			
33	Os alunos, durante o curso, demonstram interesse em ter um negócio próprio?			

- d) Por meio de pesquisa com profissionais de Recursos Humanos, agências de empregos, etc.
- e) Com pessoas da sua rede social que trabalham na área.
- f) Outros: Especifique _____
- 7) Depois de formado, em qual setor você pretende trabalhar? Aponte até duas.
- a) Comércio
- b) Indústria
- c) Serviços
- d) Militar
- e) Empresa própria
- 8) Com base no que você aprendeu durante o curso, em qual das áreas da Administração você pretende atuar profissionalmente? Aponte apenas uma.
- a) Administração Financeira
- b) Administração de Recursos Humanos
- c) Administração Marketing
- d) Administração de operações, como Produção e Logística.
- e) Vendas e relacionamento com clientes.
- f) Empresa própria.
- g) Não pretendo trabalhar em nenhuma área administrativa.
- Outras: especifique _____
- 9) Depois de formado Técnico em Administração, você pretende:
- a) Trabalhar em sua cidade.
- b) Buscar oportunidade de trabalho em outras cidades e, dessa maneira sair de sua cidade e, se for necessário, até de seu Estado.
- c) Trabalhar em outra cidade, mas não mudar de sua atual residência.
- d) Outras: especifique aqui: _____
- 10) Durante o curso, com quais disciplinas você teve mais identificação? Assinale quantas tantas quanto quiser.

Módulo 1	Módulo 2	Módulo 3
Gestão de Pessoas I	Gestão de Pessoa II	Marketing Institucional
Cálculos Financeiros	Administração em Marketing	Gestão Financeira e Econômica
Gestão Empresarial	Legislação Empresarial	Gestão de Pessoas III
Ética e Cidadania Organizacional	Custo de Operações Contábeis	Gestão da Produção de Materiais
Aplicativos Informatizados	Cálculos Estatísticos	Logística Empresarial e Negociação

			Internacional
Processos de Operações Contábeis	Gestão Empreendedora e Inovação		Inglês Instrumental
Linguagem, Trabalho e Tecnologia	Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso em Administração (PTCC)		Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (DTCC)
Técnicas Organizacionais			

- 11) Quais motivos favoreceram a identificação com as disciplinas que você assinalou, na questão anterior?
- Facilidade pessoal com o tema.
 - Explicação e atenção do Professor da disciplina.
 - Conexão com o a teoria e a prática.
 - Oportunidades que você identificou no mercado de trabalho local e regional.
 - Outros: Especifique _____
- 12) Em qual (quais) disciplina (s) você teve mais dificuldade durante o curso? Assinale quantas quiser.

Módulo 1	Módulo 2	Módulo 3
Gestão de Pessoas I	Gestão de Pessoa II	Marketing Institucional
Cálculos Financeiros	Administração em Marketing	Gestão Financeira e Econômica
Gestão Empresarial	Legislação Empresarial	Gestão de Pessoas III
Ética e Cidadania Organizacional	Custo de Operações Contábeis	Gestão da Produção de Materiais
Aplicativos Informatizados	Cálculos Estatísticos	Logística Empresarial e Negociação Internacional
Processos de Operações Contábeis	Gestão Empreendedora e Inovação	Inglês Instrumental
Linguagem, Trabalho e Tecnologia	Planejamento do Trabalho de Conclusão de Curso em Administração (PTCC)	Desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (DTCC)
Técnicas Organizacionais		

13) O que te levou a não ter afinidade com a disciplina?

- a) Dificuldade de compreensão.
- b) Falta de explicação convincente por parte do (s) professor (es) da (s) matéria (s).
- c) Não fazia sentido para mim.
- d) Acredito que na minha região as empresas não a utilizam.
- e) Não tive interesse em aprender.

Outros: Especifique: _____

14) O que você achou do Curso?

- a) Ótimo, atendeu a minhas expectativas e me sinto preparado para atuar no mercado de trabalho.
- b) Bom, aprendi muitas técnicas e procedimentos que me ajudarão a me inserir no mercado de trabalho.
- c) Regular, pois poderia me acrescentar mais informações.
- d) Ruim, não me identifiquei com o que foi estudado e ou não atendeu a minhas expectativas.

15) O que você achou da metodologia do curso?

- a) Mais teórico e menos prático
- b) Menos teórico e mais prático
- c) Equilibrado entre teoria e prática
- d) Outros. Especifique: _____

16) A escola proporciona estratégias diferenciadas para aprendizagem, por meio de feiras tecnológicas, visitas técnicas, oficinas profissionais, dentre outras?

- a) Sim
- b) Não
- c) Às vezes.

17) Os professores conduziram-no a conhecer o perfil profissional do profissional Técnico em Administração?

- a) Sim
- b) Não

18) As disciplinas trabalham a realidade do mercado de trabalho da sua cidade?

- a) Sim
- b) Não

19) No município e na região em que você reside:

Há oportunidade de trabalho no segmento em que pretende atuar profissionalmente?

- a) Não. O mercado de trabalho da minha cidade não possui oportunidades em nenhuma área.
- b) Sim. O curso me orientou a descobrir os segmentos que geram empregos na cidade e região.
- c) Talvez. Entretanto, terei que sair da minha cidade para conseguir emprego.

d) Outros. Especifique: _____

20) No município em que você reside há algum atrativo que favoreça sua empregabilidade?

- a) Sim
- b) Não

21) O perfil do município em que você reside se enquadra em qual atividade econômica? Aponte apenas uma.

- a) Comércio
- b) Indústria
- c) Serviços
- d) Nenhuma das alternativas
- e) Não sei responder

22) Com a conclusão do Curso, e com o conhecimento adquirido, você se sente preparado para abrir e gerenciar uma empresa?

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez. Especifique o porquê _____

23) Com a conclusão do curso e com o conhecimento adquirido, você se sente preparado para uma vaga no mercado de trabalho?

- a) Sim
- b) Não
- c) Talvez. Especifique o porquê _____

ANEXO A - Valor Adicionado total, por setores de atividade econômica. Produto Interno Bruto Total Municípios do Estado de São Paulo

Municípios	Valor Adicionado						Total (em milhões de reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Percentuais do setor na região	Indústria (em milhões de reais)	Percentuais do setor na região	Serviços (em milhões de reais) Administração Pública + Privada	Percentuais do setor na região	
ESTADO DE SÃO PAULO	23.399,29		304.129,31		883.650,16		1.108.825,96
Subregião 1							
São José dos Campos	31,73	19,45	10.369,97	74,39	12.523,74	72,64	21.465,47
Jacareí	22,76	13,95	2.288,46	16,42	2.874,24	16,67	4.711,39
Caçapava	26,29	16,12	1.152,16	8,27	1.173,19	6,80	2.150,13
Santa Branca	16,74	10,26	61,20	0,44	147,44	0,86	190,44
Paraibuna	23,43	14,37	42,18	0,30	155,48	0,90	174,87
Monteiro Lobato	4,41	2,70	6,21	0,04	44,02	0,26	43,58
Igaratá	10,72	6,57	19,37	0,14	109,88	0,64	114,70
Jambeiro	27,05	16,58	0,00	0,00	212,88	1,23	774,49
TOTAL PIB SETOR	163,13	100,00	13.939,56	100,00	17.240,88	100,00	29.625,08
Subregião 2							
Campos do Jordão	0,72	0,56	99,42	1,69	628,54	7,73	596,16
Lagoinha	5,68	4,43	10,41	0,18	58,32	0,72	61,69
Natividade da Serra	5,98	4,66	6,51	0,11	66,85	0,82	61,69
Pindamonhangaba	34,95	27,24	1.679,42	28,55	1.911,11	23,49	3.275,11
Redenção da Serra	9,22	7,19	4,34	0,07	44,43	0,55	46,37
Santo Antônio do Pinhal	3,99	3,11	8,37	0,14	72,39	0,89	66,44
São Bento do Sapucaí	13,06	10,18	16,19	0,28	110,79	1,36	116,39
São Luís do Paraitinga	13,90	10,83	12,52	0,21	110,83	1,36	108,76
Taubaté	24,18	18,85	3.901,35	66,32	4.743,64	58,30	7.881,74
Tremembé	16,62	12,95	144,13	2,45	389,25	4,78	452,68
TOTAL PIB SETOR	128,31	100,00	5.882,64	100,00	8.136,14	100,00	12.667,02
Subregião 3							
Aparecida	0,67	0,83	65,64	4,53	470,92	11,59	447,87
Cachoeira Paulista	10,52	13,10	47,43	3,27	389,71	9,59	384,28
Canas	2,38	2,96	10,60	0,73	41,29	1,02	41,76
Cunha	15,82	19,69	18,72	1,29	178,76	4,40	167,03
Guaratinguetá	23,84	29,69	647,77	44,67	1.576,55	38,81	1.975,86
Lorena	18,57	23,12	450,80	31,09	999,18	24,60	1.286,64
Piquete	2,55	3,18	24,49	1,69	123,56	3,04	119,95
Potim	1,35	1,69	41,44	2,86	148,12	3,65	146,66
Roseira	4,61	5,74	143,11	9,87	133,69	3,29	257,04
TOTAL PIB SETOR	80,31	100,00	1.450,00	100,00	4.061,78	100,00	4.827,08

Subregião 4							
Arapeí	2,81	4,77	5,40	1,16	30,11	2,18	28,93
Areias	7,27	12,33	5,53	1,18	37,14	2,69	38,31
Bananal	7,96	13,51	23,23	4,97	102,13	7,40	107,11
Cruzeiro	9,09	15,42	391,09	83,73	953,08	69,04	1.167,75
Lavrinhas	3,48	5,90	14,82	3,17	58,64	4,25	59,76
Queluz	3,59	6,09	15,84	3,39	103,36	7,49	95,88
São José do Barreiro	12,78	21,68	3,79	0,81	42,42	3,07	46,81
Silveiras	11,98	20,32	7,41	1,59	53,58	3,88	58,66
TOTAL PIB SETOR	58,95	100,00	467,11	100,00	1.380,46	100,00	1.603,19
Subregião 5							
Caraguatatuba	4,54	13,40	251,55	41,35	1.427,94	35,44	1.415,32
Ilhabela	5,72	16,88	48,76	8,02	363,26	9,02	330,95
São Sebastião	9,77	28,86	162,55	26,72	1.189,88	29,53	1.065,55
Ubatuba	13,83	40,85	145,44	23,91	1.047,84	26,01	1.022,97
TOTAL PIB SETOR	33,85	100,00	608,30	100,00	4.028,92	100,00	3.834,79

Fonte: Fundação Seade; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2011

Anexo B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional - Etec Prof. José Sant’Ana de Castro – Cruzeiro/SP

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional

Esta pesquisa está sendo realizada pelo Sr. Rodrigo Paulino Nascimento, aluno do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), sendo orientada e supervisionada pela professora Dra. Marilsa de Sá Rodrigues.

Seguindo preceitos éticos, informamos que pela natureza da pesquisa, a participação desta Instituição não acarretará em quaisquer danos à mesma. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida a qualquer momento, pelo aluno pesquisador ou pelo professor responsável. O nome da Instituição será preservado e não constará identificação da organização no documento final da pesquisa.

TEMA DA PESQUISA: Formação Profissional do Técnico em Administração

OBJETIVO: Identificar a simbiose entre a formação técnica em Administração proposta pelo Centro Paula Souza, com as potencialidades econômicas das sub-regiões 3 e 4 da RMVLN, bem como as perspectivas dos egressos da referida habilitação profissional.

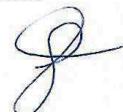
PROCEDIMENTO: Os dados serão coletados por meio de pesquisa de campo utilizando como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturado.

No primeiro momento, os Diretores, Coordenadores Pedagógico e de Curso serão contatados via telefone ou visita para agendamento da entrevista. Essa entrevista visa coletar informações primárias que darão embasamento para a elaboração das questões que comporão o questionário a ser aplicado aos alunos.

Em seguida será aplicado o questionário aos egressos (último módulo do curso), na própria Instituição com o pesquisador ou por meio de um Professor responsável pela sala de aula no momento da coleta.

SUA PARTICIPAÇÃO: Autorizar a aplicação da pesquisa na Etec Professor José Sant’Ana de Castro e em suas extensões.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para 30/04/2015, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté.



Agradecemos sua autorização, enfatizando que a mesma em muito contribuirá para a construção de um conhecimento atual nesta área.

Taubaté, 24 de Julho de 2014.



Profa. Dra. Marilsa de Sá Rodrigues

RG 5440.420-4



Rodrigo Paulino Nascimento

RG 42.100.797-7

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, Eu

Marcelo Gomes de Oliveira

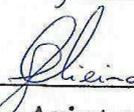
, portador do RG nº

18.595.278

, responsável

pela organização ETEC Prof. José Sant'Ana de Castro, autorizo a aplicação desta pesquisa na mesma.

Cruzeiro, 31 de julho de 2014.



Assinatura:
Marcelo Gomes de Oliveira
RG.: 18.595.278
Diretor de Escola Técnica

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional - Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel – Cachoeira Paulista

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional

Esta pesquisa está sendo realizada pelo Sr. Rodrigo Paulino Nascimento, aluno do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), sendo orientada e supervisionada pela professora Dra. Marilsa de Sá Rodrigues.

Seguindo preceitos éticos, informamos que pela natureza da pesquisa, a participação desta Instituição não acarretará em quaisquer danos à mesma. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida a qualquer momento, pelo aluno pesquisador ou pelo professor responsável. O nome da Instituição será preservado e não constará identificação da organização no documento final da pesquisa.

TEMA DA PESQUISA: Formação Profissional do Técnico em Administração

OBJETIVO: Identificar a simbiose entre a formação técnica em Administração proposta pelo Centro Paula Souza, com as potencialidades econômicas das sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, bem como as perspectivas de inserção ao mercado de trabalho dos egressos da referida habilitação profissional.

PROCEDIMENTO: Os dados serão coletados por meio de pesquisa de campo utilizando como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturado.

No primeiro momento, os Diretores, Coordenadores Pedagógico e de Curso serão contatados via telefone ou visita para agendamento da entrevista. Essa entrevista visa coletar informações primárias que darão embasamento para a elaboração das questões que comporão o questionário a ser aplicado aos alunos.

Em seguida será aplicado o questionário aos egressos (último módulo do curso), na própria Instituição com o pesquisador ou por meio de um Professor responsável pela sala de aula no momento da coleta.

SUA PARTICIPAÇÃO: Autorizar a aplicação da pesquisa na Etec Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel e em suas extensões.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para 30/04/2015, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté.

Visto

Agradecemos sua autorização, enfatizando que a mesma em muito contribuirá para a construção de um conhecimento atual nesta área.

Taubaté, 24 de Julho de 2014.

M. S. Rodrigues

Profa. Dra. Marilsa de Sá Rodrigues
RG 5440.420-4

R. Paulino Nascimento

Rodrigo Paulino Nascimento
RG 42.100.797-7

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, Eu

Márcio Mota de Campos

, portador do RG nº

16.142.732

, responsável

pela organização *ETEC Prof. MARCOS UCHÔAS S. PENCHER*, autorizo a aplicação desta pesquisa na mesma.

Citohocirã PTA, 31 de JULHO de 2014.

M. Mota de Campos
Assinatura

Márcio Mota de Campos
RG 16.142.732
Diretor de Escola

Anexo D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional - Etec Prof. Alfredo de Barros Santos

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Institucional

Esta pesquisa está sendo realizada pelo Sr. Rodrigo Paulino Nascimento, aluno do Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Taubaté (PPGA), sendo orientada e supervisionada pela professora Dra. Marilsa de Sá Rodrigues.

Seguindo preceitos éticos, informamos que pela natureza da pesquisa, a participação desta Instituição não acarretará em quaisquer danos à mesma. A seguir, damos as informações gerais sobre esta pesquisa, reafirmando que qualquer outra informação poderá ser fornecida a qualquer momento, pelo aluno pesquisador ou pelo professor responsável. O nome da Instituição será preservado e não constará identificação da organização no documento final da pesquisa.

TEMA DA PESQUISA: Formação Profissional do Técnico em Administração

OBJETIVO: Identificar a simbiose entre a formação técnica em Administração proposta pelo Centro Paula Souza, com as potencialidades econômicas das sub-regiões 3 e 4 da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, bem como as perspectivas de inserção ao mercado de trabalho dos egressos da referida habilitação profissional.

PROCEDIMENTO: Os dados serão coletados por meio de pesquisa de campo utilizando como instrumento um roteiro de entrevista semiestruturado.

No primeiro momento, os Diretores, Coordenadores Pedagógico e de Curso serão contatados via telefone ou visita para agendamento da entrevista. Essa entrevista visa coletar informações primárias que darão embasamento para a elaboração das questões que compõem o questionário a ser aplicado aos alunos.

Em seguida será aplicado o questionário aos egressos (último módulo do curso), na própria Instituição com o pesquisador ou por meio de um Professor responsável pela sala de aula no momento da coleta.

SUA PARTICIPAÇÃO: Autorizar a aplicação da pesquisa na Etec Professor Alfredo de Barros Santos e em suas extensões.

Após a conclusão da pesquisa, prevista para 30/04/2015, contendo todos os dados e conclusões, estará à disposição na Biblioteca da Universidade de Taubaté.



Agradecemos sua autorização, enfatizando que a mesma em muito contribuirá para a construção de um conhecimento atual nesta área.

Taubaté, 24 de Julho de 2014.



Profa. Dra. Marilsa de Sá Rodrigues

RG 5440.420-4



Rodrigo Paulino Nascimento

RG 42.100.797-7

Tendo ciência das informações contidas neste Termo de Consentimento, Eu

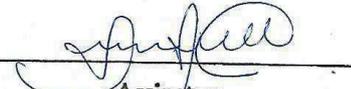
Angela Márcia Assis de Carvalho

, portador do RG nº 36.142.560-4

, responsável

pela organização ETEC Prof. Alfredo do Barros Santos, autorizo a aplicação desta pesquisa na mesma.

Guaratubá, 31 de julho de 2014.


Assinatura

Angela Márcia Assis de Carvalho

RG-16.142.560-4

Diretora da ETEC

ANEXO E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido direcionado aos alunos

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Desde logo fica garantido o sigilo das informações. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: Características Regionais e Oportunidades Locais na Formação de Mão de Obra:

Análise comparativa de duas sub-regiões do Vale do Paraíba.

Pesquisador Responsável: Rodrigo Paulino Nascimento

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): (12)3103-1400

O objetivo é identificar a relação entre a formação técnica em Administração proposta pelo Centro Paula Souza, com as potencialidades econômicas das sub-regiões 3 e 4 da RMVLN, bem como as perspectivas de inserção ao mercado de trabalho dos egressos da referida habilitação profissional. Para esta pesquisa adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Na primeira etapa, por meio do Portal da Fundação de Apoio a Tecnologia (FAT) que se configura responsável pelo Vestibulinho das Escolas Técnicas Estaduais (ETECs), foi realizado o levantamento das Instituições do Centro Paula Souza nas sub-regiões 3 e 4 da RMVLN, que oferecem a habilitação Técnica em Administração e que tenham os terceiros módulos (egressos). Logo, as Instituições identificadas foram: Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel – Cachoeira Paulista, Etec Prof. Alfredo de Barros - Guaratinguetá e Etec Prof. José Sant'Ana de Castro – Cruzeiro. Na segunda etapa, por meio de entrevista semiestruturada, Diretores, Coordenadores Pedagógicos e do respectivo curso foram entrevistados com o propósito de elaborar os questionários de cunho qualitativo que comporá a próxima etapa da pesquisa. Composto por 22 questões fechadas o questionário será destinados a 160 alunos. Assim, busca-se compreender suas perspectivas profissionais, além da relação entre formação técnica e potencialidades locais e regionais. Após coleta de dados, pretende-se traçar um cenário, baseado em estudos de múltiplos casos, com intuito de comparar as estratégias educacionais considerando os potenciais econômicos de cada localidade. Não há nenhum risco, prejuízo, desconforto ou lesões que possam ser provocados pela pesquisa. Quando menor de idade, o entrevistado deve ter autorização expressa do responsável, havendo como garantia de sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo.

♦ Nome e Assinatura do pesquisador: Rodrigo Paulino Nascimento 

♦ **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador _____ sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo das informações e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou prejuízo.

Local e data _____ / _____ / _____ / _____

Nome: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

ANEXO F – Projeto Político Pedagógico da Etec Prof. Marcos Uchôas dos Santos Penchel – Cachoeira Paulista/SP

CARACTERÍSTICAS REGIONAIS

Etec Professor Marcos Uchôas dos Santos Penchel

A Escola situa-se na cidade de Cachoeira Paulista, região do Vale do Paraíba, quase divisa com os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, numa localidade com mercado de trabalho restrito, com pólo industrial e comercial incipiente, porém com relativa proximidade às cidades de Volta Redonda (RJ) e São José dos Campos (SP), que possuem um desenvolvimento mais significativo.

O município, com cerca de 30.000 habitantes, é voltado para a pecuária (atividade desenvolvida sobretudo por pequenos produtores que ainda utilizam métodos obsoletos de subsistência), comércio (principal atividade) e outras atividades com menos demanda.

Oportunidade

Notadamente nos últimos anos, a cidade de Cachoeira Paulista vem adquirindo vocação turística de certa relevância, devido a presença e atuação da Canção Nova e da Renovação Carismática do Brasil, entidades que desenvolvem atividades de cunho religioso. Essa situação atrai pessoas de diversas localidades do Brasil, o que propicia uma demanda relativa de serviços voltados para esse público, além do que movimenta, ou aquece certos setores como imobiliário.

Também, esperamos o aumento do número de parcerias com o setor produtivo da região, bem como uma maior integração com a comunidade extra escolar, vislumbrando a certeza de grandes projetos para o futuro.

Com esta situação de desenvolvimento existe, também, a possibilidade de novos cursos, com formação de mão de obra específica na escola, o que já aconteceu 1º semestre de 2014 com o curso de Turismo.

Ameaças

Como estamos em uma região com várias ETECs elas próprias são concorrentes. Por isso a necessidade de uma pesquisa muito bem elaborada e conhecimento do perfil dos alunos para a abertura de novos cursos.

Na cidade de Cachoeira Paulista não existe indústria, o que não colabora para o aumento da empregabilidade.

ANEXO G – Projeto Político Pedagógico – Etec Prof. José Sant’Ana de Castro – Cruzeiro/SP.

CARACTERÍSTICAS REGIONAIS



Geografia Região Cruzeiro/SP

Fonte: GoogleMaps

O município de Cruzeiro apresenta uma população de 80.408 habitantes*, PIB per capita de 11.985,17 localizado a 220Km de São Paulo, 120Km de São José dos Campos e 213Km do Rio de Janeiro, na mesorregião do Vale do Paraíba, no cone leste paulista.

A Escola está situada no corredor industrial do Vale do Paraíba, próxima ao sul de Minas Gerais, ao Sul Fluminense e as cidades do Vale Histórico do ciclo cafeeiro paulista.

O município possui uma área de 305.699 km², tendo seu foco econômico voltado para a área do comércio e da indústria metalúrgica.

A localização geográfica do município é de certa forma privilegiada, dado que num raio de 200 km localizam-se cerca de 40 milhões de pessoas e grande parte do PIB brasileiro.

População estimada 2013*	80.408
População 2010	77.039
Área da unidade territorial (km ²)	305.699
Densidade demográfica (hab/km ²)	252,01

Fonte: IBGE

Síntese das informações 2011			
Número de empresas atuantes	2.179	Unidades	
Número de unidades locais	2.231	Unidades	
Pessoal ocupado assalariado	19.322	Pessoas	

Fonte: IBGE

A cidade de Cruzeiro foi beneficiada recentemente pela construção de um complexo viário que engloba uma ponte sobre o Rio Paraíba do Sul, dois viadutos e mais acessos para interligar-se aos maiores polos socioeconômicos do País. Além desse contexto, o Município de Cruzeiro apresenta uma beleza cênica paisagística peculiar, marcada pelos contornos da Serra da Mantiqueira, Parque Nacional de Itatiaia e os Planaltos do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Fonte: Etec Prof. José Sant’Ana de Castro, 2014

ANEXO H – Projeto Político Pedagógico – Etec Prof. Alfredo de Barros Santos – Guaratinguetá / SP

Técnico em Administração

O curso Técnico em Administração está inserido no Eixo Tecnológico Gestão e Negócios, sendo composto de três módulos semestrais, com uma qualificação para cada um deles: 1º módulo - Qualificação: Auxiliar Administrativo, 2º módulo - Qualificação: Assistente Administrativo e 3º módulo - Habilitação: Técnico em Administração. As disciplinas possibilitam a aprendizagem de conhecimentos e saberes que contribuem para a inserção do aluno no mercado de trabalho.

Atualmente conta com nove salas, seis no período da tarde e três no período da noite, constituídas de um mix de clientes /alunos que buscam uma melhor colocação do mercado. No período da tarde, em especial, a clientela é de

adolescentes que desejam ingressar na Escola de Especialistas de Aeronáutica – EAGS.

As disciplinas do 1º módulo são mais teóricas e introdutórias, como uma forma de subsidiar os módulos seguintes. As dos 2º e 3º módulos mostram-se mais dinâmicas dando chance a um trabalho mais prático e ao desenvolvimento de habilidades pertinentes a área.

Os docentes são profissionais qualificados e capacitados a oferecer um ensino atualizado e sempre inovador. Utilizam ferramentas e técnicas a fim de realizar um trabalho interdisciplinar e dinâmico.

A partir de itinerário formativo rico em possibilidades de aprendizagem, a grade curricular do curso dispõe de disciplinas que visam a formação de um profissional pro ativo e responsável. As disciplinas de Gestão de Pessoas, Administração em Marketing, Gestão Empreendedora e Inovação, Planejamento e Desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso entre outras, são propostas de modo a incentivar o aluno a ter experiências ligadas a empresas e a área como um todo, através de uma didática e clima que se aproximem o máximo da realidade empresarial.

A articulação entre a teoria e prática no cotidiano escolar ocorre com o objetivo de proporcionar um ensino de qualidade. O planejamento e a organização de eventos, palestras, visitas técnicas e seminários representam algumas das ações que o curso oferece.

As palestras ocorrem periodicamente, quando não mensalmente, com assuntos solicitados pelos próprios alunos e ministradas por profissionais da região; já os seminários são uma proposta dos professores para que os alunos aprendam a apresentar/expor suas ideias e conhecimentos.

Fonte: Etec Prof. Alfredo de Barros Santos, 2014.